



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Tiane Araújo de Paiva e Souza

**NARRATIVAS GEOGRÁFICAS DE CORPOS MARCADOS:
ANÁLISE DE FASCÍCULOS DO PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA
AMAZÔNIA A PARTIR DO RECORTE DE GÊNERO**



Recife

2021

TIANE ARAÚJO DE PAIVA E SOUZA

NARRATIVAS GEOGRÁFICAS DE CORPOS MARCADOS:
ANÁLISE DE FASCÍCULOS DO PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA
AMAZÔNIA A PARTIR DO RECORTE DE GÊNERO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de mestra em geografia.

Área de concentração: regionalização e análise regional.

Orientador: Prof. Dr. Caio Augusto Amorim Maciel

Recife

2021

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

S729n Souza, Tiane Araújo de Paiva e.
Narrativas geográficas de corpos marcados : análise de fascículos do
Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia a partir do recorte de gênero
/ Tiane Araújo de Paiva e Souza. – 2021.
97 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Caio Augusto Amorim Maciel.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2021.
Inclui referências e apêndices.

1. Geografia. 2. Cartografia. 3. Projeto Nova Cartografia Social da
Amazônia. 4. Mulheres. 5. Feminismo. I. Maciel, Caio Augusto Amorim
(Orientador). II. Título.

910 CDD (22. ed.)

(BCFCH2022-008)

TIANE ARAÚJO DE PAIVA E SOUZA

**NARRATIVAS GEOGRÁFICAS DE CORPOS MARCADOS:
ANÁLISE DE FASCÍCULOS DO PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA
AMAZÔNIA A PARTIR DO RECORTE DE GÊNERO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de mestra em geografia. Área de concentração: regionalização e análise regional.

Aprovada em: 24/02/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Caio Augusto Amorim Maciel (Orientador – Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Priscila Batista Vasconcelos (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Pernambuco

Dra. Ana Betânia de Souza Pimentel Martins (Examinadora Externa)

Recife

2021

“Nada para nós sem nós”

Valdeci Ana, 2017

(Professora de Geografia e Liderança da
Comunidade Quilombola Poço dos Cavalos,
Itacuruba/PE)

RESUMO

No campo geográfico, sabe-se que mapas “oficiais” são historicamente produzidos por entidades que detêm o poder da técnica cartográfica para produzir narrativas e classificações sobre territórios e sujeitos, com o objetivo de gestão e controle sobre eles. Assim, tais mapas podem gerar invisibilidades e privilégios em variadas escalas e dimensões, a partir da escolha do que está dentro e fora deles. Na atual era da informação, com a popularização dos mapas através do acesso ao GPS de celulares, reconhecer os mecanismos que são legitimados como os de produção cartográfica e, assim, acessá-los - ou seja, apropriar-se de tais ferramentas -, tem sido estratégia necessária na tentativa de assegurar justiça social e territorial por parte de movimentos sociais, grupos e comunidades, marcados por situação de minoria e vulnerabilidade. A emergência de perspectivas feministas na Geografia tem apontado para outras perspectivas acerca dos processos de construção de territórios, como a de grupos de mulheres, organizando-se para produzir suas próprias narrativas sobre estes processos como seus espaços de vivência. Estas novas perspectivas têm ocupado espaços de visibilidade na América Latina, inclusive no Brasil, onde um dos projetos que alavancou a elaboração de automapeamentos, o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, abrange a luta e a resistência de mulheres frente a conflitos territoriais. A presente investigação traz como proposta se debruçar sobre tais perspectivas, com o objetivo de analisar como são explicitadas demandas territoriais atinentes às mulheres nos automapeamentos, dos quais elas participam enquanto autoras e coautoras e, assim, fomentar o debate sobre a necessidade de reconstruir e instrumentalizar narrativas geográficas a partir de *outras* perspectivas.

Palavras-chave: Nova Cartografia Social; Geografias Feministas; Gênero; Mulheres; Narrativas Geográficas.

ABSTRACT

In the geographical field, it is known that “official” maps are historically produced by entities that hold the power of cartographic technique to produce narratives and classifications about territories and subjects, with the aim of managing and controlling them. Thus, such maps can generate invisibilities and privileges in different scales and dimensions, based on the choice of what is inside and outside them. In the current information age, with the popularization of maps through the access to GPS on cell phones, recognizing the mechanisms that are legitimated as those of cartographic production and, thus, accessing them - that is, appropriating such tools -, has been a necessary strategy in an attempt to ensure social and territorial justice on the part of social movements, groups and communities, marked by a situation of minority and vulnerability. The emergence of feminist perspectives in Geography has pointed to other perspectives on the processes of construction of territories, such as women's groups, organizing themselves to produce their own narratives about these processes as their living spaces. These new perspectives have occupied spaces of visibility in Latin America, including Brazil, where one of the projects that leveraged the development of self-mapping, the New Social Cartography of the Amazon Project, encompasses the struggle and resistance of women in the face of territorial conflicts. This study brings as a proposal to look into such perspectives, with the goal of analyzing how territorial demands concerning women are explained in the self-mappings, in which they participate as authors and co-authors and, thus, foment the debate on the need to reconstruct and implement geographical narratives from other perspectives.

Keywords: New Social Cartography; Feminist Geographies; Gender; Women; Geographical Narratives.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Capa -	colagem feita a partir de imagens dos fascículos trabalhados na dissertação. Tiane Souza, 2021	
Figura 1 e Figura 2 -	Capa e folha de rosto do fascículo “Times de Futebol do Bairro de Santo Amaro, Recife – PE” (PNCS, 2016)	12
Figura 3 -	captura de tela do webinar “Mapeo de feminicídios em América Latina” apresentado pela Dra. Diana Lan.	13
Figura 4 -	Localização dos fascículos do PNCSA protagonizados por mulheres	15
Figura 5 -	captura de tela da representação do GoogleMaps próxima à área da Terra Indígena Paumari do Lago Maraha, município de Lábrea (AM).....	22
Figura 6 -	aproximação do mapa “Terra Indígena Paumari do Lago Maraha - Lábrea (AM)”	23
Figura 7 -	aproximação do mapa “Mapa dos Campos e das Sedes de Futebol do Bairro de Santo Amaro	24
Figura 8 -	oficina de mapas na Associação do Artesãos Indígenas Poterikharã Numiá (APN) realizada pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.....	26
Figura 9 -	esquema que ilustra os graus de participação em uma determinada organização social.	27
BOX 1 -	Tradições no âmbito geográfico da investigação feminista sistematizado por Ornat (2008)	35
Figura 10 -	captura de tela do webinar “Mapeo de feminicídios em América Latina” apresentado pela Dra. Diana Lan.	37
Figura 11 -	apresentação do Grupo de Trabalho de Mulheres Pescadoras no Encontro dos Pescadores e Pescadoras de Recife.....	41
Figura 12 -	sessão dos fascículos na plataforma online do PNCSA	45
Figura 13 -	Imagens da capa, folha de rosto e do mapa de um fascículo....	46
Figura 14 -	revisão do mapa do fascículo “Times de Futebol do bairro de Santo Amaro, Recife/Pe”	47

Quadro 1 -	Listagem dos fascículos do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia protagonizados por mulheres, publicados entre 2005 e 2014.....	47
Quadro 2 -	Unidades de Análise e Categorias	53
Figura 15 -	Quebra de coco em regime de mutirão	60
Figura 16 -	D. Valdomira ensinando D. Sara a tecer a fibra de piaçaba	60
Figura 17 -	Mulheres coletando pontos no GPS	60
Figura 18 -	Tambor de crioula.....	61
Figura 19 -	ilustração de uma casa de palha com gráficos indígena	61
Figura 20 -	impactos da enchente do rio Amazonas.....	61

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
1.1	A PESQUISA.....	14
2	NARRATIVAS GEOGRÁFICAS: Representações, Técnica, Classificações e Subjetividades.....	19
2.1	CARTOGRAFIAS QUE NARRAM.....	20
2.2	OS MAPAS A PARTIR DA TÉCNICA E DAS CLASSIFICAÇÕES.....	21
2.3	ESTAR FORA DO MAPA: “QUEM MAPEIA QUEM?”	25
2.4	“GUERRA DOS MAPAS”: TERRITÓRIO E O PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL.....	28
3	POR UMA GEOGRAFIA CORPORIFICADA.....	33
3.1	CIÊNCIA, ESPAÇO E PODER NUMA ÓTICA FEMINISTA.....	34
3.2	A TEORIA NA ANÁLISE: MULHERES EM PERSPECTIVA.....	37
3.3	IDENTIDADES TERRITORIAIS E DEMANDAS DE MULHERES	39
4	“NADA PARA NÓS SEM NÓS”: análise dos fascículos	43
4.1	DA ANÁLISE PRELIMINAR	44
4.2	NARRATIVAS DOCUMENTAIS: UMA PRIMEIRA ESCUTA	49
4.3	PERSPECTIVANDO AS NARRATIVAS GEOGRÁFICAS	53
4.4	UNIDADES DE ANÁLISE: CLASSIFICAÇÕES E SUBJETIVIDADES.....	54
4.4.1	Título e Autoria coletiva.....	54
4.4.2	Mapa.....	55
4.4.3	Objetivos do documento	57
4.4.4	Imagens	59
4.5	ESTAR NO MAPA: O QUE NARRAM AS MULHERES?	61
5	CONSIDERAÇÕES: narrativas de uma emergência.....	63
	REFERÊNCIAS	67
	APÊNDICE A - Quadro dos fascículos.....	74
	APÊNDICE B - Unidades de Análise e Categorias	85
	APÊNDICE C - Capas e Mapas dos fascículos.....	89

1 INTRODUÇÃO

Na ciência geográfica, nós, geógrafas e geógrafos, somos introduzidos à técnica cartográfica como ferramenta essencial à nossa profissão. É a partir da leitura e da produção dos mapas que ficamos familiarizados com sistemas de classificação do espaço representado (a começar pela escolha da escala), em que o sentido é manipulado com elementos simbólicos (cores, formas, organização hierárquica, entre outras variáveis) para dar suporte às nossas análises socioespaciais. Sabemos, também, que a natureza histórica das cartografias remete às disputas geopolíticas como ferramentas imperativas em conquistas territoriais. Ou mesmo como estratégias em planos de integração nacional a partir da exploração de recursos naturais, e por isso o empenho de governos na criação de departamentos de cartografia que garantissem a soberania na produção dos chamados “mapas oficiais”. A escolha do que estaria dentro e fora dos mapas por muito tempo esteve relacionada a demandas exclusivas e oficiais.

Hoje temos uma conjuntura diferente, no qual estamos imersos num contexto tecnológico do século XXI com amplo acesso às plataformas de imagens de satélite e de Sistema de Informação Geográfica. Os GPS estão nos nossos aparelhos de smartphone e, com uma linguagem acessível, o domínio da técnica é adquirido e manipulado. Não se pode deixar de citar, claro, que o crescimento do acesso às universidades, ou seja, o acesso à especialização da técnica, tem contribuído para tornar esse cenário de produção de *outros* “mapas oficiais” mais diversificado. Assim, iniciativas de movimentos sociais, grupos e comunidades têm se apropriado do potencial das cartografias em atuar como estratégia na afirmação e defesa de seus próprios territórios marcados por situação de marginalização e vulnerabilidade.

No Brasil, o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA)¹, tem sido um dos grandes responsáveis por alavancar as experiências de automapeamentos como instrumento de consolidação de direitos (ALMEIDA, 2020). Nos seus trabalhos

¹O PNCSA atualmente tem uma abrangência além da região da Amazônia, atuando em escala nacional em outros estados brasileiros, e também internacional, presente em países da América Latina e África. A partir dessa atuação ampliada, foram adotadas as nomenclaturas de Projeto Nova Cartografia Social ou Projeto Nova Cartografia Social do Brasil. Mais informações podem ser encontradas no site www.novacartografiasocial.com.br.

desenvolvidos, a representação do espaço faz parte de um grande processo de mobilização coletiva e de reflexão, em que o mapa se torna um dos produtos desse enlace.

Trazendo brevemente o exemplo de uma das pesquisas desenvolvidas pelo projeto², realizada com lideranças e moradores do bairro de Santo Amaro, aqui na região central do Recife, ficou evidenciada para mim a potencialidade de uma narrativa cartográfica ser construída por quem vive e protagoniza o território mapeado.

No processo de articulação entre a equipe de pesquisa (integrantes do Laboratório de estudos sobre Ação Coletiva e Cultura - LACC/UPE) e moradores da comunidade de Santo Amaro (bairro onde se localiza a Universidade Estadual de Pernambuco - UPE), as demandas habitacionais (de acesso à moradia, infraestrutura urbana, entre outras) de forma predominante se sobressaíam juntamente com aspectos relacionados ao alto índice de violência. Num contexto caracterizado como ZEIS³, no centro do Recife, numa forte dinâmica de especulação imobiliária, carregando o estigma e a pressão do planejamento urbano da cidade, esperava-se que a comunidade escolhesse um desses temas para abordar no processo cartográfico. Porém, a comunidade decidiu por expressar a força do futebol no bairro. A escolha do tema do futebol, na verdade, contemplava de forma majoritária as diversas questões levantadas e discutidas entre os moradores com o argumento de esse tema ser a categoria de mobilização da comunidade: a partir do futebol, a comunidade se organizava socialmente, politicamente, historicamente e culturalmente. Em 2016 foi lançado um livreto (fascículo) (**Figuras 1 e 2**) com fotos, depoimentos e um mapa, resultado das oficinas e reuniões, dando destaque à

² Pude compor a equipe de pesquisa de dois projetos desenvolvidos no âmbito do núcleo Pernambuco do Projeto Nova Cartografia Social, através do Laboratório de estudos sobre Ação Coletiva e Cultura (LACC/UPE), que resultaram nas publicações “Times de Futebol do Bairro de Santo Amaro, Recife/PE” (PNCSA, 2016) e “Resistimos para Existir: dizemos não à usina nuclear no São Francisco” (PNCSA, 2019), esta última disponível no site do PNCSA.

³ ZEIS: Zona Especial de Interesse Social. Segundo o Artigo 17 da Lei Municipal 16.176/96 que estabelece a Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife, correspondem a “áreas de assentamentos habitacionais de população de baixa renda, surgidos espontaneamente, existentes, consolidados ou propostos pelo Poder Público, onde haja possibilidade de urbanização e regularização fundiária” (RECIFE, 1996)

localização da comunidade juntamente com a espacialização dos campos, campinhos e sedes dos clubes de futebol.

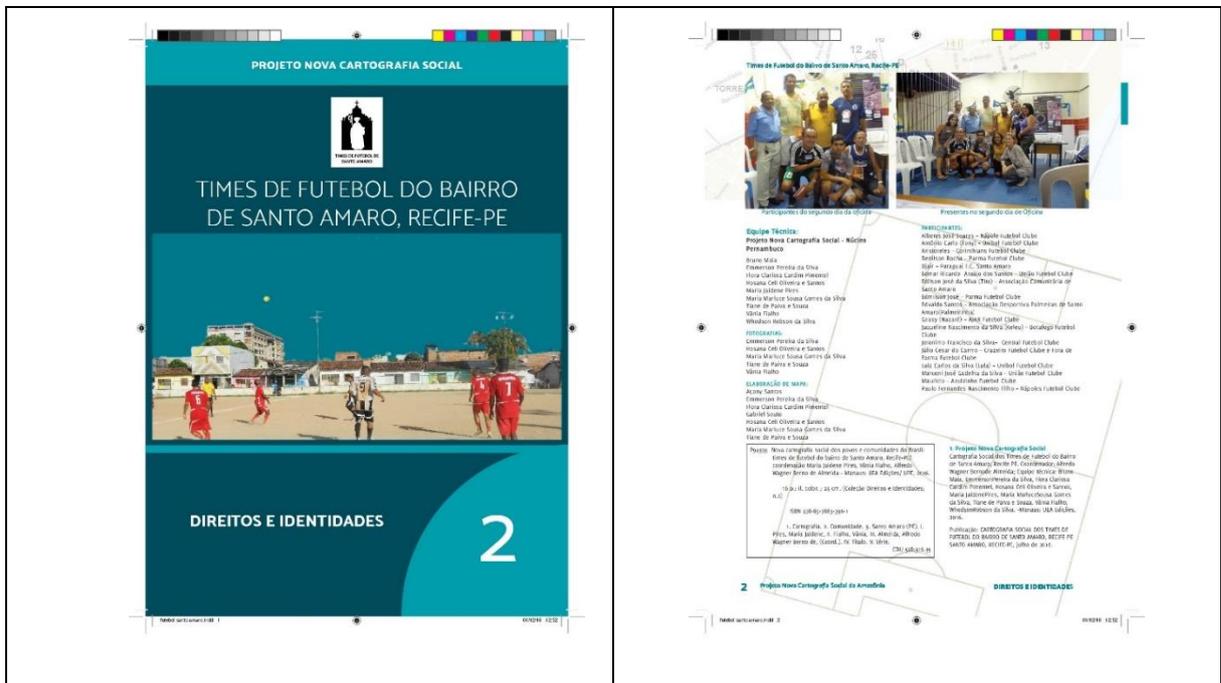


Figura 1 e Figura 2: Capa e folha de rosto do fascículo “Times de Futebol do Bairro de Santo Amaro, Recife – PE” (PNCS, 2016)

Considerando que o mapa é uma ferramenta com potencial para auxiliar a enxergar e gerir os elementos que constituem o espaço geográfico (e as relações socioespaciais presentes), tratando-se, então, de um automapeamento, a representação passa a contemplar essas ações a partir de aspectos intrínsecos às organizações locais. Como se deu na cartografia de Santo Amaro, em que a comunidade local se mobilizou para discutir uma representação de seu território e resultou na escolha do tema do futebol. A reflexão gerada reforça a discussão sobre como a construção social dos espaços pode ser documentada (mapeada) a partir da perspectiva (autoria) de quem vivencia o espaço e, a partir daí instrumentalizada nas mais diversas demandas territoriais.

Nesse panorama, mulheres também têm se organizado no intento de construir suas próprias narrativas através dos mapas. O fato de se organizarem a partir de uma identidade de gênero para construir ações voltadas para seus territórios corrobora com a ideia de que os indivíduos também constroem e se estabelecem nos espaços a partir de uma cultura de gênero (ROSE *Apud* SILVA, 2003). Nesse sentido, existem

entendimentos (e vivências) específicos dos seus territórios, como as formas de uso e ocupação, formas de mobilidade e, inclusive, demandas territoriais específicas.

Abordagens feministas na ciência geográfica enfatizam que existem “relações de poder e hierarquia que transformam em assimétricos o desenvolvimento sócio-espacial nas relações de gênero” (SILVA, 2003, p. 35). Uma cultura de gênero pautada em desigualdades, como é o caso da estrutura patriarcal, pode se materializar numa cultura de violência de gênero e numa cultura de opressão aos corpos marcados por não se encaixarem no padrão do homem branco, heterossexual e ocidental.

As Geografias Feministas⁴, têm reivindicado atenção para a questão de gênero como variante necessária a ser pautada nas relações inclusive de produção do conhecimento, reconhecendo como campo político e acadêmico, como explicitou a pesquisadora Diana Lan recentemente, em um ciclo de debates virtuais que tinha como eixo “Geografía y Género em tempos de pandemia” (Figura 3).



Figura 3: captura de tela do webinar “Mapeo de feminicidios en América Latina” apresentado pela Dra. Diana Lan.

Fonte: Youtube/ Facultad de Ciencias Humanas UNICEN, Argentina. 16 jun. de 2020.

⁴ Joseli Maria Silva, uma das pesquisadoras referência na área de estudo e bastante recorrida nesta dissertação, traz uma observação importante: “A chamada geografia feminista é parte integrante do movimento da ciência geográfica, e sob essa denominação há trabalhos positivistas, marxistas, fenomenológicos, e assim por diante, como pode ser visto em Silva (2007). A expressão “geografia feminista” foi substituída pelo seu plural, “geografias feministas”, para expressar a pluralidade científica e ideológica presente neste campo de produção científica”. (SILVA, 2009, p. 95)

O debate teórico, metodológico, epistemológico e político em torno do espaço, gênero, produção de conhecimento, e toda a discussão anteriormente explicitada, suscitam provocações e reflexões relacionadas ao papel de ser e atuar como *uma mulher geógrafa*. Numa ótica em que o fazer científico pode ser considerado sinônimo de poder (poder da técnica), cuja autoridade dá a competência da construção de verdades (e narrativas) sobre a realidade. Então é nesse pano de fundo que Geografias Feministas e a Nova Cartografia Social⁵ aqui se interseccionam. Parte-se do intuito comum de ambos os movimentos se estabelecerem crítica e politicamente perante paradigmas homogêneos, especificamente em se tratando das produções latino-americanas de ambas as abordagens.

1.1 A PESQUISA

O estudo “**Narrativas Geográficas de Corpos Marcados: análise de fascículos do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia a partir do recorte de gênero**” é uma pesquisa documental que traz como objeto de análise materiais cartográficos resultantes da organização coletiva de mulheres em articulação com o PNCSA. A partir de um levantamento no site⁶ do projeto, foram localizadas dezessete (17) publicações, livretos de aproximadamente 12 páginas, chamados de fascículos, nos quais as autorias coletivas são protagonizadas por mulheres, expressadas pela forma organizativa (em como se definem), e/ou pela demanda temática (intitulando seus materiais). Os documentos elencados para análise localizam-se nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, abrangendo as regiões da Amazônia Legal⁷ e do chamado MATOPIBA⁸, como mostra o mapa a seguir (**Figura 4**).

⁵ O Nova Cartografia Social é aqui tratado também como um movimento que tem suas bases teóricas e princípios debatidos nas produções realizadas por integrantes da rede de articulação do PNCSA, discutida de forma mais aprofundada no capítulo a seguir.

⁶ Endereço eletrônico do PNCSA: www.novacartografiasocial.com

⁷ Constituída como um esforço de integração ao território nacional e “como forma de planejar e promover o desenvolvimento social e econômico dos estados da região amazônica”. Fonte: <https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28783-o-que-e-a-amazonia-legal/>

⁸ Segundo a EMBRAPA, a “região considerada a grande fronteira agrícola nacional da atualidade, o Matopiba compreende o bioma Cerrado dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia e responde por grande parte da produção brasileira de grãos e fibras”. Fonte: <https://www.embrapa.br/tema-matopiba>.

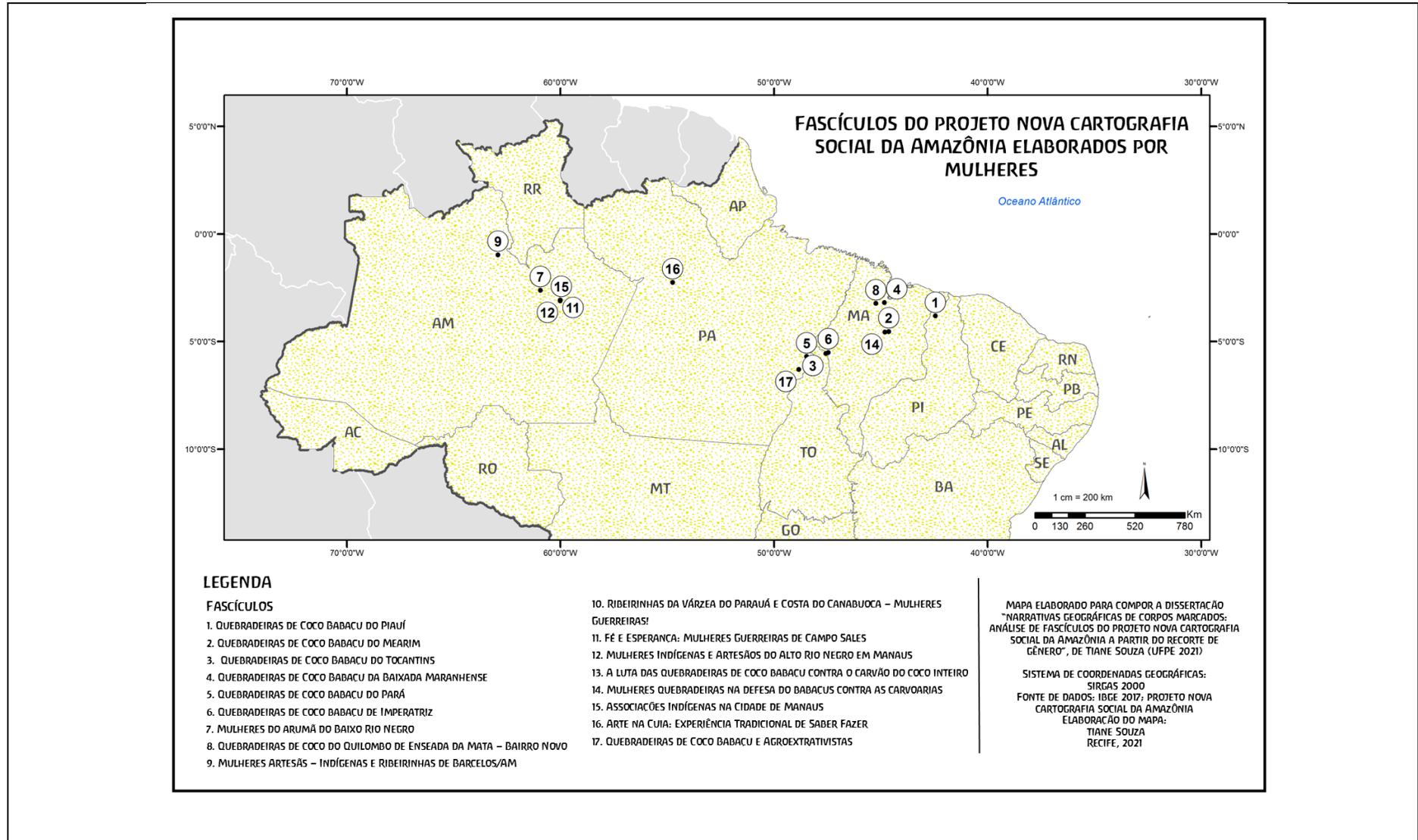


Figura 4: Localização dos fascículos do PNCSA protagonizados por mulheres

Fonte: elaborado a partir de dados coletados no site no PNCSA. Tiane Souza, janeiro de 2021.

Considerando que os fascículos “têm sido utilizados pelos grupos sociais como instrumento de luta e encaminhamento de reivindicações, principalmente na defesa de seus direitos territoriais coletivos” (site PNCSA), essa pesquisa se questiona: *como são explicitadas demandas territoriais atinentes às mulheres nos automapeamentos de que elas participam enquanto autoras e coautoras?*

Esta investigação, baseia-se na ideia de que as questões de gênero estão mobilizadas nos fascículos (e mapas) das mulheres e que seria possível revelar esses indicadores a partir de uma análise documental das narrativas. Mesmo em processos diferenciados de territorialização, ou seja, sejam mulheres pescadoras na zona urbana, sejam artesãs na zona rural ou em contextos sociais distintos, existem demandas e especificidades territoriais de corpos marcados pela desigualdade de gênero presente no cenário de estrutura patriarcal. Protagonizar a autoria de ferramentas, como os mapas, possibilita evidenciar aspectos importantes às demandas locais, os quais poderiam ser negligenciados a partir de outra perspectiva.

É a partir do fato de que mulheres estão se organizando para cartografar seus territórios que esta pesquisa se desenvolve, pois, este é um dado que embasa o argumento de que as relações de gênero estão inseridas em processos territoriais.

O presente estudo tem como objetivo compreender a relação do protagonismo das mulheres na autoria dos mapas de seus territórios, investigando como as questões de gênero estão mobilizadas nessas narrativas geográficas elaboradas por mulheres, no caso, os fascículos e mapas elencados do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.

Assim, traz como objetivos específicos: 1) compreender os processos de construção de mapas como narrativas geográficas 2) identificar como as questões de gênero atuam na compreensão e na construção dessas narrativas; 3) buscar aporte teórico, metodológico e político nas discussões em torno das Geografias Feministas e da Nova Cartografia Social; 4) analisar os fascículos elencados do PNCSA.

Metodologicamente falando, esta é uma pesquisa de caráter qualitativo que consiste em fazer uma análise sistemática dos fascículos resultantes de organizações coletivas de mulheres em articulação com o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA). Para isso, recorre aos procedimentos metodológicos propostos por André Cellard (2008) e Antonio Carlos Gil (2002) para análise de documentos e

por Laurence Bardin (1977) para análise de conteúdo, a qual também é citada pelos outros dois pesquisadores. Os autores reforçam estratégias - a partir de técnicas de extração de informação e leitura assertiva dos dados coletados - para se conhecer bem a natureza do que está sendo analisado e então serem geradas as interpretações e reflexões.

Fascículos são pequenas publicações gráficas, com cerca de 12 páginas, que contêm pelo menos um mapa e itens (textos, depoimentos, imagens, croquis, etc.) que contextualizam o tema abordado nesse mapa. No PNCSA, a construção dos fascículos se dá por um processo de articulação entre a equipe pesquisadora (estudantes e professores ligados a universidades e institutos que compõe o projeto de pesquisa) e movimentos sociais do território mapeado (que são ligados ou não à pesquisa via uma instituição). Situados em contextos de conflitos socioambientais, ou outras tensões identitárias e territoriais, as demandas dessa articulação surgem a partir da mobilização de movimentos sociais, grupos étnicos, comunidades e povos “fora do mapa”. Para esta investigação, foram selecionados dezessete (17) fascículos elaborados com o protagonismo coletivo de *mulheres*, categoria pela qual se definem e se organizam em seus territórios.

A dissertação está centrada em três capítulos (2, 3 e 4) que mesclam reflexões teóricas e experiências práticas nas discussões. Os primeiros dois capítulos do desenvolvimento da pesquisa (capítulos 2 e 3) irão fundamentar a análise do objeto, o qual, nessa investigação, será aprofundada no capítulo 4. Por fim, trago as reflexões teóricas, metodológicas e políticas dessa trama.

De maneira mais específica, no capítulo, “2. *Narrativas Geográficas: Representações, Técnica, Classificações e Subjetividades*”, proponho para o debate a relação entre a construção de narrativas geográficas e os sujeitos envolvidos no processo, aprofundando em questões referentes à produção do conhecimento científico e à técnica por meio de geografias, mapas, territórios e sujeitos. O fio condutor deste capítulo é a discussão do mapa como uma narrativa geográfica e como a possibilidade de ser um produto gerado por quem protagoniza o território. Trazendo para fundamentar o debate as temáticas da Cartografia Geral (MARTINELLI, 2010; ANDERSON (org.) 1982); Geografia Cultural (HAESBAERT, 2013, 2020; HALL, 2016), Cartografia Social (ACSELRAD; COLI, 2008; ALMEIDA, 2013; 2017)

No capítulo seguinte, “3. *Por uma Geografia Corporificada*”, busco trazer o olhar para a necessidade de se discutir referenciais teóricos que deem conta das pautas colocadas em torno das relações socioespaciais de gênero, evidenciando as mulheres, já que esta discussão está relacionada com a autoria das narrativas analisadas. Através de uma abordagem geográfica, neste item procuro identificar como as Geografias Feministas atuam na compreensão dessas narrativas de corpos marcados. Recorrendo aos debates teóricos das Geografias Feministas (SILVA, 2003; 2009; VELEDA DA SILVA, 1998), Identidades de gênero e território (SILVA, 2009; HAESBAERT, 2013, 2020)

No capítulo “4. *“Nada para nós sem nós”: análise dos fascículos*”, os fascículos elencados elaborados por mulheres através do PNCSA são trazidos ao centro da discussão. Debruçando-se sobre o material, procuro destrinchar a partir de técnicas de análise de conteúdo (BARDIN, 1977) o que narram as mulheres em seus territórios. Apoiando-se nas discussões metodológicas de análise documental e de conteúdo (BARDIN, 1977; CELLARD, 2008, GIL, 2002).

Por fim, trago as considerações sobre esse imbricamento teórico, empírico, metodológico e político das abordagens do PNCSA e das Geografias Feministas utilizados na análise dos materiais cartográficos elencados produzidos por mulheres.

2 NARRATIVAS GEOGRÁFICAS: Representações, Técnica, Classificações e Subjetividades

A expressão “narrativas geográficas” pode até soar redundante se formos à raiz da palavra *Geografia* e identificarmos seu reconhecimento como uma ciência que descreve a Terra. Paul Claval, no livro *Epistemologia da Geografia* (CLAVAL, 2014), dedica um capítulo para discutir a relação da geografia como narrativa, abordando desde epopeias do gênero literário a quadros geográficos e trazendo a Geografia como uma ciência que narra.

Segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001, pg. 1996), *narrativa* é a “exposição de um acontecimento ou de uma série de acontecimentos mais ou menos encadeados, reais ou imaginários, por meio de palavras ou de imagens”. A narrativa é, sobretudo, uma forma de comunicação na qual o elemento do emissor da mensagem tem uma presença marcada - como a autoria -, porém, geralmente, tendem a associar ao contexto literário e ao campo da escrita gráfica, a partir de contos e histórias. Nesse ponto, a pesquisadora Leda Martins chama atenção para as literaturas além da grafia escrita, como o corpo e a voz, em especial às narrativas no âmbito da memória, da oralidade e das práticas rituais. No artigo “Performances da oralitura: corpo lugar da memória” (2003), Martins discute que existe uma hierarquização da escrita gráfica como representação hegemônica, e que isto repercutiu, inclusive, no abafamento das outras formas de narrativas, e, portanto, de outras perspectivas:

Na literatura escrita no Brasil predomina a herança dos arquivos textuais e da tradição retórica europeia. [...] A textualidade dos povos africanos e indígenas, seus repertórios narrativos e poéticos, seus domínios de linguagem e modos de aprender e figurar o real, deixados à margem, não ecoaram em nossas letras escritas. (Leda MARTINS, 2003, p. 63)

É desde a escolha da técnica que a perspectiva de uma narrativa inicia seu processo de construção. Em seguida, esse processo se dá através dos itens de classificação, em que palavras, símbolos, gestos, imagens, entre outras expressões são escolhidas para dar sentido e para construir uma representação dentro dessa linguagem, como elucida Stuart Hall no trecho abaixo:

Em parte, nós damos significados a objetos, pessoas e eventos por meio de paradigmas de interpretação que levamos a eles. Em parte, damos sentido às coisas pelo modo como as utilizamos ou as integramos em nossas práticas

cotidiana. [...] Em outra parte ainda, nós concedemos sentido às coisas pela maneira como as *representamos* – as palavras que usamos para nos referir a elas, as histórias que narramos a seu respeito, as imagens que delas criamos, as emoções que associamos a elas, as maneiras como as classificamos e conceituamos, enfim, os valores que nelas embutimos. (HALL, 2016, p. 21)

Os materiais cartográficos, no caso os fascículos do PNCSA, os quais aqui estão sendo referidos como narrativas geográficas, são representações do espaço elaboradas a partir de uma perspectiva marcada e posicionada quanto ao conteúdo, tecendo uma trama de classificações, símbolos, imagens, sentidos, narrativas e sujeitos e territórios envolvidos no processo de construção desta.

2.1 CARTOGRAFIAS QUE NARRAM

A partir dessa trama de categorias e, assim, sendo ferramentas de representação gráfica de uma realidade, as cartografias são recorridas para visibilização de informação, como dados estatísticos, espacialização de índices, materialização de fronteiras. Desde os primeiros registros de mapas encontrados, até os mapas atuais e suas diversas formas e usos, essas representações traduzem e induzem a espacialização das práticas humanas e relações sociais da comunidade (KISH, 1980 *Apud* MARTINELLI, 2010).

Uma das grandes tradições na história dos mapas foi a associação à representação espacial com fins geopolíticos, de disputas territoriais, domínios em mares e em terra, e, não obstante, à serviço da dominação do poder, sendo, sobretudo como representação dos interesses de uma minoria (MARTINELLI, 2010), a qual obtinha o poder de produzir uma narrativa. Tais narrativas construídas representando o território, eram produzidas geralmente para gestão e/ou dominação, e eram legitimadas como “mapas oficiais”: representações elaboradas por instâncias de poder, como o próprio Estado, utilizando uma linguagem cartográfica legitimada na sociedade.

Desta forma, a cartografia como linguagem acompanhou a evolução da ciência da descrição da Terra como um dos principais instrumentos de representação dos elementos do espaço. Mais tarde, a comunicação dos mapas firmou-se por utilizar elementos que trouxessem um entendimento universal e objetivo, principalmente “com as demandas surgidas em função das grandes navegações” (VIANNA, 2009). A sistematização e o estudo da elaboração de representações gráficas espaciais,

designada como a ciência cartográfica, é pautada, segundo Anderson (1982), sob alguns princípios:

[...] d. A **comunicação** é um dos grandes objetivos da cartografia; um outro é a análise espacial cartográfica; e. Todos os mapas têm distorções; contudo, geralmente elas são controladas, conhecidas e aceitáveis, desde que os usuários as entendam; f. Existem três atributos imprescindíveis de qualquer carta ou mapa; um é a **projeção**, que permite a representação em papel plano das coordenadas geográficas e de outras características da Terra esférica. g. Outro atributo é a **escala**, que determina obrigatoriamente a **generalização** da realidade; h. O terceiro atributo inevitável é a **simbolização**, frequentemente associado à **classificação** para simplificar o processo de comunicação através de símbolos. (ANDERSON (Org.), 1982)

Como uma narrativa, a generalização da realidade, a simbolização, e a classificação dos elementos pontuadas por Anderson (1982) indicam que não há isenção de perspectiva nos mapas, e, segundo Harley, “pela seletividade de seu conteúdo e por seus símbolos e estilos de representação, os mapas são um meio de imaginar, articular e estruturar o mundo dos homens⁹” (HARLEY, 2009)

2.2 OS MAPAS A PARTIR DA TÉCNICA E DAS CLASSIFICAÇÕES

De uma bagagem histórica, até os dias atuais, os mapas ainda exercem fortemente esse papel de ferramenta à serviço de uma classificação do mundo. Por sua evolução como uma ferramenta cartesiana de comunicação, (ou seja, sistematização científica, informações objetivas, dados matemáticos), há dois aspectos, indissociáveis entre si, que devem ser pautados por essa característica. O primeiro é que os chamados “mapas oficiais” fortemente representaram a necessidade do domínio da técnica cartográfica no seu processo de elaboração e leitura, ficando restrito ou associado a um seletivo setor da sociedade, em que, geralmente o Estado e as instituições vinculadas protagonizavam o papel da produção dessas narrativas.

O segundo aspecto da linguagem cartesiana, é que há a tendência de diluir a questão subjetiva e arbitrária da cartografia, de modo a considerá-la uma narrativa neutra, imparcial, que representa os elementos do espaço. Os critérios de escolha dos elementos de simbolização, da classificação, como bem situou Hall (2016), e a própria

⁹ E falando em narrativas construídas a partir da generalização da realidade, da classificação do mundo, da escolha de símbolos numa representação, nada mais justo de se chamar atenção para o termo utilizado pelo autor como forma de naturalização do homem como sujeito neutro na história da humanidade, traduzindo o cenário de desigualdade nas relações de gênero neste mesmo processo de “imaginar, articular e estruturar o mundo”.

generalização do espaço na construção dos mapas evidenciam a perspectiva de uma narrativa geográfica, em que “os sentidos de mundo e sociedade estão implícitos nas narrativas, marcam distâncias, indissociavelmente sociais e espaciais” (GAMALHO, 2016, p. 41).

Um exemplo da divergência do padrão de classificação de cores, aconteceu num mapeamento, em um dos processos de pesquisa vinculado ao PNCSA, no município de Lábrea/AM. Seguindo o sistema de representação de uso comum utilizado nas cartografias, chamado de convenções cartográficas, as massas de água seriam prioritariamente representadas por tons de azul. A plataforma online GoogleMaps, empresa responsável por dar grande visibilidade e acessibilidade as imagens de satélite e representações cartográficas, em seu modelo de representação gráfico utiliza as cores seguindo as convenções cartográficas, como é possível visualizar na figura a seguir (**Figura 5**). Enquanto isso, o povo indígena Paumari, no norte do município, ao discutir sua própria representação, optou por representar alguns rios, como o rio Purus na cor esbranquiçada, como aparece na sequência da captura de tela (**Figura 6**).

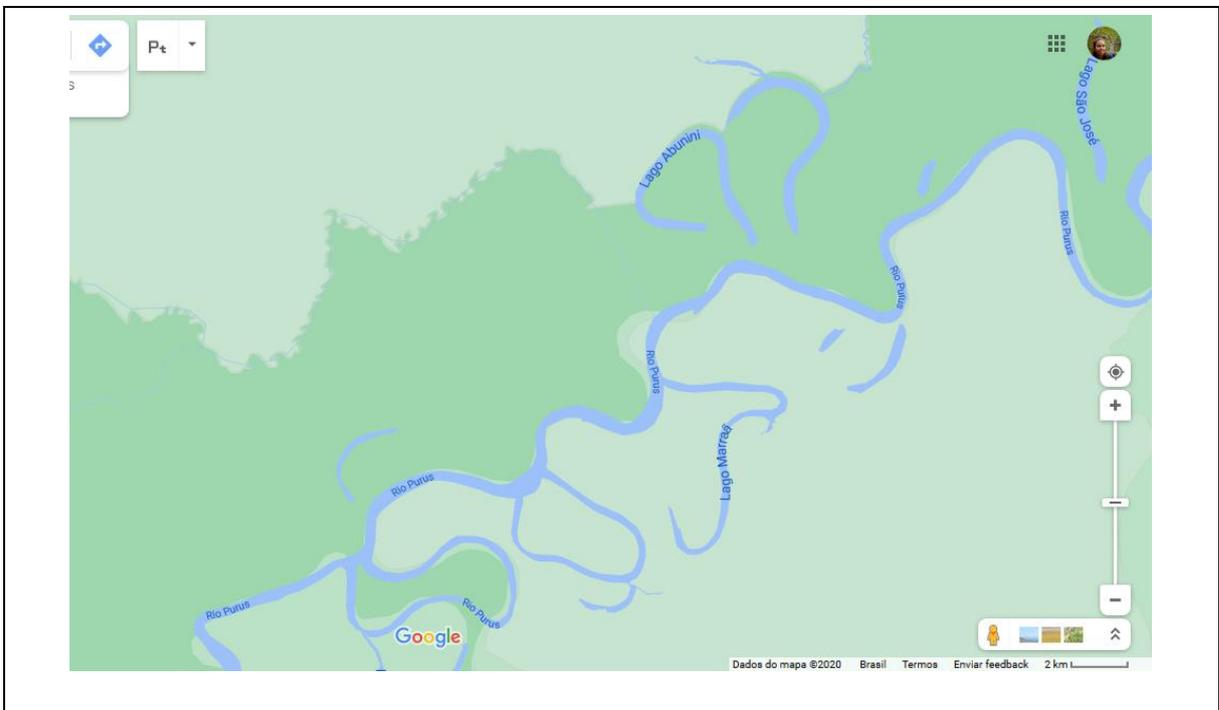


Figura 5: captura de tela da representação do GoogleMaps próxima à área da Terra Indígena Paumari do Lago Maraha, município de Lábrea (AM)

Fonte: GoogleMaps, acessado em novembro de 2020

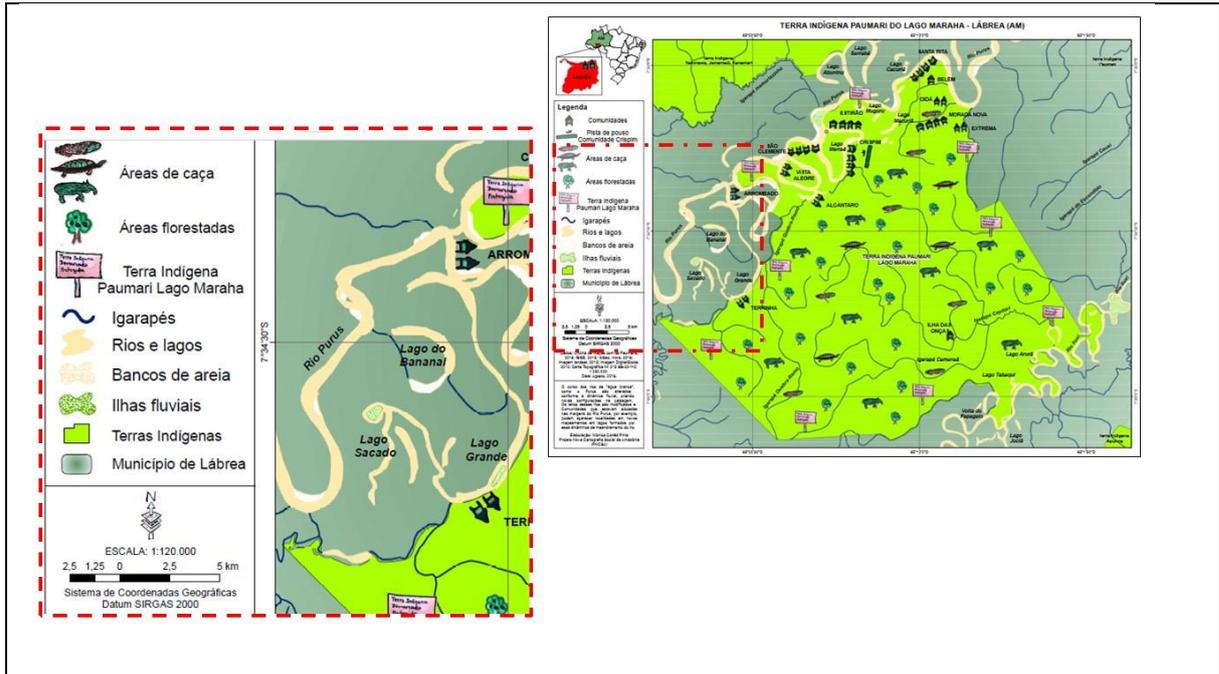


Figura 6: aproximação do mapa “Terra Indígena Paumari do Lago Maraha - Lábrea (AM)”
 Fonte: adaptado por Tiane Souza a partir do mapa extraído do site do PNCSA, setembro 2020

Em nota no próprio mapa, a pesquisadora do PNCSA responsável pelas oficinas, Mônica Cortêz Pinto, ainda traz um aspecto de particularidade dessa representação, evidenciando para o público leitor dinâmicas referentes às formas de uso, ocupação e concepção do território pela comunidade:

“O curso dos rios de “água branca”, como o Purus, são alterados conforme a dinâmica fluvial, criando novas configurações na paisagem. Os leitos desses rios são modificados e Comunidades que estavam alocadas nas margens do Rio Purus, por exemplo, podem aparecer localizadas em novos mapeamentos em lagos formados por essa dinâmica de meandramento do rio.”. (PNCSA, 2018)

Num outro contexto, no mapeamento realizado na comunidade de Santo Amaro que resultou no fascículo “Times de Futebol do Bairro de Santo Amaro, Recife/PE”, os símbolos escolhidos para representação no mapa também foram objetos de reflexão da comunidade. O grupo, inicialmente, havia colocado no mapa a localização dos campos de futebol sem diferenciação entre si, com um mesmo símbolo para todos eles. Numa das oficinas, a comunidade estabeleceu a diferenciação entre os campos de “medidas oficiais” (equivalentes a estádios) e os campinhos de variados tamanhos, vide o mapa abaixo (**Figura 7**). Os participantes das oficinas argumentaram que um dos seus campos, o Campo do 11, já havia perdido espaço para o alargamento da avenida que passa ao seu lado, reiterando a classificação no mapa, do Campo do 11, para representar sua importância no intento de suas medidas serem preservadas.

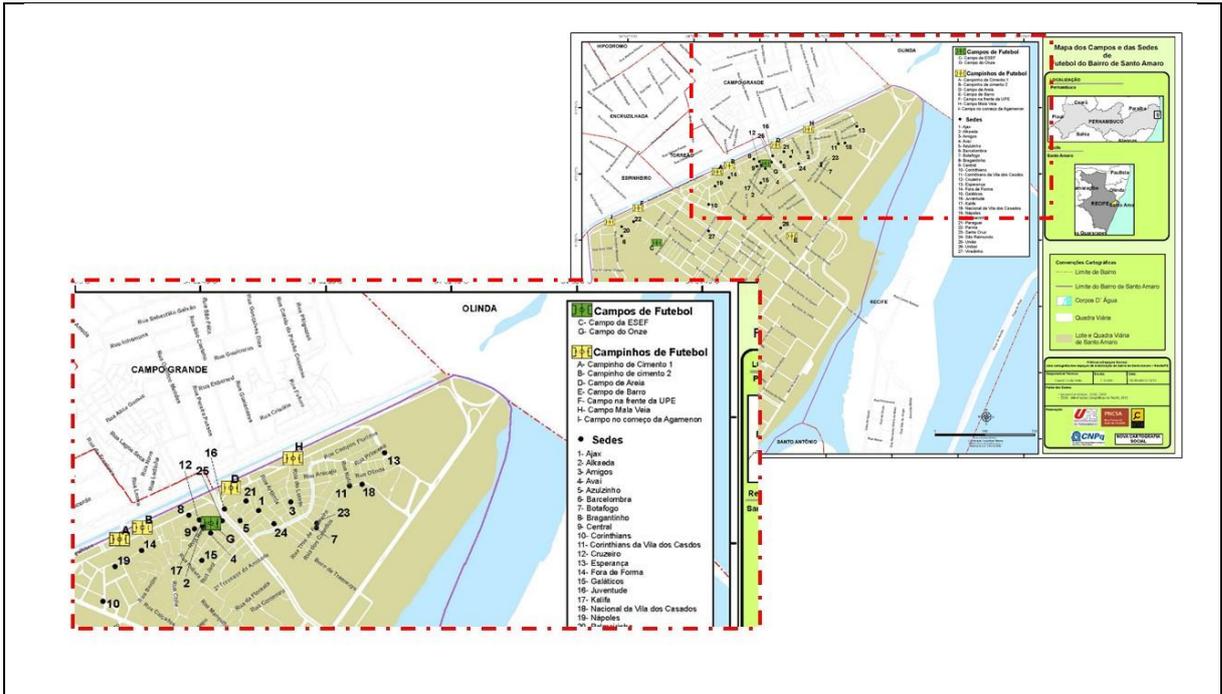


Figura 7: aproximação do mapa “Mapa dos Campos e das Sedes de Futebol do Bairro de Santo Amaro

Fonte: adaptado por Tiane Souza a partir do mapa do fascículo “Times de Futebol do Bairro de Santo Amaro, Recife/PE” (PNCSA, 2016), setembro 2020

Quem vivencia o território, classifica-o a partir de seus referenciais socioespaciais do cotidiano, a partir dos acordos coletivos e da concepção de mundo traduzida nas relações locais em que as classificações são arbitrarias e conjecturais (ALMEIDA (Orgs.), 2017)¹⁰, e podemos fazer essa analogia com a perspectiva inserida numa narrativa cartográfica. O mapa, segundo o Almeida, fazendo referência à discussão de Benedict Anderson, faz parte da tríade Censo, Mapa e Museu¹¹, compreendidas como instituições de poder de caráter político que exercem autoridade de classificação e representação. O poder da técnica para produzir narrativas e classificações sobre uma determinada realidade pode tornar presente ou ausente além de símbolos e significados, grupos e populações inteiras, o que nos incita,

¹⁰ Almeida cita o livro de Foucault “As Palavras e as Coisas” (1999 [1966]), onde já no prefácio faz referência à obra de J. L. Borges e a questão da arbitrariedade da classificação com base na enciclopédia chinesa discutida pelo autor.

¹¹ Censo, Mapa e Museu são discutidos como instituições de poder em que “o Estado colonial imaginava o seu domínio — a natureza dos seres humanos por ele governados, a geografia do seu território e a legitimidade do seu passado”. ANDERSON, p. 227, 2008. Benedict R Anderson. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução Denise Bottman. São Paulo, Companhia das Letras (2008).

portanto, a levantar o questionamento “quem mapeia quem?” (ACSELRAD, COLI, 2008).

2.3 ESTAR FORA DO MAPA: “QUEM MAPEIA QUEM?”

O que está presente e o que está ausente¹² nos mapas já mobilizou muitas decisões políticas. A característica de seletividade da técnica por muito fez com que a produção das narrativas fossem majoritariamente construídas a partir de perspectivas hegemônicas. O poder de produzir as cartografias também esteve atrelado a um forte argumento dos custos de produção dos chamados “mapas oficiais”, em que só a partir das décadas de 70 e 80 que a conjuntura tecnológica se modificou para consolidar o processo de passagem definitiva da cartografia analógica para a digital, como discute a geógrafa Ana Betânia Martins:

Tal novo cenário tecnológico e informacional impôs o fato de que a produção cartográfica não estaria necessariamente restrita a técnicos da área da Cartografia. Pelo contrário, poderia e, de fato, seria cada vez mais realizada com a participação dos grupos sociais interessados na leitura, apropriação e uso de seu conteúdo (TAYLOR, 1998; FERREIRA et al., 2008 *Apud* MARTINS, 2020, p.45).

A partir daí, ficaram mais visíveis iniciativas que passaram a incluir usuários locais não especializados na elaboração dos mapas oficiais ou outros produtos cartográficos no processo de produção da informação cartográfica, que ficaram conhecidos como mapas participativos, cartografias colaborativas, mapas sociais, etc (ACSELRAD, COLI, 2008), como mostra a figura a seguir numa discussão cartográfica realizada numa associação de indígenas residentes em Manaus (**Figura 8**).

¹² Vale a leitura do artigo “Sobre sujeitos e mapas: ausências e emergências dos indígenas nas cartografias do Sertão de Itaparica” (2017) da autoria de Whodson Silva e Vânia Fialho. A discussão se insere em torno da produção da ausência étnica nos “mapas oficiais” da Região de Desenvolvimento do Sertão de Itaparica, foco de investimento energético no estado de Pernambuco.



Figura 8: oficina de mapas na Associação do Artesãos Indígenas Poterikharã Numiá (APN) realizada pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.

Fonte: fascículo “Mulheres Indígenas e Artesãos do Alto Rio Negro em Manaus”, PNCSA. 2007

A ideia de tornar algo participativo vem, segundo Díaz Bordenave, do “descontentamento geral com a marginalização do povo dos assuntos que interessam a todos e que são decididos por poucos” (DÍAZ BORDENAVE, 1995, p.12). Mas, nem sempre a participação significa uma autonomia pelas tomadas de decisões. No esquema seguinte (**Figura 9**), Díaz Bordenave ilustra os graus de participação dentro de uma determinada organização social.

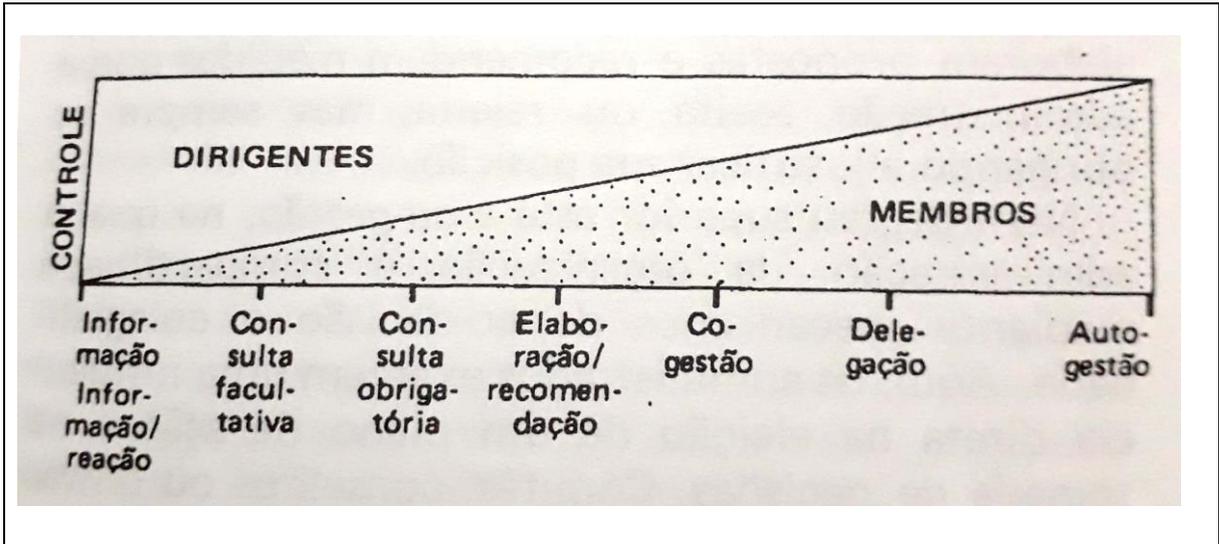


Figura 9: esquema que ilustra os graus de participação em uma determinada organização social.

Fonte: Juan DÍAZ BORDENAVE. “O que é participação”, coleção primeiros passos, pg.31, 1995

Podemos utilizar o esquema e fazer uma analogia aos mapas, em que os “membros” seriam os protagonistas do território mapeado e os “dirigentes” seriam as entidades mapeadoras externas. Neste caso, o que estaria em jogo seria o controle sobre os dados do território. Num nível de participação em que os dados estão sob total controle de entidades externas (desde a classificação e produção de dados à manipulação e disseminação), a comunidade local estaria situada no eixo próximo à “informação”, pois poderia até ter conhecimento sobre tais dados, mas não haveria envolvimento algum sobre eles. Já num nível de participação em que os dados do território (desde a classificação e produção de dados à manipulação e disseminação) estariam sob total controle dos membros locais, a comunidade mapeada estaria situada próxima ao eixo “autogestão”, o que significaria uma autonomia sobre os dados.

“Para Herlihy e Knapp (2003), o mapeamento participativo é aquele que reconhece o conhecimento espacial e ambiental de populações locais e os insere em modelos mais convencionais de conhecimento” (ACSELRAD, COLI, 2008, p. 15). É uma questão de apropriação de uma linguagem já legitimada dos chamados “mapas oficiais” em que se “combinam elementos simbólicos e iconográficos com a moderna tecnologia de informação geográfica e, assim, produzem os mapas” (VIANNA, 2009). Nessa lógica, a elaboração de mapas parte para além da técnica, sendo algo que tem uma ação coletiva que vai desde a produção até o desdobramento desta mobilização,

na qual o sujeito social e coletivo participa do processo de mapeamento do seu próprio território.

A delimitação do espaço torna-se, assim, não mais um meio de representação simplesmente pelos objetos geográficos que o compõem, mas pelos conhecimentos associados a seu uso e pela intenção política que preside a sua apropriação. A representação desses territórios, onde se incorpora o conhecimento dos diferentes interesses, assim como o conflito entre seus distintos projetos, abre, pois, ao debate a questão da legitimidade do poder que sobre eles se exerce. (ACSELRAD, 2014, p. 6)

Importante ressaltar que não tenho a intenção de hierarquizar os tipos de experiência cartográfica. Em cada contexto, aplicam-se diferentes formas de acessar informações do espaço geográfico e recebem diversas nomenclaturas, como mapas sociais, mapas colaborativos, entre outros. Porém, tenho a intenção, sim, de problematizar o poder da representação e a questão da ética com os dados pertencentes a uma população e seu território.

No Brasil, o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia tem sido um dos grandes responsáveis por trazer visibilidade a uma problematização da experiência cartográfica, principalmente no que se diz respeito a povos e comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas, extrativistas, ou povos organizados em “terras tradicionalmente ocupadas”¹³ (ALMEIDA, 2004). Nos seus trabalhos desenvolvidos, a representação do espaço faz parte de um grande processo de mobilização coletiva e reflexão, em que o mapa se torna um dos produtos desse enlace.

2.4 “GUERRA DOS MAPAS”¹⁴: TERRITÓRIO E O PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL

A discussão desenvolvida até o momento de construção de narrativas e os sujeitos do processo tendo como base o PNCSA, tem por fundamento, principalmente, o referencial do território e seus imbricamentos. O território em sua concepção clássica

¹³ ““terras tradicionalmente ocupadas”, que expressam uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos da natureza” (ALMEIDA, 2004, p.9)

¹⁴ Resultando no livro “Carajás: a guerra dos mapas” ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Carajás: a guerra dos mapas. Belém: Seminário Consulta, 1995), essa expressão ficou conhecida por causa de um conjunto de ações com os grupos sociais atingidos pelo programa de mineração Grande Carajás, no Pará. (ACSELRAD; COLI, p. 2008, 26 *Apud* MARTINS, 2020, p 51).

vinculada a um aspecto de poder “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica” (HAESBAERT, 2004 *Apud*, 2007, p. 20).

Em se tratando dos diferentes grupos participantes dos processos cartográficos, a dimensão territorial aparece engajada com aspectos relacionados à noção de identidade e à noção de direito, constituindo campos de disputas simbólicas e materiais. As populações mapeadas pautam práticas territoriais e as formas de uso dos recursos disponíveis com as relações sociais e de poder incidentes.

Segundo Oliveira, a dimensão territorial é “a dimensão estratégica para se pensar a incorporação de populações etnicamente diferenciadas dentro de um Estado-nação” (1998, p. 55). Os países onde o projeto desenvolve os trabalhos, de acordo com Almeida (2020), são todos signatários da Convenção 169 da OIT¹⁵, evocando que haja um diálogo das ações do Estado e outras entidades em respeito às concepções de terra, território e territorialidade dos povos que a protagonizam.

Segundo Haesbaert, numa perspectiva territorial latino americana (adotando o continente em seu aspecto identitário e fora do eixo eurocêntrico), o “território é lido frequentemente no diálogo com os movimentos sociais, suas identidades e seu uso como instrumento de luta e de transformação social” (2020, p. 76), e é a partir dessa noção que mapeamentos sociais, participativos, entre outros, se fundamentam.

Quando se discute “Cartografia Social”, assim como quando se problematiza “mapeamentos participativos”, trabalha-se com uma variada discussão de conceitos e metodologias. Já por si, são dois termos conhecidos, utilizados de maneira abrangente, em especial o “social”, que possuem significados e usos diferentes¹⁶, e acontece o mesmo quando utilizados de forma associada. Cartografias Sociais são construções de representação espacial em que a perspectiva social local é

¹⁵ Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre Povos Indígenas e Tribais em Estados Independentes

¹⁶ O termo *cartografia*, apesar de ter uma definição de aspecto científico, como uma ciência de mapas, voltada para a representação gráfica do espaço, também tem sido utilizado em sua pluralidade, por exemplo, sendo sinônimo de uma análise esmiuçada sobre determinado assunto, como no livro “Micropolítica: cartografias do desejo” de Guattari e Rolnik (1986), ou como um levantamento e registro documental como na revista de Artes Cênicas “Cartografias MITsp”.

evidenciada no processo, e, por ser um termo hoje que alcançou uma visibilidade, sofre variações conceituais e metodológicas no seu uso.

Cartografias Sociais, como têm sido disseminadas, são ações realizadas de forma participativa, tendo em vista seus diversos níveis de engajamento (DÍAZ BORDENAVE, 1995): por vezes, são geridas por órgãos não governamentais, outras vezes, pela sociedade civil; muitas vezes são elaboradas com a finalidade de resolução de conflitos, outras como um contramapeamento e uma demanda local, entre outros pontos. Contudo, um dos referenciais desse termo e responsável pela visibilidade deste tem sido o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.

O PNCSA, coordenado pelo antropólogo Alfredo Wagner e pela historiadora Rosa Acevedo Marin é constituído por uma rede de pesquisadores articulados entre si através de projetos de mapeamentos sociais. Saldo de um intenso trabalho do PNCSA na região amazônica, o projeto compreende uma gama de outros projetos de expressão nacional, através do Projeto Nova Cartografia Social do Brasil, que “abrange tanto regiões amazônicas, quanto do cerrado e da floresta atlântica” (ALMEIDA (org.), 2013, p. 11), colaborando ainda mais para a visibilidade do termo “Cartografia Social”.

Segundo o pesquisador, há a defesa de classificar esse tipo de experiência como distinta de um processo do mapeamento participativo, pois, no modo de atuar do Projeto, não se é delegado o lugar de participação da comunidade mapeada (ALMEIDA, 2020), como muitas vezes operam agências externas mapeadoras. Nesse sentido, num cenário de guerra de mapas e conceitos, a necessidade de afirmar essa ruptura é explicada pelo coordenador da seguinte forma:

O “Nova” significa a insuficiência teórica de explicar os fenômenos. Não fazemos só Cartografia Social, porque hoje ela já está sujeita a instituições mundiais, tem seus protocolos. Não gostaríamos de perder o termo Cartografia Social, mas gostaríamos de marcar uma distinção pelo uso do conceito pelos bancos, Estados, agências internacionais. Teoricamente, a Cartografia Social já marca uma ruptura com a cartografia clássica, as cartas náuticas, do discurso de guerra e militar. **Hoje, a cartografia é um instrumento de consolidação de direitos**”. (ALMEIDA, 2020, grifo nosso)

As cartografias elaboradas no âmbito do PNCSA, são fruto da articulação entre a rede de pesquisadores do PNCSA e movimentos sociais (por vezes pertencentes aos dois eixos e) dos territórios mapeados: “tais movimentos sociais consistem em

manifestações de identidades coletivas, referidas a situações sociais peculiares e territorializadas” (site PNCSA), podendo constituir unidades de mobilização¹⁷ em torno das identidades acionadas. O aspecto das narrativas serem construídas como automapeamentos, possibilita que haja o envolvimento de uma pesquisa de relação etnográfica em que “tem-se não apenas um maior conhecimento sobre o processo de ocupação dessa região, mas sobretudo uma maior ênfase e um novo instrumento para o fortalecimento dos movimentos sociais que nela existem” (site PNCSA). Estabelece-se um conjunto de ações voltadas para um objetivo que têm categorias de ações que estão sendo mobilizadas: “é a própria comunidade local que se constitui como sujeito de conhecimento e ação política, funcionando também como comunidade argumentativa” (OLIVEIRA, 2013, p. 13).

O lugar acadêmico presente no projeto, sobretudo, no campo das ciências sociais, e a necessidade de efetivar as cartografias como instrumentos jurídicos, exprimem a contínua reflexão em cima de categorias teóricas utilizadas para fundamentar as ações desenvolvidas. A geógrafa Ana Betânia Martins, traz o argumento de que geralmente as cartografias elaboradas no âmbito do projeto, são realizadas “em contextos de disputas territoriais” e são “processos que pleiteiam acesso a políticas públicas” (MARTINS, 2020, p.56).

O mapa, portanto, é construído como uma narrativa de poder, de perspectiva situada e posicionada, envolvendo, uma gama de categorias a partir dos sujeitos atuantes no processo. Segundo Almeida (2020), são “mapas situacionais”, elaborados num contexto e, assim, permitem uma abrangência conjuntural, como evidenciam Lima e Gayoso:

Os “mapas situacionais” (Almeida, 2005) constituem um recurso de método para registro da diversidade das situações sociais, mostram situações contingentes, concretas e reveladoras de um determinado momento, passível de alteração, contudo, plenamente possíveis de espacialização, e chamam atenção para um processo de afirmação étnica e identitária, a partir de “realidades localizadas e processos sociais” (Almeida, 2005, p.101). (LIMA, GAYOSO DA COSTA; 2012)

¹⁷ Este conceito de unidades de mobilização refere-se à aglutinação de interesses específicos de grupos sociais não necessariamente homogêneos, que são aproximados circunstancialmente pelo poder nivelador da intervenção do Estado – por meio de políticas desenvolvimentistas, ambientais e agrárias – ou das ações por ele incentivadas ou empreendidas, tais como as chamadas obras de infraestrutura. ALMEIDA, 2004, p 10

Dentre os fascículos aqui selecionados, os mapas elaborados pelo Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) serviram de instrumento jurídico na luta de afirmação étnica, identitária e territorial. As quebradeiras conseguiram aprovar no Maranhão e no Tocantins leis estaduais que concedessem acesso livre aos babaçuais, contrapondo os mapas oficiais, os quais só representavam as propriedades privadas que haviam cercado os babaçuais.

Em uma LIVE realizada em celebração ao Dia Estadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, no Piauí e Maranhão, intitulada “O Protagonismo Feminino e as Políticas de Resistência das Quebradeiras de Coco Babaçu através da página do YouTube do MIQCB” (2020) trazendo temas como o acesso à terra, ao território, ao babaçu livre, tinha em sua descrição:

“Mulheres, adultas e jovens, quilombolas, indígenas, agroextrativistas, mães, avós, filhas e companheiras, que estão à frente de ações políticas, pedagógicas e econômicas, na luta por direitos e na defesa das florestas de babaçu, proteção dos territórios tradicionais, do respeito ao modo de vida e a relação dos povos com a biodiversidade” (MIQCB, 2020)

Para elas, a luta para estar no mapa foi e tem sido um processo de reconhecimento de seus papéis sociais e de suas pluriidentidades organizativas como mulheres quebradeiras de coco babaçu.

3 POR UMA GEOGRAFIA CORPORIFICADA¹⁸

“Sistema-mundo capitalista/patriarcal/cristão/moderno/colonial europeu” é como a geógrafa brasileira Joseli Maria Silva caracterizou o cenário global atual (CONFERÊNCIA, 2017), um sistema que organiza os processos a partir da hierarquização humana e que se reproduz a partir da desigualdade. Essa lógica, também interpretada por Quijano como “colonialidade do poder” (2005), apoia-se em critérios de classificação social universal de uma perspectiva - padronizante - eurocêntrica -, que reproduz relações de dominante e dominado, relações de injustiça social, invisibilidades, desigualdades, ausências e privilégios. Sustenta-se, portanto, por estabelecer a sobreposição de uma racionalidade específica, no caso o eurocentrismo, sobre outras designadas como inferiores e corrobora com o que a pesquisadora Leda Martins (2003), citada anteriormente, nos fez refletir sobre outras narrativas, àquelas grafadas na voz, no corpo, nos rituais, e não somente na grafia escrita (a qual predomina seu pertencimento a uma racionalidade hegemônica).

A ciência, como produção de conhecimento, é um grande instrumento de classificação do mundo e também está situada, todavia, neste cenário. Assim, cabe colocar a seguinte reflexão da geógrafa Joseli Silva:

Ao contemplar a perspectiva da construção social do pensamento científico, considera-se que são os sujeitos sociais os criadores de teorias e, portanto, elas estão atreladas a um determinado contexto histórico e a recursos de interpretação disponíveis aos pesquisadores. Tanto os instrumentos técnicos como o referencial teórico disponível constituem-se em tais recursos e, portanto, os pesquisadores edificam a ciência envolvendo tanto a objetividade, quanto questionamento a subjetividade em suas construções teóricas. (SILVA, 2003, p. 32)

As Geografias Feministas têm atuado como um movimento que surgiu a partir do reconhecimento de uma ciência geográfica construída por sujeitos sociais, e, por isso, perspectivada, propondo uma ruptura necessária num cenário caracterizado por García-Ramón como um universo científico, masculino e ocidental das academias (2007). Os saberes geográficos, enquanto produtores de conhecimento, têm

¹⁸ O título deste capítulo faz uma analogia ao artigo “O legado de Henri Lefebvre para a constituição de uma geografia corporificada” (2019) de Joseli Maria Silva, Márcio José Ornat e Alides B. Chimin Junior.

identidade, selecionam seus referenciais teóricos e utilizam suas subjetividades para classificar o mundo, e, inclusive os sujeitos.

A investigação em questão busca analisar narrativas geográficas resultantes da mobilização de organizações de mulheres. Reconhecendo o papel da teoria, considera-se a necessidade de se discutir referenciais teóricos que deem conta das pautas colocadas em torno de gênero e espaço, trazendo, assim, as Geografias Feministas para atuar nesse papel teórico, epistemológico e político

3.1 CIÊNCIA, ESPAÇO E PODER NUMA ÓTICA FEMINISTA

Fazendo um resgate histórico, identifica-se que os movimentos feministas surgiram nos países centrais da Europa e da América do Norte com reivindicações pautadas em torno de direitos civis, como o direito ao voto, o que ficou conhecido como a primeira onda do movimento. É no contexto da chamada segunda onda histórica dos movimentos feministas, nos anos 70, que as pautas estreitam ligação com “os estudos sociais e culturais da ciência” (LÖWY, 2009, p. 40): É um contexto impulsionado pelo movimento da contracultura dos anos 60, como afirma Fougeyrollas-Schwebel (2009), e há o reconhecimento de um vigente sistema patriarcal inclusive no âmbito científico, trazendo à tona a discussão do gênero, como argumenta a pesquisadora Löwy:

A ideia de uma relação estreita entre as ciências e o gênero implica que a evolução do conhecimento científico foi moldada pela existência de uma dicotomia fundamental entre o masculino e o feminino na sociedade, e pelo fato de que, durante a maior parte da História, **a pesquisa científica foi empreendida por e para indivíduos do sexo masculino**. (LÖWY, 2009, p. 40, Grifo nosso)

Considerando o pensamento científico, essa classificação binária do masculino e feminino e a relação de poder presente nessa relação, o geógrafo Marcio Ornat complementa:

As relações entre poder e epistemologia são centrais nas discussões epistemológicas, pois o simples fato da percepção distinta entre homens e mulheres da organização espacial já tem criado distintas aproximações ou possibilidades de produção do conhecimento (NAST, 1994). ORNAT, 2008.

Nesse cenário questionador, na ciência geográfica também emergem correntes teóricas influenciadas pelo movimento e são agregadas às pesquisas as categorias clássicas dessa ciência de natureza socioespacial. Vale conferir a sistematização de temas tradicionais da pesquisa feminista na Geografia elaborado por Ornat (2008, p. 315) trazida no box abaixo (**box 1**).

Box 1			
Tradições no âmbito geográfico da investigação feminista sistematizado por Ornat (2008)			
<p>“Outro encaminhamento pode ser visto nas respostas ao questionário aplicado por Oberhauser (et alii, 2003) às participantes da Geographic Perspective on Women (GPOW), na Association of American Geographers (AAG), em 1999. Os temas abordados neste inquérito eram como as pessoas haviam se envolvido com gênero na geografia, quaiseram as teorias/conceitos/métodos que têm influenciado este sub-campo, quais os livros e artigos importantes, qual o papel da pedagogia feminista e dos profissionais ativistas na geografia, e as futuras direções deste sub-campo. Dois temas surgiram destas respostas, o envolvimento pessoal do pesquisador na geografia feminista e a relevância das pesquisas feministas para os tópicos de pesquisa geográficos relacionados à migração, identidades políticas, reestruturação econômica, pós-estruturalismo, e geografia da população. Assim, vejamos o Quadro 1.”</p>			
<small>MARCIO JOSÉ ORNAT</small> Quadro 1 :Tradições no Âmbito Geográfico da Investigação Feminista			
	<i>Aproximações Teóricas</i>	<i>Metodologia</i>	<i>Tópicos de Pesquisa</i>
Mulheres na Geografia	<ul style="list-style-type: none"> _ “Quantificando” as mulheres _ A Geografia das Mulheres _ Feminismo e Empiricismo 	<ul style="list-style-type: none"> _ Mapeamento de padrões espaciais das atividades das mulheres e status _ Desafio da Pesquisa Positivista 	<ul style="list-style-type: none"> _ Mulheres na Cidade _ Mulheres e Emprego _ Mulheres e Desenvolvimento
Feminismo Socialista	<ul style="list-style-type: none"> _ Feminismo Socialista _ Marxismo _ Gênero e Desenvolvimento 	<ul style="list-style-type: none"> _ Materialismo Histórico _ Combinações entre Teoria e Práxis 	<ul style="list-style-type: none"> _ Relações entre Capitalismo e Patriarcado _ Estrutura Espacial e Social do Trabalho Doméstico _ Papéis de Gênero no Terceiro Mundo
Feminismo do Terceiro Mundo/ política da diferença	<ul style="list-style-type: none"> _ Pós-Estruturalismo _ Pós- Colonialismo _ Teoria Racial 	<ul style="list-style-type: none"> _ Análise do Discurso _ Pesquisa Participativa _ Histórias de Vida _ A política de trabalho de campo 	<ul style="list-style-type: none"> _ Desafio Essencialista e Formas Eurocênicas de conhecimento _ Planejamento de Gênero e Desenvolvimento _ Diferenças através do curso da vida
Feminismo e “Nova” Geografia Cultural	<ul style="list-style-type: none"> _ Estudos Queer _ Pós-Modernismo _ Teoria Psicanalítica _ Representação Cultural 	<ul style="list-style-type: none"> _ Posicionalidade e reflexibilidade _ Análise Textual _ Narrativas _ Etnografia 	<ul style="list-style-type: none"> _ Conhecimento Situado _ Sexualidade e Espaço _ O Corpo e Identidades Políticas _ Imaginário e Espaço Simbólico
<small>Fonte: JOHNSTON et al. 2000; JONES, NAST; ROBERTS 1997; WGSG, 1997. Apud OBERHAUSER et al., (2003)².</small>			

BOX 1: Tradições no âmbito geográfico da investigação feminista sistematizado por Ornat (2008)

Fonte: “Sobre espaço e gênero, sexualidade e geografia feminista”, Márcio José Ornat (2008)

As Geografias Feministas ganham corpo na crítica e denúncia de uma tradição do pensamento científico feito a partir de uma neutralidade e de uma objetividade (SILVA, 2009, p. 95), o qual interpreta a sociedade como um conjunto neutro, assexuado e homogêneo (VELEDA DA SILVA, 1998, p. 108). As pesquisas feministas geográficas no cenário acadêmico ganham impulso a partir de espaços “em cursos

oferecidos nos programas de Geografia de universidades em vários países” (ORNAT, 2008, p. 314), contudo, recorreremos à observação de Silva:

Embora a geografia feminista tenha avançado nos espaços acadêmicos dos países em que o movimento surgiu, há ainda que se considerar, como argumenta Mignolo (2004), a geopolítica do conhecimento, já que grande parte das conquistas ainda não foi disseminada, e essas conquistas envolvem, sobretudo, a luta de mulheres brancas de grandes universidades norte-americanas e inglesas. (SILVA, 2009, p. 32)

No Brasil, segundo Ornat, num levantamento publicado em 2008, as publicações na área e os espaços de diálogo ainda estavam caminhando a passos lentos, demonstrando desinteresse e pouca valorização dentro da produção do conhecimento (ORNAT, 2008). Hoje, apesar de um contexto político desfavorável a qualquer ascensão de pesquisas com o tema relacionado a gênero e/ou sexualidade – ou, talvez, pela maior necessidade de agir a esse contexto -, esse cenário tem começado a se modificar.

No período de andamento desse mestrado, houve dois grandes eventos nacionais na área da Geografia e da Geografia Cultural que contemplaram grupos de trabalho voltados à temática das Geografias Feministas: em 2018, no VII Colóquio Nacional do Núcleo de Estudos em Espaço e Representações (NEER), “Setor 4 - Corpo, Gênero e Sexualidades”; e em 2019, no X Encontro Nacional da Pós-Graduação em Geografia (ENANPEGE), “GT 23 - Geografia e diversidade: gêneros, sexualidades, etnicidades e racialidades”. Internacionalmente, houve também o IV Seminario Latinoamericano de Geografía, Género y Sexualidades, em 2019, na Argentina.

A rede de pesquisa em Geografias Feministas na América Latina, também vem se configurando a partir de um debate que agrega outras perspectivas de ruptura, sendo uma delas os privilégios epistêmicos dos estudos anglófanos, segundo a pesquisadora Sofía Zaragocín do Colectivo de Geografía Crítica del Ecuador (SILVA; ORNAT, 2018).

Uma das características dessa rede que tem se constituído, é o uso de metodologias feministas em mapeamentos. Recentemente, em um ciclo de debates virtuais que tinha como eixo “Geografía y Género em tempos de pandemia”, a geógrafa Diana Lan trouxe ao debate as potencialidades dos mapeamentos

participativos na espacialização de dados referentes à temática da violência de gênero, em particular o Femicídio, mostrado na figura a seguir (**Figura 10**).

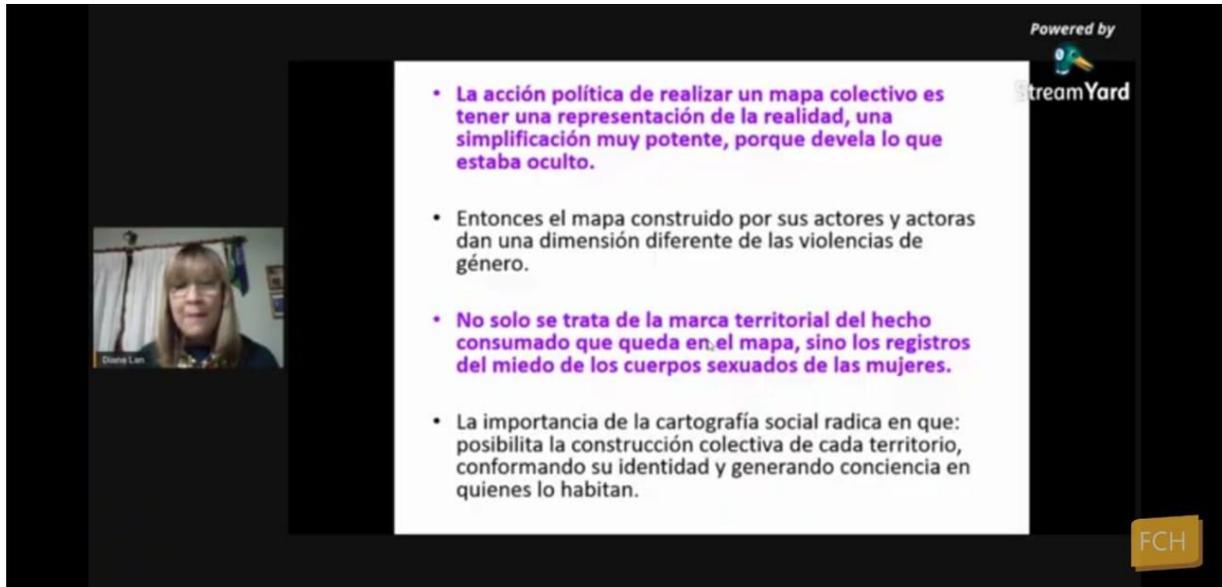


Figura 10: captura de tela do webinar “Mapeo de feminicidios em América Latina” apresentado pela Dra. Diana Lan.

Fonte: Youtube/ Facultad de Ciencias Humanas UNICEN, Argentina. 16 jun. de 2020

3.2 A TEORIA NA ANÁLISE: MULHERES EM PERSPECTIVA

Partir da lógica de uma sociedade diversa e reconhecer o gênero com uma variável de análise, significa compreender a complexidade que as relações sociais estão pautadas. Um dos fortes questionamentos dos movimentos feministas para as análises geográficas, foi o de que nesse universo predominou que as ferramentas desconsiderassem o papel do gênero enquanto categoria analítica (REIS, 2015), e, portanto, as relações de poder dentro de um universo ocidental patriarcal.

Olhar para o gênero significa também alterar a escala de análise do espaço geográfico, sair dessa perspectiva mais ampla e adentrar relações do cotidiano, do micro-social (SILVA, 2003, p. 33). Segundo a Secretaria da Mulher de Pernambuco, fazer as ações baseadas no uso do conceito de gênero, pode auxiliar em propostas de reparação de desigualdade sociais:

O conceito de gênero é útil para se estudar a realidade, porque ele nos ajuda a identificar as desigualdades sociais, econômicas e políticas praticadas em razão da diferença de sexo das pessoas. [...] Gênero é um conceito

imprescindível à análise das sociedades. Ele faz parte da teoria feminista e foi construído na luta das mulheres contra a opressão, contra a exploração, e contra as discriminações de sexo. (PERNAMBUCO, 2011, p. 52).

Ao tentar compreender o gênero, a historiadora Joan Scott, num de seus artigos bastante reproduzidos, publicado originalmente em 1986¹⁹, concluiu que uma definição para gênero seria “uma percepção sobre as diferenças sexuais” (GELEDÈS, 2013), em que relações simbólicas atuam na construção desses diferenciais.

Vale lembrar que nas ciências, é antiga a relação do corpo como objeto de classificação, como a tradição do “trabalho antropológico de inventariação, classificação e hierarquização dos corpos e respectivas representações” (AZEVEDO *et al*, 2009, p. 21). A própria Ciência Geográfica só vai reconhecer essa “retorização do corpo”, segundo Azevedo *et al*, num contexto de transformações nas ciências sociais:

Até à década de setenta, a presença do corpo, da sexualidade, do gênero, reduzia-se a análises de estruturas demográficas em que as características descritoras de variáveis biológicas eram tomadas em consideração numa qualificação mais vasta da sociedade encarada pelo seu aspecto exterior. Este ‘instrumentalismo devia muito ao contexto epistemológico geral positivista e humanista em que a disciplina se inseriu desde a sua origem [...]. (AZEVEDO *et al*, 2009, p. 13)

Compreendendo a importância da evolução dos estudos sociais e as relações de poder envolvidas, considerando àquelas oriundas de uma lógica machista violenta, é preciso reconhecer que as categorias e seus significados estão sob constante construção e redefinição, se não, podem reproduzir outros tipos de violência, como afirma Silva:

As categorias constitutivas da representação de gênero não são lineares, causais ou consequentes. Elas formam uma complexidade permanentemente aberta a partir do movimento da vivência cotidiana. Constantemente, os sujeitos sociais confrontam sua sexualidade vivenciada com aquelas que contrariam o padrão vigente, ou seja, a categorização dos seres humanos nos polos masculino e feminino. (SILVA, 2009, p. 123)

Uma leitura que corrobora com um pensamento não estático, é o do entendimento do gênero como uma categoria construída socialmente e exercida como representação e performance (BUTLER, 1993, *Apud* SILVA, 2009), abrangendo

¹⁹ Joan SCOTT: Gênero: uma categoria útil de análise histórica (1995), publicado originalmente em 1986

feminilidades, masculinidades e vivências trans (dissonantes de uma lógica heteronormativa e binária) (SILVA, 2009, p.94). A questão do gênero se expressa tanto em como os indivíduos se identificam, como enquanto são identificados (e não necessariamente ganham o mesmo significado), em que os corpos marcados (CONFERÊNCIA, 2017) são produzidos e interpretados pela desigualdade.

As narrativas geográficas que foram selecionadas para compor o corpo de análise, acionam, uma identidade de gênero específica, em que há uma autoidentificação como *mulheres*. Isso implica dizer que nas relações sociais desses grupos, há o fator organizativo a partir da identidade coletiva *mulheres*. Nos estudos do gênero como um marcador social da diferenciação (HENNING, 2015), reconhece uma atuação interseccional das categorias, ou seja, indissociadas de outros marcadores como cor, idade, sexualidade, classe.

Nessa rede de identidades (afirmadas e/ou interpretadas), há ainda outras redes que atuam nas relações, como o trabalho, ou território, ou a etnia, em breve comentadas, evidenciando o imbricamento destas na formação de plurais identidades.

3.3 IDENTIDADES TERRITORIAIS E DEMANDAS DE MULHERES

Assim como afirma Haesbaert, “uma das bases que pode dar mais consistência e eficácia ao poder simbólico da identidade são os referenciais concretos que ela utiliza para ser construída” (HAESBAERT, 2013, p. 238). Um dos referentes concretos do território pode ser, segundo esse autor, uma característica espacial ou um recorte geográfico.

Elaborados por diferentes grupos de mulheres que carregam aspectos territoriais na constituição de suas identidades, as narrativas em questão são da autoria coletiva de mulheres que se definem como quebradeiras de coco babaçu, ou mulheres indígenas artesãs ou também mulheres indígenas e ribeirinhas.

O pesquisador João Pacheco de Oliveira argumenta que essa confluência pode ser contemplada a partir do conceito de “processos de territorialização”:

O que estou chamando aqui de processo de territorialização é, justamente, o movimento pelo qual um objeto político-administrativo — nas colônias francesas seria a “etnia”, na América espanhola as “reducciones” e “resguardos”, no Brasil as “comunidades indígenas” — vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e

reestruturando as suas formas culturais (inclusive as que o relacionam com o meio ambiente e com o universo religioso). (OLIVEIRA, 1998, p. 56)

Nessa trama identitária e territorial, várias são as dimensões pelas quais os grupos sociais podem se articular no território. Nessa pesquisa, a perspectiva da categoria *mulheres* foi adotada para daí alcançar outras leituras e conexões. Partir desta ótica significa perceber que os indivíduos podem se estabelecer e se organizar nos seus territórios a partir de pontos comumente compartilhados provenientes, inclusive, de uma cultura de gênero (ROSE *Apud* SILVA, 2003).

Vejamos no exemplo, acontecido no Encontro dos Pescadores e Pescadoras de Recife²⁰ que teve como tema “Pesca Artesanal no Recife: Desafios e Perspectivas na Consolidação dos direitos e Territórios Pesqueiros Tradicionais”. Em uma das atividades realizadas, na qual os participantes foram separados em grupos de trabalho, mulheres pescadoras e marisqueiras se reuniram para debater questões comumente compartilhadas. A discussão resultou na temática da violência de gênero no trabalho da pesca artesanal como central, como pode ver nos cartazes escritos na figura a seguir (**Figura 11**).

²⁰ O encontro foi realizado em setembro de 2017 no Recife.



Figura 11: apresentação do Grupo de Trabalho de Mulheres Pescadoras no Encontro dos Pescadores e Pescadoras de Recife.

Fonte: Blogspot Caranguejo Uçá. Recife, 2017 http://caranguejouca.blogspot.com/2017/09/encontro-de-pescadores-e-pescadoras-do_27.html

As discussões partiram de um lugar comum: serem mulheres pescadoras e marisqueiras da pesca artesanal num contexto urbano. As participantes levantaram questões de insegurança para acessar certos pontos da maré, onde foram relatados casos de assalto e estupro, as quais tinham de se organizar para sempre estarem acompanhadas e, mesmo assim, em certos horários deixavam de ir; relataram sobre a divisão do trabalho na pesca artesanal, em que os homens assumiam o papel da pesca em lugares mais distantes e no alto mar e as mulheres se organizavam nas atividades mais próximas à casa (principalmente a mariscagem) por causa da logística com a casa e com filhos/as e netos/as; outro ponto evidenciado foi a violência de Estado relatada pelo descaso da saúde pública com questões específicas à saúde da mulher que durante boa parte do dia está imersa na maré.

Assim, ao falar de território a partir da ótica coletiva de mulheres, é presumível que esses aspectos em comum de uma cultura de gênero apareçam nas relações e demandas territoriais. Estabelecer o olhar das relações socioespaciais a partir da

perspectiva feminina, significa considerar esse “olhar atento ao cotidiano, ao micro-social e aos grupos marginalizados do poder” (SILVA, 2003, p.33),

Abordagens feministas na Geografia enfatizam que existem “relações de poder e hierarquia que transformam em assimétricos o desenvolvimento sócio-espacial nas relações de gênero” (SILVA, 2003, p. 35), como esses pautados pelas mulheres pescadoras. Esse pensamento torna ainda mais concordante que as concepções e usos de território vão “além da clássica associação à escala e/ou à lógica estatal” (HAESBAERT, 2020, p. 76) e estão intrinsecamente relacionadas com aspectos inclusive de gênero.

Las geografías feministas apuntan, por lo tanto, a desnaturalizar las jerarquías de género a partir de una mirada espacial, es decir, explicitando que las desigualdades y opresiones de género tienen una expresión espacial específica, que necesita ser develada si se quiere reinventarla en términos más justos y equitativos. Asimismo visibiliza las formas específicas en que las mujeres y los sujetos asociados a lo femenino, con sus cuerpos socialmente organizados por el género, viven y habitan la vida en relación con su inherente dimensión espacial. (COLECTIVO DE GEOGRAFÍA CRÍTICA DEL ECUADOR. 2018)

Junto a isso, assimilar que os territórios são resultados de relações sociais, significa reconhecer seu aspecto dinâmico e de potencial transformação. No contexto dos automapeamentos trazidos para análise nessa pesquisa, essa compreensão dos territórios reforça o papel do mapa como instrumento de afirmação e de defesa de territórios a partir da mobilização das mulheres: “entender que construimos y somos “construidas” por el espacio nos permite vernos como protagonistas activas de un proceso de reconstrucción del espacio donde podamos también reconstruir otras relaciones de género” (COLECTIVO DE GEOGRAFÍA CRÍTICA DEL ECUADOR. 2018).

4 “NADA PARA NÓS SEM NÓS”: análise dos fascículos

“Nada para nós sem nós” é um trecho transcrito da fala de Valdeci Ana Santos (2017), professora e uma das lideranças da Comunidade Quilombola Poço dos Cavalos, no município de Itacuruba, sertão de Pernambuco, que integrou a equipe de elaboração do Boletim de denúncia à construção da usina nuclear no rio São Francisco (PNCSA, 2019). No contexto, durante um encontro do Projeto Nova Cartografia Social, em Juazeiro/BA, Dona Valdeci enfatizou a importância das representações ali presentes protagonizarem as ações realizadas nos seus territórios: “nada pra nós, comunidades, que seja índio, que seja quilombola, que seja cigano, que seja... Nada pra nós sem nós” (Valdeci Ana Santos, 2017).

A fala de Dona Valdeci reforça as discussões anteriores postas para fundamentar esta etapa da pesquisa, em que compreendemos que várias são as estratégias para garantir uma gestão territorial que contemple demandas locais. Sabe-se que os mapas, como parte dessa gama de estratégias, não são construções neutras e que a subjetividade perpassa o caminho de elaboração cartográfica de maneira social, política, metodológica e territorial: desde a mobilização e articulação, até o uso dos dados da representação nas ações territoriais.

Este capítulo tem por finalidade se debruçar sobre fascículos (e mapas) elaborados no âmbito do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia nos quais a autoria coletiva é protagonizada por mulheres, expressada principalmente pela forma organizativa. Metodologicamente, consiste em se fazer uma análise sistemática do conteúdo dos fascículos com o objetivo de revelar como as relações de gênero estão mobilizadas nas narrativas geográficas construídas pelas mulheres. Por conseguinte, espera-se, a partir da análise, discutir qual a pertinência (e potencialidade) de se haver também protagonismos femininos na construção de ferramentas de gestão territorial.

Por se tratar de uma pesquisa documental que utiliza técnicas de análise de conteúdo, esta etapa está baseada nos procedimentos metodológicos propostos por André Cellard (2008) e Antonio Carlos Gil (2002) para análise de documentos e por Laurence Bardin (1977) para análise de conteúdo, o qual também é citado pelos outros dois pesquisadores. Os autores reforçam estratégias - a partir de técnicas de extração de informação e leitura assertiva dos dados coletados - para se conhecer bem a natureza do que está sendo analisado e então serem geradas as interpretações e

reflexões. Todos propõem que as análises sejam estruturadas em fases que possibilitem gradativamente um melhor direcionamento à leitura, como explica Gil (2002):

A análise de conteúdo desenvolve-se em três fases. A primeira é a pré-análise, onde se procede à escolha dos documentos, à formulação de hipóteses e à preparação do material para análise. A segunda é a exploração do material, que envolve a escolha das unidades, a enumeração e a classificação. A terceira etapa, por fim, é constituída pelo tratamento, inferência e interpretação dos dados (Bardin, s. d.). (GIL, 2002, p. 89)

Bardin (1977) argumenta que tais procedimentos metodológicos assumem uma função heurística, ou seja, informações são geradas e destrinchadas, formando uma gama de opções para se estabelecer diferentes leituras. Na presente investigação, tomando-se como uma análise de abordagem qualitativa, foram feitas algumas adaptações durante o processo. Uma delas é que reflexões já serão abordadas desde a etapa inicial.

4.1 DA ANÁLISE PRELIMINAR

De acordo com André Cellard (2008) o documento é um suporte de memória social, o qual, graças a ele, a observação de processos é favorecida por sua característica de testemunho acrescentada à dimensão tempo. Sua análise apresenta inúmeras vantagens para a pesquisa, contudo, “para Langlois e Seignobos, (...) a noção de documento se aplicava quase exclusivamente ao texto, e, particularmente, aos arquivos oficiais” (CELLARD, 2008, p. 295), reforçando reflexões acerca da construção das nossas histórias.

Com posteriores transformações da noção conceitual, metodologias se desenvolveram para acessar as informações contidas numa diversidade documental. Passaram a adotar outros critérios para a pesquisa em documentos, considerando que devem ser avaliadas a pertinência, a credibilidade e a representatividade (CELLARD, 2008, p. 296) da documentação sobre os processos a serem compreendidos. Neste sentido, considerando que as narrativas elencadas para análise são em suma resultado da mobilização das autoras, pode-se conceber que o conteúdo expresso represente uma perspectiva coletiva, visões de mundo, práticas, pensamentos, etc.

Para alcançar o objetivo proposto dessa pesquisa, após a fase de levantamento bibliográfico e escolha do primeiro recorte analítico - o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia -, iniciou-se a preparação para análise com a seleção dos documentos. Para isso, foi realizado um levantamento no site do projeto de todo material em formato de fascículo publicado e disponível na plataforma online (Figura 12) até a execução dessa etapa da pesquisa, em novembro de 2019.



Figura 12: sessão dos fascículos na plataforma online do PNCSA

Fonte: www.novacartografiasocial.com/fasciculos

Os Fascículos do PNCSA são pequenas publicações gráficas, com cerca de 12 páginas, que contextualizam os automapeamentos coletivos. Contêm pelo menos um mapa e itens (textos, depoimentos, imagens, croquis, etc.), como mostrado na figura a seguir (**Figura 13**). A parte escrita é enfaticamente composta de depoimentos dos participantes, trazendo suas pautas, práticas territoriais, formas organizativas, etc. Os mapas são resultado das discussões realizadas durante as oficinas de mapas propostas para cada situação de mapeamento.

para possíveis correções, aferições de dados e conteúdo dos mapas e fascículos (Figura 14).



Figura 14: revisão do mapa do fascículo “Times de Futebol do bairro de Santo Amaro, Recife/Pe”

Fonte: Times de Futebol do bairro de Santo Amaro, Recife/PE (PNCSA, 2016)

Segundo Rosiane Lima, em uma pesquisa publicada em 2017 contabilizando o material produzido desde as primeiras produções, em 2005, o PNCSA havia até o momento lançado 163 fascículos agrupados em 16 coleções (séries) (LIMA, 2017). De lá para cá, outros materiais foram produzidos e boa parte já foi colocada no site, sendo possível somar atualmente 19 coleções disponíveis para acesso.

Entre esses materiais, foram localizados dezessete (17) documentos nos quais as autorias coletivas são protagonizadas por mulheres, expressadas pela forma organizativa e/ou demanda temática, dispostos no quadro a seguir (**Quadro 1**) organizados em ordem cronológica de publicação (2005 - 2014).

Quadro 1: Listagem dos fascículos do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia protagonizados por mulheres, publicados entre 2005 e 2014.

Quadro 1			
FASCÍCULOS ELABORADOS POR MULHERES DO PNCSA			
.	TÍTULO	AUTORIA	ANO
I	Quebradeiras de Coco Babaçu do Piauí	MIQCB - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu	2005

II	Quebradeiras de Coco Babaçu do Mearim	MIQCB - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu	2005
III	Quebradeiras de Coco Babaçu do Tocantins	MIQCB - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu	2005
IV	Quebradeiras de Coco Babaçu da Baixada Maranhense	MIQCB - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu	2005
V	Quebradeiras de coco babaçu do Pará	MIQCB - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu	2005
VI	Quebradeiras de coco babaçu de Imperatriz	MIQCB - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu	2005
VII	Mulheres do arumã do Baixo Rio Negro, Amazonas	Associação dos Artesãos de Novo Airão	2006
VIII	Quebradeiras de coco do Quilombo de Enseada da Mata – Bairro Novo, MA	Associação de Moradores de Bairro Novo	2007
IX	Mulheres Artesãs – Indígenas e Ribeirinhas de Barcelos /AM	Associação de Mulheres Indígenas e Ribeirinhas de Barcelos - AMIRB	2007
X	Ribeirinhas da Várzea do Parauá e Costa do Canabuoca – Mulheres Guerreiras!	Grupo de Mulheres Guerreiras Ribeirinhas Mulheres Unidas do Artesanato	2007
XI	Fé e Esperança: Mulheres Guerreiras de Campo Sales	Associação dos Moradores e Amigos de Campos Sales (AMACS)	2007
XII	Mulheres Indígenas e Artesãos do Alto Rio Negro em Manaus	Associação de Mulheres Indígenas e Ribeirinhas de Barcelos (AMIRB)	2007
XIII	A luta das quebradeiras de coco babaçu contra o carvão do coco inteiro, Bico do Papagaio	MIQCB - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu	2008
XIV	Mulheres quebradeiras na defesa do babaçu contra as carvoarias, Médio Mearim	AMTR –Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Mearim	2009
XV	Associações Indígenas na Cidade de Manaus	Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN)	2009
XVI	Arte na Cuia: Experiência Tradicional de Saber Fazer	Associação das Artesãs Ribeirinhas de Santarém (ASARISAN)	2013
XVII	Quebradeiras de Coco Babaçu e Agroextrativistas	MIQCB - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu	2014

Fonte: elaborado a partir de dados coletados no site no PNCSA. Tiane Souza, setembro de 2020.

Os documentos analisados são do tipo “público” e de amplo acesso (CELLARD, 2008, p.297), disponíveis para download na plataforma online do PNCSA. Para desenvolver a manipulação do material, numa fase concebida como a etapa da organização (BARDIN, 1977), foi elaborado um quadro (**Quadro A**) com as informações preliminares de identificação utilizadas em cada fascículo (ver **Apêndice A**), listando: Título (juntamente com o número referente à sua posição de publicação na série/coleção que faz parte), Série da publicação, Área (território de referência), Autoria/Identidade Coletiva, Ano de lançamento, Elementos Cartográficos (legenda). Cada fascículo foi identificado com algarismos romanos, de I a XVII, para facilitar a sua menção e, a partir desse primeiro quadro gerado, outras possibilidades de leitura puderam ser criadas.

É inevitável observar que a maioria dos fascículos foi elaborado pela articulação que os pesquisadores do PNCSA têm com o Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Os primeiros materiais, do ano de 2005, frutos da pesquisa que originou o livro “Guerra Ecológica dos Babaçuais”, serviram como exemplo para que outras articulações pudessem acontecer, inclusive nos meios urbanos, como é relatado na folha de rosto dos fascículos XI, XII e XV:

Em dezembro de 2005, em reunião do Conselho da Cidade e lideranças do movimento social em Belém, foi apresentado o projeto “Nova Cartografia Social da Amazônia” e o resultado dos trabalhos de pesquisa com quebradeiras de côco babaçu e quilombolas. Das situações sociais identificadas gerou a mobilização dos presentes na reunião para o desenvolvimento do Projeto com grupos que vivem nas cidades. A partir desta reunião teve origem a Série “Movimentos Sociais e Conflitos nas Cidades da Amazônia”. Esta série inicia com os indígenas, homossexuais, afro-religiosos e negros e negras de Belém e tem continuidade com outros grupos em Belém e outras cidades da Amazônia, como Manaus. (PNCSA, 2007d; 2007e; 2009b)

4.2 NARRATIVAS DOCUMENTAIS: UMA PRIMEIRA ESCUTA

A partir de um “mergulho desbravador” do conteúdo, puderam ser geradas informações prévias, base para executar as próximas fases da investigação. Os fascículos apresentam uma estrutura semelhante de diagramação, contendo: dados do projeto e de quem participou; depoimentos (são a principal linguagem utilizada); relação identitária e socioambiental das autoras e autores; imagens das autoras e autores executando seus trabalhos; textos sobre as organizações que fazem parte, sobre o processo da cartografia social, incluindo as oficinas de mapas; denúncias e reivindicações; imagens do que estão denunciando; mapeamento; identificação e localização dos outros fascículos da série; instituições apoiadoras do projeto.

De forma sintética, seguem alguns pontos de identificação dos diferentes temas que aparecem:

- **Quebradeiras de Coco Babaçu do Piauí²¹, II. Quebradeiras de Coco Babaçu do Mearim²², III. Quebradeiras de Coco Babaçu do Tocantins²³, IV. Quebradeiras de Coco Babaçu da Baixada Maranhense²⁴, V. Quebradeiras de coco babaçu do Pará²⁵, VI. Quebradeiras de coco babaçu de Imperatriz²⁶**

Mapas: “Guerra Ecológica dos Babaçuais: conflitos socioambientais”

São representadas a relação identitária, socioambiental e organizativa das quebradeiras de coco babaçu. Retratam as denúncias de áreas de babaçuais devastadas, uso indiscriminado do coco para a produção de carvão, acesso restrito à área dos babaçuais e empreendimentos conflituosos, entre outros. Maria Adelina, coordenadora geral do MIQCB, relata sobre a luta das quebradeiras: “é para preservação do meio ambiente e melhoria da qualidade de vida pela organização, cidadania e reprodução do nosso trabalho e da nossa cultura” (Fascículo V - PNCSA, 2005e)

- **VII. Mulheres do arumã do Baixo Rio Negro, Amazonas²⁷**

Mapa: “Território Tradicionalmente ocupado pelas mulheres do arumã do Baixo Rio Negro”

É retratada a identidade de ser uma artesã. O trabalho tem grande importância, falando desde a coleta e o manejo da matéria-prima, o Arumã, até o envolvimento da família nas etapas de produção do artesanato. Também são ressaltadas as formas organizativas para lidar com os conflitos socioambientais na região, principalmente as tensões com o IBAMA.

²¹ <http://novacartografiasocial.com.br/download/01-quebradeiras-de-coco-babacu-piaui/>

²² <http://novacartografiasocial.com.br/download/02-quebradeiras-de-coco-babacu-mearim/>

²³ <http://novacartografiasocial.com.br/download/03-quebradeiras-de-coco-babacu-tocantins/>

²⁴ <http://novacartografiasocial.com.br/download/04-quebradeiras-de-coco-babacu-baixada-maranhense/>

²⁵ <http://novacartografiasocial.com.br/download/05-quebradeiras-de-coco-babacu-para/>

²⁶ <http://novacartografiasocial.com.br/download/06-quebradeiras-de-coco-babacu-imperatriz/>

²⁷ <http://novacartografiasocial.com.br/download/12-mulheres-do-aruma-do-baixo-rio-negro-amazonas/>

- **VIII. Quebradeiras de coco do Quilombo de Enseada da Mata – Bairro Novo, MA²⁸**

Mapa: “Quebradeiras do Quilombo de Enseada da Mata - Bairro Novo, Penalva/MA”

São apresentadas tensões na criação do território em questão e inclusive o relato de “estar fora do mapa”. Os participantes dão ênfase à classificação dos períodos de verão e inverno para a organização de suas práticas. Têm calendários relacionando a roça, o babaçu, a pesca, as festas (imagens do tambor de crioula) e conflitos. Homens e mulheres participaram das oficinas de mapas.

- **IX. Mulheres Artesãs – Indígenas e Ribeirinhas de Barcelos/AM²⁹**

Mapa: “. Mulheres Artesãs: Indígenas e Ribeirinhas de Barcelos/AM”

São fortemente trazidas relações identitárias, inclusive, as etnias que fazem parte da associação em questão. São mulheres indígenas, ribeirinhas, pescadoras, artesãs e agricultoras organizadas para desenvolver seus trabalhos e reivindicar direitos.

- **X. Ribeirinhas da Várzea do Parauá e Costa do Canabuoca – Mulheres Guerreiras!³⁰**

Mapa: “Ribeirinhas da Várzea do Parauá e da Costa do Canabuoca - Manacapuru/AM”

É trazida com ênfase a identidade da mulher ribeirinha, relacionando o trabalho com a rotina de cuidados que têm com a casa e a família. Também são trazidos conflitos fundiários e questão de acesso a recursos naturais.

- **XI. Fé e Esperança: Mulheres Guerreiras de Campo Sales³¹**

Mapa: “Fé e Esperança: Mulheres Guerreiras de Campo Sales”

²⁸<http://novacartografiasocial.com.br/download/14-quebradeiras-de-coco-do-quilombo-de-enseada-da-mata-maranhao/>

²⁹<http://novacartografiasocial.com.br/download/18-mulheres-artesas-indigenas-e-ribeirinhas-de-barcelos-am/>

³⁰<http://novacartografiasocial.com.br/download/20-ribeirinhas-da-varzea-do-paraua-e-costa-do-canabuoca-manacapuru-am/>

³¹<http://novacartografiasocial.com.br/download/11-fe-e-esperanca-mulheres-guerreiras-de-campo-sales-manaus-am/>

O bairro, localizado na cidade de Manaus, é o fio condutor dos temas apresentados. Contém um gráfico sobre a população migrante da cidade. Homens e mulheres participaram da autoria.

- **XII. Mulheres Indígenas e Artesãos do Alto Rio Negro em Manaus³²**

Mapa: “Mulheres Indígenas e Artesãos do Alto Rio Negro em Manaus”

O fascículo é organizado por homens e mulheres indígenas residentes em Manaus, que fazem parte da Associação Poterîka’ra Numiã - APN. A APN é fruto da articulação das mulheres indígenas da AMIRB. Relatam questões sobre as mulheres e sobre os homens. É todo escrito em “tukano” e em português.

- **XIII. A luta das quebradeiras de coco babaçu contra o carvão do coco inteiro, Bico do Papagaio³³**

Nesse fascículo, são enfatizadas as denúncias das quebradeiras de coco sobre a ação de siderúrgicas na exploração do carvão, trazendo detalhes sobre o processo de coação e violência.

- **XIV. Mulheres quebradeiras na defesa do babaçu contra as carvoarias, Médio Mearim³⁴**

Retrata a Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais que lutam pelo livre acesso e preservação dos babaçuais. Também são relatadas diferentes situações de violência e de resistência (inserção na economia solidária).

- **XV. Associações Indígenas na Cidade de Manaus³⁵**

Mapa: “Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro NUMIÃ KURA”

Fala sobre a formação e o trabalho da associação. Assim como o Fascículo XII, é escrito em tukano e em português: “a gente vai falar em tukano porque a gente fala melhor na nossa língua” (Juscimeire Trindade Serra Wanano).

³² <http://novacartografiasocial.com.br/download/18-mulheres-artesas-indigenas-e-ribeirinhas-de-barcelos-am/>.

³³ <http://novacartografiasocial.com.br/download/27-a-lutas-das-quebradeiras-de-coco-contr-o-carvao-do-coco-inteiro-bico-do-papagaio-maranhao-tocantins-para/>

³⁴ <http://novacartografiasocial.com.br/download/28-mulheres-quebradeiras-na-defesa-do-babacu-contr-as-carvorarias-medio-mearim-maranhao/>

³⁵ <http://novacartografiasocial.com.br/download/24-associacoes-indigenas-na-cidade-de-manau-amarn-associacao-de-mulheres-indigenas-do-alto-rio-negro-numia-kura/>

- **XVI. Arte na Cuia: Experiência Tradicional de Saber Fazer**³⁶

Mapa 1 - “Localização dos Núcleos de Produção vinculados à ASARISAN no PAE Aritapera/Satarém-PA durante a cheia do Rio Amazonas”

Mapa 2 - “Território das artesãs associadas à asarisan”

Discursa sobre o trabalho e a identidade da artesã, assim como sua forma organizativa e seu território

- **XVII. Quebradeiras de Coco Babaçu e Agroextrativistas**³⁷

Mapa: “Quebradeiras de Coco Babaçu e Agroextrativistas no Sudeste do Pará”

Traz detalhes sobre o trabalho das quebradeiras de coco, trazendo a organização e inclusive cantos de trabalho.

4.3 PERSPECTIVANDO AS NARRATIVAS GEOGRÁFICAS

Para seguir na imersão da aproximação dos documentos, Gil (2002) propõe que nos procedimentos metodológicos sejam definidas *unidades de análise* e *categorias*, ou seja, onde vamos mergulhar e o que vamos procurar na investigação. Considerando que essa investigação documental tem por finalidade identificar nas narrativas geográficas como as relações de gênero estão mobilizadas, foi elaborado o quadro norteador abaixo (**Quadro 2**),

Quadro 2: Unidades de Análise e Categorias

Quadro 2		
UNIDADES DE ANÁLISE E CATEGORIAS		
UNIDADES DE ANÁLISE	CATEGORIAS (tema)	
Título	Mulheres	Geografias e Identidades Territoriais
Autoria Coletiva		
Mapa		
Objetivos do Documento		
Imagens		

³⁶<http://novacartografiasocial.com.br/download/01-arte-na-cuia-experiencia-tradicional-de-saber-fazer-associacao-das-artesas-ribeirinhas-de-santarem/>

³⁷<http://novacartografiasocial.com.br/download/05-quebradeiras-de-coco-babacu-e-agroextrativistas-sudeste-do-para/>

As unidades de análise por si conferem significância na interpretação dos dados, isto é, sentidos podem ser atribuídos a um termo de acordo com a unidade de análise em que ele é identificado. Enquanto isso, as categorias expressam o conteúdo a ser identificado, por vezes descrito aqui fora do contexto (termos dissociados), outra vez, descritos em sua contextualização, podendo ser frases, expressões, etc.

Na escolha das categorias, foi pensado que na pergunta norteadora, a intenção da investigação é relacionar a mobilização das mulheres com seus processos territoriais. Portanto, vão ser analisados indicadores que se referem à organização espacial, identidades territoriais, processos de territorialização (categoria Geografias e Identidades Territoriais) e indicadores que se remetem às mulheres. Neste segundo, vão ser identificados indicadores base de referência ao gênero feminino, como mulheres, mães, identificação a partir do sufixo de gênero “-a”, mas, para além disso, outros aspectos relacionais que podem estar ocultos (baseando no argumento de Silva (2009, p. 33)).

Nessa tarefa de escutar e classificar as narrativas, está manifesto que a subjetividade presente nas decisões da pesquisadora também faz parte da construção da matriz de resultado, como corrobora Gil:

O processo de análise e interpretação é fundamentalmente iterativo, pois o pesquisador elabora pouco a pouco uma explicação lógica do fenômeno ou da situação estudados, examinando as unidades de sentido, as inter-relações entre essas unidades e entre as categorias em que elas se encontram reunidas. (GIL, 2002, p. 90).

4.4 UNIDADES DE ANÁLISE: CLASSIFICAÇÕES E SUBJETIVIDADES

Nessa etapa foi gerado o quadro das unidades de análise e categorias, Quadro B (ver Apêndice B), preenchido com as informações extraídas dos fascículos.

4.4.1 Título e Autoria coletiva

Essas duas unidades de análise foram as bases para se fazer o recorte da investigação, resultando na escolha de 17 fascículos. Estão intrinsecamente relacionadas, conduzindo à leitura a característica de automapeamento que os fascículos possuem. Quanto aos títulos, foi identificada uma estrutura predominantemente composta por: identidades de gênero, de trabalho, de território e de etnia e comumente articulados entre si. Quanto à autoria, percebe-se que é

estruturada a partir de uma forma organizativa, que podem ser associações, movimentos, cooperativas, grupos. Em apenas 2 dos 17 fascículos (fascículos XV e XVI) não aparecem nos títulos referência às mulheres, sendo identificados, portanto na Autoria Coletiva.

No Fascículo I, por exemplo, “quebradeiras de coco babaçu do Piauí”, é identificado o marcador de gênero utilizado no sufixo do termo “quebradeiras”, o qual, junto com seu complemento “de coco babaçu”, refere-se a uma identidade coletiva de trabalho e de território (ao relacionar essa prática a uma certa região onde se localizam os babaçuais). Consequente à expressão, é identificada a localização abordada no fascículo, que complementa a marca territorial. Este fascículo tem como autoria coletiva a forma organizativa do MIQCB, que traz as mulheres quebradeiras em sua identidade de trabalho e de território.

- O marcador de gênero aparece em termos como: *quebradeiras; mulheres quebradeiras; mulheres artesãs indígenas; mulheres artesãs ribeirinhas; mulheres guerreiras; mulheres guerreiras ribeirinhas; mulheres trabalhadoras; mulheres indígenas; mulheres unidas; artesãs ribeirinhas; agroextrativistas*
- As marcas territoriais, por sua vez, aparecem em termos como: *quebradeiras de coco babaçu; Piauí; Mearim; Tocantins; Baixada Maranhense; Imperatriz; arumã; Baixo rio Negro; Amazonas; Novo Airão; Bairro Novo; Ribeirinhas; Barcelos; Quilombo Enseada da Mata; Maranhão; Várzea do Parauá; Costa Canabuoca; Campos Sales; Alto Rio Negro; Manaus; rurais; Santarém.*

4.4.2 Mapa

Nesta unidade, foram encontrados termos indicadores das categorias de análise tanto nos títulos dos mapas, como nas legendas, incluindo itens de convenções cartográficas. Os títulos dos mapas são estruturados em sua maioria na similaridade ao título do fascículo referente, contendo as mulheres e as identidades de trabalho, território e etnia. Nas legendas, foi identificado que há uma forte citação às formas organizativas que fazem parte da rede do tema em questão de cada mapa, evidenciando, inclusive, as pluriidentidades de afirmação. Também se observou a

localização dos conflitos socioambientais (devastação, empreendimentos, áreas de restrição às coletas), a espacialização das matérias-primas (as quais também são fatores identitário) e estruturas urbanas. Não se pode deixar de dar ênfase às geografias citadas, em especial à presença da hidrografia que também agrega como fator identitário.

- A partir da categoria “Mulheres”, foram identificados termos como: *violência contra as quebradeiras; grupo de mulheres; ONGs de apoio às quebradeiras de coco; Locais de caça identificados pelos maridos e filhos das artesãs; Locais autorizados de pesca identificados pelos maridos e filhos das artesãs para consumo familiar; Parteira; Roçado das artesãs; Residências das mulheres e homens que participaram da oficina; associação das mulheres indígenas do Alto Rio Negro; Conselho Estadual dos Direitos da Mulher; AMARN - Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro; residências das associadas da AMRN; Associação das Mulheres Indígenas de Taracuí; AMIDI, Associação das Mulheres Indígenas do Distrito de Iauaretê; Associação das Mulheres Indígenas Sateré-Mawé.*
- A partir da categoria “Geografias e Identidades territoriais”, foram encontrados termos como: *terra indígena; RESEX; parque estadual; área reivindicada pelo MIQCB; território étnico das comunidades quilombolas de Alcântara; terra de santo; área de ocorrência dos castanhais; Igarapés utilizados pela AANA para o manejo do arumã; Igarapé utilizado pela AANA para o manejo do arumã e caça; Local com potencial para o manejo do arumã; Locais de coleta de casca de goiaba-de-anta; Roçado das artesãs; Comunidade do Sobrado; Comunidade de Quilombo, Associação de Quilombo já constituída, Associação de Quilombo em processo de constituição, Terreiro de Mina, Turma de Bumba Meu Boi, Patrono do Boi, Tambor de Crioula, Toque do Divino, Boiada, Bambaê, Cacuriá, Festa Evangélica, Grupo de Capoeira, Fazedor de Boi, Fazedor de Tambor de Crioula, Ruínas do Antigo Engenho, Parteira, , Jussaral Privado, Antigo Jussaral, Antigo Palmeiral, Bairro Quilombola; Espaços relacionados à produção do artesanato: Casa de Artesã; Casa de farinha; Igarapé, Igarapé (do Salgado), Rio*

(Negro), Mata ciliar; Comunidade do Parauá, Comunidades da Costa do Canabuoca; Pescadores, Acesso na Seca, Cacaia; Assentamento

4.4.3 Objetivos do documento

A investigação nessa unidade ocorreu explorando em suma nos depoimentos aspectos dos conflitos e características intrínsecas às práticas locais selecionados para comporem os documentos, uma vez que os fascículos “têm sido utilizados pelos grupos sociais como instrumento de luta e encaminhamento de reivindicações, principalmente na defesa de seus direitos territoriais coletivos” (site PNCSA).

Foram observadas enfaticamente questões de violências ambientais e sociais nos territórios onde as mulheres reproduzem seus trabalhos. O fator identitário do trabalho aparece como destaque nas narrativas junto com as identidades territoriais, e é a partir desse imbricamento de categorias que as mulheres evidenciam suas reivindicações.

- A partir da categoria “mulheres”, foram encontrados termos como: *pela garantia das quebradeiras de coco à terra, por políticas governamentais voltadas para o extrativismo, pelo livre acesso aos babaçuais e pela equidade de gênero; face à gravidade dos problemas ambientais decorrentes dos desmatamentos de babaçuais, as quebradeiras de coco decidiram realizar uma campanha contra as devastações e contra a venda do coco inteiro; A implantação desses empreendimentos deve respeitar o modo de vida das quebradeiras de coco e suas formas organizativas; As mulheres do arumã ao reivindicarem o território para o exercício de suas atividades estão lutando para assegurar a conservação dos arumanzais e as formas tradicionais de uso comum; lá era mais fácil, quando os fazendeiros ainda não tinha comprado era mais fácil, eu ia liberta; se não temos reserva não tem onde trabalhar, vamos ficar todo tempo com a roupa rasgada no arame, juntando esse coco de carreira, escondidas do vigia, nós queremos viver libertas da nossa espontânea vontade e não ficar – nós vamos quebrar reunidas, umas de frente pra lá, outras de frente pra cá, se ele (o vigia) aparecer, prá nós correr e nós corre e deixa nossos machados; Essas mulheres são*

mulheres ribeirinhas e indígenas que migraram do interior, de comunidades na busca de um ideal, buscando melhoras para sua família, seus filhos.

- *A partir da categoria “Geografias e Identidades territoriais”, foram encontrados termos como: o MIQCB produziu um mapa da região ecológica dos babaçuais, que identifica situações de devastação dos palmeirais, as diferentes territorialidades étnicas afetadas (terras indígenas, terras de quilombo), as principais formas organizativas; Dentro da área ecológica de ocorrência dos babaçuais no Piauí há territorialidades étnicas como as terras de quilombo registradas nos municípios de Esperantina;.; Dentro da área ecológica de ocorrência dos babaçuais, que inclui 18 milhões de hectares, há ainda territorialidades específicas como as denominadas terras de quilombo, terras de santo, e terras de índio, terras indígenas, o território étnico impactado pela Base de Lançamento de Foguetes de Alcântara e 04 reservas extrativistas; O trabalho do coletor é muito importante pois sem coletor não podemos trabalhar. É um meio de preservar a natureza, manejar a natureza; O artesanato é uma arte, um aprendizado, uma forma de renda, de vida, e também uma forma de passar a arte indígena para outras pessoas; grande parte dos produtos de artesanatos da região do baixo e médio Rio Negro são constituídos de fibras vegetais; sistema de manejo do arumã em áreas de igarapés; Neste contexto cresce a indignação e as artesãs têm perguntado: será que os órgãos oficiais responsáveis pela execução da política ambiental estão estruturados apenas para impedir o acesso dos povos tradicionais aos recursos naturais, enquanto interesses empresariais se beneficiam com a devastação das florestas das áreas protegidas?; Nosso objetivo que é desapropriar essa área por isso que estamos nessa luta, estamos nessa guerra para que isso não aconteça que essa área não seja passada para outra pessoa para devastar como todas as outras áreas; os fazendeiros compraram e ficou difícil, eles cercaram tudo, as terras, e a gente vai juntar é mais é se escondendo, com medo deles atacarem a gente e botar prá correr, se a gente tiver a terra da gente a gente vai embora, se muda mesmo de novo, eu só estou aqui por esse motivo, lá era mais fácil, quando os*

fazendeiros ainda não tinha comprado era mais fácil, eu ia liberta; São mais ou menos cinco etnias que fazem parte da nossa associação, é... elas são Baré, muita mulher da etnia Baré, Tukano, Dessano, Baniwa e Arapaço

4.4.4 Imagens

Nesta unidade, foram analisadas as imagens escolhidas para compor os fascículos juntamente com as legendas. No Quadro B (ver Apêndice B), esse registro foi elaborado a partir da descrição das imagens por vezes utilizando a transcrição de legendas.

Aparecem enfaticamente mulheres negras e indígenas, com a idade em torno dos 40 anos, que correspondem às autoras dos fascículos. Também é possível observar uma predominância de imagens de aspectos da esfera familiar em contextos não urbanos, ou seja, aparecem crianças ao fundo brincando em paisagens de roças ou igarapés. A família está presente tanto nas imagens, como nos depoimentos das autoras, através dos termos “filhos”, “maridos”. Essas paisagens estão relacionadas com o lugar onde as mulheres exercem e retiram a matéria-prima de seus trabalhos. Percebe-se também um destaque às imagens relacionadas às oficinas de mapas (trabalhando nos croquis). .

- Partindo da categoria “Mulheres”, foram encontradas imagens como: *Quebra de coco em regime de mutirão (Figura 15); plenária com quebradeiras, pesquisadora do PNCSA para lançamento da campanha; mulher usando maquinário para preparar azeite de babaçu; mulheres tecendo o arumã; Dona Nice em reunião em Brasília durante viagem p/ audiência de aprovação da lei federal de livre acesso aos babaçuais; paisagem de água com mulher e menina na canoa; homens e mulheres discutindo mapa na oficina; D. Valdomira ensinando D. Sara a tecer a fibra de piaçaba (Figura 16); mulher olhando mapa; mulheres coletando pontos no GPS (Figura 17); mulheres e um homem indígenas sobre um croqui de mapa; o bairro com rua de barro e mulheres caminhando com crianças; mulher indígena (tukano) fazendo beju.*



Figura 15: Quebra de coco em regime de mutirão

Fonte: Fascículo III.

Figura 16: D. Valdomira ensinando D. Sara a tecer a fibra de piaçaba

Fonte: Fascículo IX.

Figura 17: Mulheres coletando pontos no GPS

Fonte: Fascículo XI.

- Partindo da categoria “Geografia e Identidades territoriais” foram encontradas imagens como: *arumã; coleta de arumã; tambor de crioula (Figura 18); roça; crianças na roça brincando; paisagem de água com mulher e menina na canoa; paisagem de alagadiço com canoas; artesanatos confeccionados com matérias-primas da região; calendário de coleta de matéria-prima; paisagem natural de um alagadiço com homem pescando; paisagem entre as cercas dos babaçuais e pessoas caminhando na estrada de terra; artesanato em tucum; Área de babaçal cercada; A vereadora Nice e o pesquisador Joaquim Shiraishi entre cercas na Baixada; Campos naturais da Baixada; toré na oficina de mapas; carvoaria; forno artesanal; ilustração de uma casa de palha com gráficos indígena (Figura 19); impactos da enchente do rio Amazonas (Figura 20).*



Figura 18: Tambor de crioula

Fonte: Fascículo VIII

Figura 19: ilustração de uma casa de palha com gráficos indígena

Fonte: Fascículo XV

Figura 20: impactos da enchente do rio Amazonas

Fonte: Fascículo XVI.

4.5 ESTAR NO MAPA: O QUE NARRAM AS MULHERES?

Do individual ao coletivo, do particular ao público, as narrativas geográficas construídas pelas mulheres trazem muitas leituras sobre seus territórios e seus modos de vida. Além dos apontamentos já levantados no item anterior, é possível pontuar algumas reflexões sobre o que foi identificado nessa análise.

Primeiramente deve-se destacar a escolha da identidade de gênero para realizarem a representação nos seus territórios. Afirmar-se coletivamente como mulheres e seus imbricamentos, traz a noção das complexas relações socioespaciais. São “intensas mobilizações políticas destes agentes sociais³⁸ articuladas tanto com o advento das categorias de autodefinição, quanto com a emergência de formas político-organizativas específicas” (ALMEIDA, 2013, pg.157) desses grupos.

“A identidade acionada, a delimitação de quem faz parte do grupo e, ainda, sua territorialidade, são muitas vezes objetivadas no processo de automapeamento. Trata-se aqui não da aplicação de uma categoria censitária, populacional ou autoevidente na legislação e em políticas públicas (“pobres abaixo da linha de pobreza”, “populações rurais e urbanas”, dentre outras), mas de comunidades que buscam se fazer ver e se reconhecer em um contexto de disputas simbólicas e também políticas.” (VIANNA, 2009)

³⁸ “os agentes sociais se erigem em sujeitos da ação ao adotarem como designação coletiva as denominações pelas quais se autodefinem e são representados na vida cotidiana” (ALMEIDA, 2004, p. 22).

No imbricamento de identidades acionadas pelas mulheres, expressou-se que além do aspecto territorial - por se tratar de mapeamentos, seria intrínseco de que a relação com o território tivesse visibilidade -, a identidade de trabalho é trazida de maneira enfática. Para as mulheres, importa afirmar o ofício. Afirmam-se como ribeirinhas, artesãs, quebradeiras, trabalhadoras (substantivo complementar ao termo “rurais”) agroextrativistas

Estes trabalhos, por sua vez, também revelam que acontecem em sua maioria em âmbito familiar, sejam na cadeia produtiva, sejam na esfera do compartilhamento com os cuidados da família. No primeiro, os trabalhos acontecem envolvendo os membros da família, como a divisão de tarefas na coleta do arumã em que os “maridos” (como são referidos) são os responsáveis por essa parte, ou na coleta de coco babaçu, em que há a ajuda dos maridos para carregar o coco. Na esfera do compartilhamento com os cuidados com a família, é possível observar imagens que retratam crianças por perto na hora tecer as fibras, ou depoimentos em que o ofício servia para garantir melhorias para os filhos

A necessidade de marcar o papel da família pauta considerar nessa relação territorial lugares específicos do universo particular, como a “casa” e a “escola”, reforçando que “olhar para o gênero significa também alterar a escala de análise do espaço geográfico, sair dessa perspectiva mais ampla e adentrar relações do cotidiano, do micro-social” (SILVA, 2003, p. 33)

Por fim, é a partir das identidades acionadas que as mulheres exprimem suas lutas mobilizadas com o “objetivo de reforçar direitos territoriais” (ALMEIDA (org), 2013, p. 13) e acionam as categorias de trabalho, território, etnia e denúncia nas suas narrativas. No que se diz a uma leitura de dados gerados na análise dos fascículos, os indicadores de gênero aparecem nas identidades coletivas acionadas (majoritariamente a partir do termo “mulheres”) e não protagonizam o conteúdo dos mapas e fascículos, sendo destacadas outras questões territoriais, principalmente àquelas que envolvem a identidade de trabalho. As representações cartográficas podem conduzir a muitas leituras, inclusive revelar o que está oculto, como diz a geógrafa Diana Lan (2020). Vale pegar emprestada a reflexão da geógrafa Gillian Rose sobre mulheres nas cidades de que “as mulheres somente alcançam visibilidade no espaço quando observadas através do espaço da luta e resistência” (ROSE *Apud* SILVA, 2003, p.39).

5 CONSIDERAÇÕES: narrativas de uma emergência

A escolha do tema desta pesquisa é resultado de uma série de reflexões surgidas no contexto de diferentes imersões geográficas. Digo isso já fazendo referência primeiramente à uma sucessão de mudanças de cidades que fiz durante a infância e a época de adolescência, um simples fato que me fez atentar a um olhar de identidades territoriais. Como bem fez Rogério Haesbaert (2013), em seu estudo sobre o tema, utilizando o poema “A ilusão do migrante”, de Carlos Drummond de Andrade, em que o migrante sai de sua terra, mas carrega sua identidade.

Mas quero destacar que a temática começou a se concretizar a partir do envolvimento em pesquisas com mobilizações as quais tinham como frente a tentativa da garantia de direitos sociais traduzidos nos seus territórios de ação. São elas as cartografias já citadas do futebol no bairro de Santo Amaro, aqui em Recife (PNCSA, 2016) e do Boletim Informativo de denúncia à construção de uma central nuclear no sertão de Pernambuco (PNCSA, 2019), e também uma primeira articulação para a elaboração de uma *Cartografia Trans* no Recife.

Esta última aconteceu em 2017 quando um coletivo, que se definiam como trans e travestis, procurou o Laboratório de estudos sobre Ação Coletiva e Cultura (LACC/UPE), sede do núcleo Pernambuco do Projeto Nova Cartografia Social (PNCS), com a proposta de realizar um trabalho cartográfico. A ideia era que se construísse um instrumento que pudesse dar visibilidade às demandas socioespaciais do grupo e servisse de aporte a negociações de direitos para a comunidade: “pessoas que ocupam lugares sociais específicos na sociedade, com identidade e cultura próprias” (PNCSA, 2017). Desde então, espaço, gênero, sexualidade, representação, construção de narrativas, identidades coletivas, direitos territoriais, entre outras categorias, construíram uma trama de inquietações que alimentaram a reflexão ora apresentada.

O estudo “**Narrativas Geográficas de Corpos Marcados: análise de fascículos do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia a partir do recorte de gênero**” teve como premissa o fato de que mulheres já estão se organizando para cartografar seus territórios. Estar no mapa e/ou colocar suas demandas na representação, para essas mulheres, é a tentativa de garantir desde a existência, à manutenção de um sistema sustentado pelo papel feminino na produção do espaço.

Nesse sentido, como são explicitadas demandas territoriais atinentes às mulheres nos automapeamentos de que elas participam enquanto autoras e coautoras?

Na tentativa de compreender essa relação de gênero, espaço geográfico, territórios e narrativas, a pesquisa se pautou em analisar 17 fascículos (e mapas) elaborados no âmbito do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia os quais tiveram como autoria coletiva o protagonismo de mulheres, como mulheres agroextrativistas, mulheres indígenas, artesãs e ribeirinhas. Na necessidade de buscar embasamento em discussões e referenciais que contemplassem a temática da análise, recorri às abordagens das Geografias Feministas e do Projeto Nova Cartografia Social, em especial a suas produções latino americanas

Estruturada em três capítulos de discussão, busquei em cada etapa trazida da pesquisa relacionar as reflexões teóricas colocadas com aspectos pertinentes ao outro lado da escrita: a pesquisadora. Nessa fase final de considerações, seguem alguns pontos apreendidos no caminho traçado e possíveis desdobramentos geográficos.

Diante do enfoque dos mapas como narrativas, compreendendo o papel que essa ferramenta exerce na organização da sociedade, a expressão “estar no mapa” torna-se uma metáfora de legitimação daquilo que se postula nas relações socioespaciais. O contrário disso, por sua vez, figura-se como mais uma forma de violência num contexto de negação de direitos territoriais. Pensar o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia de maneira epistemológica, trazendo o olhar para as particularidades desse campo de pesquisa, possibilitou ampliar a compreensão sobre as dimensões estratégicas que as populações mapeadas pautam seus processos de reivindicação.

Isso se dá, inicialmente, pelo entendimento de que essa abordagem emerge de um pensamento de “ruptura com a cartografia clássica, as cartas náuticas, do discurso de guerra e militar”, e, ainda, que a cartografia é hoje “um instrumento de consolidação de direitos” (ALMEIDA, 2020). Assim, é possível lançar leituras sobre as identidades acionadas pelas mulheres, suas dimensões territoriais, de trabalho, de fatores étnicos e toda a pluralidade incorporada a partir desse campo de pesquisa.

Pensar o movimento de maneira epistemológica, significa, inclusive, reconhecer o campo de ação. É partir da ideia de que existem tensões, em várias

dimensões (territoriais, conceituais), e existem sujeitos políticos atuantes nessa trama. Nessa investigação, o fio condutor do recorte analítico foi pautado sobre a categoria *mulheres*, e foi necessário compreender as discussões (e tensões) em torno da categoria gênero. Silva argumenta que “a construção do gênero envolve tanto pressões do contexto, como escolhas individuais” (2003, p. 42). Abrange a noção de ser a retórica de uma construção social, cultural e espacial e exercida como representação e performance (BUTLER, 1993, *Apud* SILVA, 2009).

Compreendendo essa relação mútua de construção, e, traçando uma perspectiva de que esta pesquisa foi construída com base nas narrativas de mulheres sobre seus diversos territórios (e identidades territoriais), permitiu incorporar a noção de território a partir de *outras* perspectivas. Uma destas perspectivas é a do aspecto dinâmico passível de transformação a partir dos sujeitos políticos que o constroem, inclusive, mulheres. Essa é uma leitura de ação. Ou seja, uma leitura baseada no reconhecimento da potencialidade da apropriação dos territórios pelas mulheres que também o constroem. Essa leitura ainda se tornou mais evidente ao se debruçar sobre os fascículos e ouvir o que narram as mulheres a partir dos seus territórios.

Tomar os fascículos elaborados pelas mulheres como documentos de narrativas, através das técnicas de análise de conteúdo (BARDIN, 1977) executadas, significou traçar um canal de escuta sobre seus territórios. Nessa relação, as teorias utilizadas, metodologicamente e conceitualmente falando (daí me refiro também aos debates anteriores postos ao longo da pesquisa), foram recorridas para expandir as possibilidades de leitura nesse canal estabelecido. A própria função heurística dos procedimentos metodológicos da análise de conteúdo corrobora com esse pensamento.

Para finalizar, refletindo sobre as possibilidades de contribuição geradas com este estudo geográfico, penso no papel da teoria nesse processo. Reflito sobre abordagens que apontam para a necessidade de se traçar uma ruptura epistemológica no modo de fazer ciência, na qual reconhecem que as tradições perpetuam uma lógica que invisibiliza tudo aquilo de destoia dos padrões (coloniais/patriarcais).

Assim, destaco a importância/emergência de trazer a pesquisa acadêmica para o uso da sociedade e reconhecer a responsabilidade da ciência. Perceber, assim, o

lugar objetivo da subjetividade (e das narrativas) e atuar com metodologias que transcendam o binarismo (pesquisador x objeto, homem x mulher). Penso nas potencialidades de se reconhecer como sujeito político atuante na construção do próprio território, como se enseja numa possível *Cartografia Trans* na cidade do Recife.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **Sobre os usos sociais da cartografia**. 2014

ACSELRAD, Henri; COLI, Luis R. Disputas territoriais e disputas cartográficas. In: ACSELRAD, H.; COLI, L.R (orgs.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras tradicionalmente ocupadas**: processos de territorialização e movimentos sociais. 2004

_____, Alfredo Wagner Berno de. Nova Cartografia Social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras *In Povos e comunidades tradicionais*: nova cartografia social. Alfredo Wagner Berno de Almeida, Emmanuel de Almeida Farias Júnior (Orgs.). 2013

_____, Alfredo Wagner Berno de; ARENILLAS OLIVEIRA, Murana (Orgs.). **Museus Indígenas e Quilombolas**: Centro de Ciências e Saberes. Manaus: UEA Edições/PNCSA, 2017

_____, Alfredo Wagner Berno de. **Los mapas humanos e los medios de vida**: la Nueva Cartografía Social de los pueblos tradicionales. Facebook: Sociedade Brasileira de Ecologia Humana - SABEH. *Live* (1h52min38s), 6 jun. 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/516530252054723/videos/827967471065019>.

ANDERSON, Paul S.. (org.). **Princípios de Cartografia Básica**. Vol 1. 1982

AZEVEDO, Ana Francisca de; PIMENTA, José Ramiro; SARMENTO, José. **As Geografias culturais do corpo**. 2009

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa. Edições 70. 1977.

CELLARD, André. A análise documental *In A pesquisa qualitativa*: enfoques epistemológicos. Tradução de Ana Cristina Nasser. Editora Vozes. Coleção Sociologia. Petrópolis. p. 295 - 316. 2008

CLAVAL, Paul. **Epistemologia da Geografia**. 2 ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 2014

COLECTIVO DE GEOGRAFÍA CRÍTICA DEL ECUADOR. **Geografiando para la resistencia**. Los feminismos como práctica espacial. Cartilla 3. Quito. 2018

CONFERÊNCIA Magistral da Profa. Dra. Joseli Maria Silva - Mexico 2017. 2017. vídeo (1h32min30s). Publicado pelo canal Márcio Ornat. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VPz_Auq7qNk

DÍAZ BORDENAVE, Juan. **O que é participação**. Coleção primeiros passos. 1995

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Movimentos feministas *In Dicionário crítico do feminismo*. HIRATA, Helena [et al] (Orgs.). Editora Unesp. 2009

GAMALHO, Nola Patrícia. Narrativas do espaço nas histórias de vida: os desafios das metodologias qualitativas na geografia. *In*: HEIDRICH, A. L. & PIRES, C. L. Z. (orgs.). **Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em Geografia e saberes sobre espaço e cultura**. Porto Alegre: Editora Letra1, 2016, p. 35-47.

GARCÍA-RAMON, M. Dolors **¿Espacios asexuados o masculinidades y feminidades espaciales?**: hacia una geografía del género. *Semata. Ciencias Sociales y Humanidades*. Santiago de Compostela. ISSN 1137-9669, vol. 20: 25-51. 2008.

GELEDÈS, Portal. Sexo é natural; gênero é cultural? Um diálogo entre Joan Scott e Judith Butler. **Portal Geledès**. 2013. Disponível em <https://www.geledes.org.br/sexo-e-natural-genero-e-cultural-um-dialogo-entre-joan-scott-e-judith-butler/>

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo. 4ª edição. 2002

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. *In*: **GEOgraphia**. n. 17. 2007

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. *In*: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Geografia cultural: uma antologia**. Volume II. Rio de Janeiro: Eduerj, 2013. p. 233-244.

_____, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. *In* **GEOgraphia**, vol 22, n 48, 2020.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio/Apicuri, 2016

HARLEY, Brian. **Mapas, saber e poder**. Cartes, savoir et pouvoir. *Confins: Revista franco-brasileira de Geografia*. 2009

LIMA, Marcos Vinícius da Costa; GAYOSO DA COSTA, Solange Maria. **Cartografia social das crianças e adolescentes ribeirinhas/quilombolas da Amazônia**. *Revista Geografares*, nº12, p.76-113. ISSN 2175 -370. Julho, 2012

LIMA, Rosiane Pereira. **Preservação Digital e “Divulgação” Científica na Amazônia**. Dissertação: Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia. UFAM. 2017

LÖWY, Ilana. Ciências e gênero *In* **Dicionário crítico do feminismo**. HIRATA, Helena [et al] (Orgs.). Editora Unesp. 2009

MARTINELLI, Marcello. **Um breve apanhado sobre a breve história da cartografia Temática**. *In*: Universidade de São Paulo, 3º Simpósio Iberoamericano de História da Cartografia Agendas para a História da Cartografia Iberoamericana. São Paulo, abril de 2010. Disponível em: <https://3siahc.files.wordpress.com/2010/04/cartografia-tematica-martinelli.pdf>. Acesso em 09 set 2019.

MARTINS, Ana Betânia de Souza Pimentel. **Cartografias participativas e preservação do patrimônio cultural: análise de projetos no âmbito do IPHAN e uma experiência de aplicação no Recife, PE**. 278 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

MARTINS, Ana Betânia; SOUZA, Tiane. Cartografias participativas: levantamento de pesquisas junto a programas de pós-graduação em geografia do nordeste do Brasil (2017). Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/234428>

MARTINS, Leda. **Performances da oralitura**: corpo, lugar da memória. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL/UFSM). edição 26, Língua e literatura: limites e fronteiras. 2003.

MIQCB. O Protagonismo Feminino e as Políticas de Resistência das Quebradeiras de Coco Babaçu. **Youtube**: MIQCBOficial. *Live* (1h58min50s). 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pTf0RCd9wx0>.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma etnologia dos “índios misturados”?**: situação colonial, territorialização e fluxos culturais. MANA. 1998.

_____, João Pacheco de. Soberania, democracia e cidadania *In Povos e comunidades tradicionais*: nova cartografia social. Alfredo Wagner Berno de Almeida, Emmanuel de Almeida Farias Júnior (Orgs.). 2013.

PERNAMBUCO, Governo do Estado de. Secretaria da Mulher. **Mulheres construindo a igualdade**: caderno etnicorracial. ISBN 9788561813048. 2011.

PNCS. Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades do Brasil. **Times de futebol do bairro de Santo Amaro, Recife/PE**. 02. Fascículo. Times de futebol de Santo Amaro (Autoria Coletiva). 2016. (Direitos e Identidades).

_____. Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades do Brasil. **Resistimos para existir: dizemos não à usina nuclear no São Francisco**. 01. Boletim Informativo. Comunidades Tradicionais de Itacuruba, Sertão de Itaparica (Autoria Coletiva). 2019. (Projeto Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central). Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/download/01-resistimos-para-existir-dizemos-nao-a-usina-nuclear-no-sao-francisco/>

PNCSA. **Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia**. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/>

_____. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. **Trans e travestis trazem demanda para uma cartografia social no Recife-PE Região Metropolitana**. 2017. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/trans-e-travestis-trazem-demanda-para-uma-cartografia-social-no-recife-pe-e-regiao-metropolitana/>

_____. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. **MAPA – Terra Indígena Paumari do Lago Maraha – Lábrea (AM)**. 2018. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/download/13-mapa-terra-indigena-paumari-do-lago-maraha-labrea-am/>

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina *In A colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Ed. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires. 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf.

RECIFE. **Lei nº 16.176/96**. Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife (LUOS). Disponível em <http://www.legiscidade.recife.pe.gov.br/lei/16176/>. 1996.

REIS, Máira Lopes. Estudos de gênero na geografia: uma análise feminista da produção do espaço. **Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, n. 38, p.11-34. 2015

SILVA, Joseli Maria. **Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica**. Revista de História Regional 8(1): 31-45, Verão. 2003.

_____, Joseli Maria (org.). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ed Todapalavra. Ponta Grossa, PR. 2009.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose. 'Rumo à uma Geografia Feminista Decolonial': entrevista com Sofia Zaragocin Equador. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 9, n. 1, p. 195204, 2018. ISSN 21772886.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JR, Alides Baptista. **O Legado de Henri Lefebvre para a Constituição de uma Geografia Corporificada**. In Caderno Prudentino de Geografia, v. 3, n. 41, 2019.

VELEDA DA SILVA, Susana Maria. **Geografia e Gênero / Geografia Feminista: o que é isto?** Boletim Gaúcho de Geografia, 23: 105 - 110, março, 1998

VIANNA, Aurélio **O reencantamento da cartografia**. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-reencantamento-da-cartografia/>. 2009

ZARAGOCIN-CARVAJAL, Sofía; MOREANO-VENEGAS, Melissa; ALVAREZ-VELASCO, Soledad. **Hacia una reapropiación de la geografía crítica en América Latina**. Presentación del dossier. Íconos, Quito , n. 61, p. 11-32, agosto 2018 . Disponível em: http://scielo.senescyt.gob.ec/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1390-12492018000200011&lng=es&nrm=iso

Fascículos

I- PNCSA. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Alfredo Wagner Berno de Almeida (coord. proj.). **Quebradeiras de Coco Babaçu do Piauí**: 1. MIQCB - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (Autoria Coletiva). São Luís, 2005a. 12 p. (Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos). Disponível em <http://novacartografiasocial.com.br/download/01-quebradeiras-de-coco-babacu-piaui/>.

II- PNCSA. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Alfredo Wagner Berno de Almeida (coord. proj.). **Quebradeiras de Coco Babaçu do Mearim**: 2. MIQCB - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (Autoria Coletiva). São Luís, 2005b. 12 p. (Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos). Disponível em <http://novacartografiasocial.com.br/download/02-quebradeiras-de-coco-babacu-mearim/>.

III- PNCSA. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Alfredo Wagner Berno de Almeida (coord. proj.). **Quebradeiras de Coco Babaçu do Tocantins**: 3. MIQCB - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (Autoria Coletiva). São Luís, 2005c. 12 p. (Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos). Disponível em <http://novacartografiasocial.com.br/download/03-quebradeiras-de-coco-babacu-tocantins/>.

IV- PNCSA. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Alfredo Wagner Berno de Almeida (coord. proj.). **Quebradeiras de Coco Babaçu da Baixada Maranhense**: 4. MIQCB - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (Autoria Coletiva). São Luís, 2005d. 12 p. (Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos). Disponível em <http://novacartografiasocial.com.br/download/04-quebradeiras-de-coco-babacu-baixada-maranhense/>.

V- PNCSA. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Alfredo Wagner Berno de Almeida (coord. proj.). **Quebradeiras de Coco Babaçu do Pará**: 5. MIQCB - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (Autoria Coletiva). São Luís, 2005e. 12 p. (Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos). Disponível em <http://novacartografiasocial.com.br/download/05-quebradeiras-de-coco-babacu-para/>.

VI- PNCSA. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Alfredo Wagner Berno de Almeida (coord. proj.). **Quebradeiras de Coco Babaçu de Imperatriz**: 6. MIQCB - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (Autoria Coletiva). São Luís, 2005f. 12 p. (Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos). Disponível em <http://novacartografiasocial.com.br/download/06-quebradeiras-de-coco-babacu-imperatriz/>.

VII- PNCSA. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Alfredo Wagner Berno de Almeida (coord. proj.). **Mulheres do arumã do Baixo Rio Negro**: 12. Associação dos Artesãos de Novo Airão (Autoria Coletiva). São Luís, 2006. 12 p. (Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos). Disponível em <http://novacartografiasocial.com.br/download/12-mulheres-do-aruma-do-baixo-rio-negro-amazonas/>.

VIII- PNCSA. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Alfredo Wagner Berno de Almeida (coord. proj.). **Quebradeiras de Coco do Quilombo Enseada da Mata - Bairro Novo**: 14. Associação de Moradores de Bairro Novo (Autoria Coletiva). São Luís, 2007a. 12 p. (Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos). Disponível em <http://novacartografiasocial.com.br/download/14-quebradeiras-de-coco-do-quilombo-de-enseada-da-mata-maranhao/>.

IX- PNCSA. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Alfredo Wagner Berno de Almeida (coord. proj.). **Mulheres Artesãs - Indígenas e Ribeirinhas de Barcelos/AM**: 18. Associação de Mulheres Indígenas e Ribeirinhas de Barcelos - AMIRB (Autoria Coletiva). São Luís, 2007b. 12 p. (Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos). Disponível em <http://novacartografiasocial.com.br/download/18-mulheres-artesas-indigenas-e-ribeirinhas-de-barcelos-am/>.

X- PNCSA. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Alfredo Wagner Berno de Almeida (coord. proj.). **Ribeirinhas da Várzea do Parauá e Costa Carnabuoca** -

Mulheres Guerreiras!: 20. Grupo de Mulheres Guerreiras Ribeirinhas; Mulheres Unidas do Artesanato (Autoria Coletiva). São Luís, 2007c. 12 p. (Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos). Disponível em <http://novacartografiasocial.com.br/download/20-ribeirinhas-da-varzea-do-paraua-e-costa-do-canabuoca-manacapuru-am/>.

XI- PNCSA. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Alfredo Wagner Berno de Almeida (coord. proj.). Fé e Esperança: Mulheres Guerreiras de Campo Sales: 11. Associação dos Moradores e Amigos de Campos Sales (AMACS) (Autoria Coletiva). São Luís, 2007d. 12 p. (Movimentos Sociais e Conflitos nas Cidades da Amazônia). Disponível em <http://novacartografiasocial.com.br/download/11-fe-e-esperanca-mulheres-guerreiras-de-campos-sales-manaus-am/>.

XII- PNCSA. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Alfredo Wagner Berno de Almeida (coord. proj.). Mulheres Indígenas e Artesãos do Alto Rio Negro em Manaus: 18. Associação de Mulheres Indígenas e Ribeirinhas de Barcelos (AMIRB) (Autoria Coletiva). São Luís, 2007e. 12 p. (Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos). Disponível em <http://novacartografiasocial.com.br/download/18-mulheres-artesas-indigenas-e-ribeirinhas-de-barcelos-am/>.

XIII- PNCSA. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Alfredo Wagner Berno de Almeida (coord. proj.). A luta das quebradeiras de coco babaçu contra o carvão do coco inteiro - Bico do Papagaio: 27. MIQCB - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (Autoria Coletiva). São Luís, 2008. 12 p. (Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos). Disponível em <http://novacartografiasocial.com.br/download/27-a-lutas-das-quebradeiras-de-coco-contra-o-carvao-do-coco-inteiro-bico-do-papagaio-maranhao-tocantins-para/>.

XIV- PNCSA. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Alfredo Wagner Berno de Almeida (coord. proj.). Mulheres quebradeiras na defesa do babaçu contra as carvoarias - Médio Mearim: 28. AMTR –Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Mearim (Autoria Coletiva). São Luís, 2009a. 12 p. (Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos). Disponível em <http://novacartografiasocial.com.br/download/28-mulheres-quebradeiras-na-defesa-do-babacu-contra-as-carvorarias-medio-mearim-maranhao/>.

XV- PNCSA. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Alfredo Wagner Berno de Almeida (coord. proj.). Associações Indígenas na Cidade de Manaus: 24. Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN) (Autoria Coletiva). São Luís, 2009b. 12 p. (Movimentos Sociais e Conflitos nas Cidades da Amazônia). Disponível em <http://novacartografiasocial.com.br/download/24-associacoes-indigenas-na-cidade-de-manaus-amarn-associacao-de-mulheres-indigenas-do-alto-rio-negro-numia-kura/>.

XVI- PNCSA. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Alfredo Wagner Berno de Almeida (coord. proj.). Judith Costa Vieira [et al] (equipe pesq.) Arte na Cuia: Experiência Tradicional de Saber Fazer: 1. Associação das Artesãs Ribeirinhas de Santarém (ASARISAN)) (Autoria Coletiva). UEA Edições, Manaus, 2013. 12 p. (Cultura e resistência no Oeste do Pará). ISBN 978-85-7883-267-4. Disponível em <http://novacartografiasocial.com.br/download/01-arte-na-cuia-experiencia-tradicional-de-saber-fazer-associacao-das-artesas-ribeirinhas-de-santarem/>.

XVII- PNCSA. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Alfredo Wagner Berno de Almeida (coord. proj.). Rita de Cássia Pereira da Costa [et al] (equipe pesq.). **Quebradeiras de Coco Babaçu e Agroextrativistas: 5.** MIQCB - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (Autoria Coletiva). UEA Edições, Manaus. 2014. 12 p. (Mapeamento social como instrumento de gestão territorial contra o desmatamento e a devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais). ISBN 978-85-7883-277-3. Disponível em <http://novacartografiasocial.com.br/download/05-quebradeiras-de-coco-babacu-e-agroextrativistas-sudeste-do-para/>.

APÊNDICE A - Quadro dos fascículos

Quadro A 1: informações preliminares dos mapas e fascículos elencados para análise

Quadro A - 1 FASCÍCULOS ELABORADOS POR MULHERES PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA (PNCSA)								
	Título Fascículo	Série	Área	Autoria Identidade coletiva	Ano	Título Mapa	Elementos Cartográficos (legenda)	Nº de páginas
I	1 - Quebradeiras de Coco Babaçu do Piauí	Movimentos Sociais, identidade coletiva e conflitos	Piauí [região norte do estado]	MIQCB - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu	2005	Guerra Ecológica nos Babaçuais – conflitos socioambientais	Formas Organizativas – coordenações regionais do MIQCB, Associações e grupos de mulheres, ONGs de apoio às quebradeiras de coco; Processo de Devastação dos Babaçuais – derrubada de palmeiras, produção de carvão do coco babaçu, bateria de fornos de babaçu, compra do coco inteiro, compra da casca; Indústrias – indústria de óleo e sabão de babaçu, máquina de quebrar coco, frigoríficos, cerâmicas; Cultivos Homogêneos – cana de açúcar, grãos diversos; Unidades de Conservação – parque nacional, área de proteção ambiental; Territorialidades – terra de quilombo; Ocorrência de Atos Delituosos Contra as Quebradeiras – ameaças de morte, violência contra as quebradeiras, aliciamento do trabalhador, impedimento e restrição, acidente de trabalho; Área de Ocorrência de Babaçuais – buritizal, bacurizal, carnaubal, tucunzal.	12
II	2 - Quebradeiras de Coco Babaçu do Mearim	Movimentos Sociais, identidade coletiva e conflitos	Mearim [Maranhão]	MIQCB - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu	2005	Guerra Ecológica nos Babaçuais – conflitos socioambientais	Formas Organizativas – coordenações regionais do MIQCB, Associações e grupos de mulheres, outras formas associativas (grupos, comissões e clubes), ONGs de apoio às quebradeiras de coco, escolas, família, cooperativas agroextrativistas; Processo de Devastação dos Babaçuais –	12

<p style="text-align: center;">Quadro A - 1 FASCÍCULOS ELABORADOS POR MULHERES PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA (PNCSA)</p>								
	Título Fascículo	Série	Área	Autoria Identidade coletiva	Ano	Título Mapa	Elementos Cartográficos (legenda)	Nº de páginas
							derrubada de palmeiras, produção de carvão de coco babaçu, bateria de fornos de babaçu, compra do coco inteiro, compra de casca, envenenamento de pindovas, arrendamento de coco, produção de carvão de madeira; Indústrias - indústria de óleo e sabão de babaçu, frigoríficos, cerâmicas; Cultivos Homogêneos – cana de açúcar; Territorialidades – municípios com “lei do babaçu livre”, terra de quilombo, terra indígena; Ocorrência de Atos Delituosos Contra as Quebradeiras – ameaças de morte, quebra de meia, obrigação de fornecer a casca do coco, formas de controle no acesso aos babaçuais, roubo de babaçu, barracões de coco, violência contra as quebradeiras, impedimento e restrição; Área de Ocorrência de Babaçuais.	
III	3 - Quebradeiras de Coco Babaçu do Tocantins	Movimentos Sociais, identidade coletiva e conflitos	Tocantins	MIQCB - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu	2005	Guerra Ecológica nos Babaçuais – conflitos socioambientais	coordenações regionais do MIQCB, Associações e grupos de mulheres, associações de reservas extrativistas RESEX, outras formas associativas (grupos, comissões e clubes), ONGs de apoio às quebradeiras de coco, escolas família, cooperativas agroextrativistas; derrubada de palmeiras, produção de carvão de coco babaçu, compra do coco inteiro, corte do cacho inteiro para venda do coco, venda de carvão de coco inteiro, venda de carvão do cacho da palmeira, envenenamento de pindovas, arrendamento de coco, produção de carvão de madeira; indústria de óleo e sabão de babaçu, siderúrgicas de ferro gusa, frigoríficos, curtumes, fábrica de papel e celulose; eucalipto; parque estadual, municípios com “lei do babaçu livre”, reserva	12

<p style="text-align: center;">Quadro A - 1 FASCÍCULOS ELABORADOS POR MULHERES PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA (PNCSA)</p>								
	Título Fascículo	Série	Área	Autoria Identidade coletiva	Ano	Título Mapa	Elementos Cartográficos (legenda)	Nº de páginas
							extrativista, área reivindicada pelo MIQCB, terra indígena; ameaças de morte, quebra de meia, trabalho infantil, violência contra as quebradeiras, aliciamento ao trabalhador, impedimento e restrição; projeto Sampaio; área de ocorrência de babaçuais, buritizal, bacurizal, fava d'anta.	
IV	4 - Quebradeiras de Coco Babaçu da Baixada Maranhense	Movimentos Sociais, identidade coletiva e conflitos	Baixada Maranhense	MIQCB Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu	- 2005	Guerra Ecológica nos Babaçuais – conflitos socioambientais	Formas Organizativas – movimento interestadual das quebradeiras de coco babaçu – MIQCB (sede), coordenações regionais do MIQCB, Associações e grupos de mulheres, outras formas associativas (grupos, comissões e clubes), ONGs de apoio às quebradeiras de coco, cooperativas agroextrativistas; Processo de Devastação dos Babaçuais – derrubada de palmeiras, bateria de fornos de babaçu, compra do coco inteiro, compra de casca, corte do cacho inteiro pra venda do coco, envenenamento de pindovas, destruição dos campos naturais por búfalos, produção de carvão de madeira; Indústrias – máquina de quebrar coco, siderúrgicas de ferro gusa; Unidades de Conservação – reserva biológica, parque estadual, área de proteção ambiental; Territorialidades – área reivindicadas pelo MIQCB, terra de quilombo, território étnico das comunidades quilombolas de Alcântara, terra de índio, terra de santo, terra indígena; Ocorrência de Atos Delituosos Contra as Quebradeiras – ameaças de morte, intoxicação por agrotóxicos, formas de controle no acesso aos babaçuais, roubo de babaçu, barracões de coco; Área de Ocorrência de Babaçuais, jucaral (açazal)	12

Quadro A - 1 FASCÍCULOS ELABORADOS POR MULHERES PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA (PNCSA)								
	Título Fascículo	Série	Área	Autoria Identidade coletiva	/ Ano	Título Mapa	Elementos Cartográficos (legenda)	Nº de páginas
V	5 - Quebradeiras de coco babaçu do Pará	Movimentos Sociais, identidade coletiva e conflitos	Pará	MIQCB Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu	- 2005	Guerra Ecológica nos Babaçuais – conflitos socioambientais	coordenações regionais do MIQCB, associações e grupos de mulheres, associações de reservas extrativistas RESEX, outras formas associativas (grupos, comissões e clubes), ONGs de apoio às quebradeiras de coco, escolas família, cooperativas agroextrativistas; derrubada de palmeiras, produção de carvão de coco babaçu, compra do coco inteiro, corte do cacho inteiro para venda do coco, venda de carvão de coco inteiro, venda de carvão do cacho da palmeira, envenenamento de pindovas, arrendamento de coco, produção de carvão de madeira; indústria de óleo e sabão de babaçu, siderúrgicas de ferro gusa, curtumes, cerâmicas; eucalipto; parque estadual, municípios com “lei do babaçu livre”, reserva extrativista, área reivindicada pelo MIQCB, terra indígena; ameaças de morte, quebra de meia, trabalho infantil, violência contra as quebradeiras, aliciamento ao trabalhador, impedimento e restrição; projeto Sampaio; área de ocorrência de babaçuais, área de ocorrência dos castanhais, buritizal, bacurizal, fava d’anta.	12
VI	6 - Quebradeiras de coco babaçu de Imperatriz	Movimentos Sociais, identidade coletiva e conflitos	Imperatriz [Maranhão]	MIQCB Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu	- 2005	Guerra Ecológica nos Babaçuais – conflitos socioambientais	coordenações regionais do MIQCB, associações e grupos de mulheres, associações de reservas extrativistas RESEX, outras formas associativas (grupos, comissões e clubes), ONGs de apoio às quebradeiras de coco, escolas família, cooperativas agroextrativistas; derrubada de palmeiras, produção de carvão de coco babaçu, compra do coco inteiro, corte do cacho inteiro para venda do coco, venda de	12

<p style="text-align: center;">Quadro A - 1 FASCÍCULOS ELABORADOS POR MULHERES PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA (PNCSA)</p>								
	Título Fascículo	Série	Área	Autoria Identidade coletiva	Ano	Título Mapa	Elementos Cartográficos (legenda)	Nº de páginas
							carvão de coco inteiro, venda de carvão do cacho da palmeira, envenenamento de pindovas, arrendamento de coco, produção de carvão de madeira; indústria de óleo e sabão de babaçu, siderúrgicas de ferro gusa, frigoríficos, curtumes, fábrica de papel e celulose; eucalipto; parque estadual, municípios com "lei do babaçu livre", reserva extrativista, área reivindicada pelo MIQCB, terra indígena; ameaças de morte, quebra de meia, trabalho infantil, violência contra as quebradeiras, aliciamento ao trabalhador, impedimento e restrição; projeto Sampaio; área de ocorrência de babaçuais, buritizal, bacurizal, fava d'anta.	
VII	12 - Mulheres do arumã do Baixo Rio Negro	Movimentos Sociais, identidade coletiva e conflitos	Novo Airão [Amazonas]	Associação dos Artesãos de Novo Airão	2006	Território tradicionalmente ocupado pelas mulheres do arumã no Baixo Rio Negro	Locais proibidos pelo IBAMA para coleta de arumã; Igarapés utilizados pela AANA para o manejo do arumã; Igarapé utilizado pela AANA para o manejo do arumã e caça; Local com potencial para o manejo do arumã; Locais de coleta de casca de goiaba-de-anta, cuja resina é usada para tinturas; Igarapés sem potencial para o manejo do arumã; Locais de caça identificados pelos maridos e filhos das artesãs; Locais autorizados de pesca identificados pelos maridos e filhos das artesãs para consumo familiar; Roçado das artesãs; Comunidade do Sobrado.	12
VIII	14 - Quebradeiras de coco do Quilombo de Enseada da Mata – Bairro Novo	Movimentos Sociais, identidade coletiva e conflitos	Bairro Novo, Penalva, Maranhão	Associação de de de Bairro Novo	2007	Quebradeiras de coco do Quilombo de Enseada da Mata, Bairro Novo – Penalva MA	Comunidade de Quilombo, Coordenação das Associações da Enseada da Mata, Associação de Moradores do Bairro Novo, Associação do Grupo de Jovens do Bairro Novo, Associação de Quilombo já constituída, Associação de Quilombo em processo de constituição, Mutirão, Rancho	12

<p style="text-align: center;">Quadro A - 1 FASCÍCULOS ELABORADOS POR MULHERES PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA (PNCSA)</p>								
	Título Fascículo	Série	Área	Autoria Identidade coletiva	Ano	Título Mapa	Elementos Cartográficos (legenda)	Nº de páginas
							para Quebra do Coco, Casa de Farinha, Fábrica de Sabonete, Roça, Palmeiral, Jussaral, Área de Pesca, Área de Caça, Lugar de Coleta de Ervas, Mata Velha, Comprador de Coco, Terreiro de Mina, Turma de Bumba Meu Boi, Patrono do Boi, Tambor de Crioula, Toque do Divino, Boiada, Bambaê, Cacuriá, Festa Evangélica, Grupo de Capoeira, Fazedor de Boi, Fazedor de Tambor de Crioula, Poço de Antigo Engenho, Artefatos de Engenho Encobertos, Ruínas do Antigo Engenho, Cemitério, Parteira, Carpineteiro Naval, Despejo de Famílias, Pagamento Ilegal de Foro, Devastação de Palmeiras, Construção Ilegal de Barragem, Búfalo, Cerca Elétrica, Jussaral Privado, Antigo Jussaral, Antigo Palmeiral, Bairro Quilombola, Órgão Público, Igreja, Feira, Quadra de Festas, Escola Municipal, Centro de Treinamento, Mercado Municipal, Porto.	
IX	18 - Mulheres Artesãs – Indígenas e Ribeirinhas de Barcelos /AM	Movimentos Sociais, identidade coletiva e conflitos	Barcelos, Amazonas	Associação de Mulheres Indígenas e Ribeirinhas de Barcelos - AMIRB	2007	Mulheres Artesãs: Indígenas e Ribeirinhas de Barcelos, Amazonas	Espaços relacionados à produção do artesanato: Casa de Artesã, Estrada onde colhem matéria prima, Quintal de plantas para artesanato; Espaços de organização e comercialização: Sede da AMIRB – casa de Horlandina, Ponto de venda, Piabódromo local de venda; Educação: Escola; Produção de Alimentos: Casa de farinha, Roça; Espaços sociais e infra-estrutura: Praça, Igreja Católica, Ponte; Convenções Cartográficas: Arruamento; Cursos d'água: Igarapé, Igarapé (do Salgado), Rio (Negro), Mata ciliar.	12

<p style="text-align: center;">Quadro A - 1 FASCÍCULOS ELABORADOS POR MULHERES PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA (PNCSA)</p>								
	Título Fascículo	Série	Área	Autoria / Identidade coletiva	Ano	Título Mapa	Elementos Cartográficos (legenda)	Nº de páginas
X	20 - Ribeirinhas da Várzea do Parauá e Costa do Canabuoca - Mulheres Guerreiras!	Movimentos Sociais, identidade coletiva e conflitos	Manacapuru, Amazonas	Grupo de Mulheres Guerreiras Ribeirinhas Mulheres Unidas do Artesanato	2007	Ribeirinhas da Várzea do Parauá e da Costa do Canabuoca - Manacapuru/AM	Áreas com infra-estrutura: Brinquedoteca, Posto de Saúde, Escola, Sede Comunitária, Fábrica de Açaí, Hospedagem, Residências, Igreja Católica, Igreja Evangélica, Telefone, Campo de Futebol, Cemitério, Comunidade do Parauá, Comunidades da Costa do Canabuoca, Usina de Energia Elétrica Não Concluída; Formas de Produção: Mamão, Malva, Milho, Maracujá, Mandioca, Pimenta, Açaí, Goiaba, Roçado, Criação de Gado; Áreas de Uso Comum: Cacimba, Árvores – mata, Pescadores, Área de Pesca, Acesso na Seca, Campo de Gado, Cacaia; Convenção: Rios e Igarapés.	12
XI	11 - Fé e Esperança: Mulheres Guerreiras de Campo Sales	Movimentos Sociais e Conflitos nas Cidades da Amazônia	Campos Sales, Manaus	Associação dos Moradores e Amigos de Campos Sales (AMACS)	2007	Fé e Esperança: Mulheres Guerreiras de Campo Sales	Sede provisória da Associação dos Moradores e Amigos de Campos Sales (AMACS); GAGER 2 (Grupo Alternativo de Geração de Renda); Padaria; Feira; Igreja Católica; Igreja Evangélica; Centro de Umbanda; Centro Espírita Kardecista; materiais de construção; salão de beleza; voz comunitária; restaurante; serralheria; farmácia/drogaria; ponto de moto táxi; lanchonete; centro comercial Campos Sales; Poço Artesiano; poço artesiano desativado; posto da malária; mercado/açougue; escolinha ABC da Criança; armarinho; bazar; itinerário ônibus (linhas 316 e 126); terminal de ônibus atual; parada de ônibus atuais; limite do bairro; Rip-Rap (canalização do igarapé); área de ocorrência de tráfico de drogas, violência e prostituição; pet shop. Reivindicações e propostas: área para escola municipal de 1º e 2º graus; local para escola estadual de 2º	12

<p style="text-align: center;">Quadro A - 1 FASCÍCULOS ELABORADOS POR MULHERES PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA (PNCSA)</p>								
	Título Fascículo	Série	Área	Autoria Identidade coletiva	/ Ano	Título Mapa	Elementos Cartográficos (legenda)	Nº de páginas
							grau; policlínica; posto policial; feira coberta; quadra poliesportiva; CRAS (centro de referência de assistência social); praça; itinerário para ônibus 316 e 126; terminal para os ônibus 315 e 126; paradas de ônibus cobertas; creche e pré-escolar; rádio inter-comunitária; sede definitiva da AMACS; correio e casa lotérica (para pagar contas); prato cidadão; campo de futebol; centro do idoso.	
XII	18 – Mulheres Indígenas e Artesãos do Alto Rio Negro em Manaus	Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos	Barcelos, Amazônia	Associação de Mulheres Indígenas Ribeirinhas Barcelos (AMIRB)	de e de 2007	Mulheres Artesãs Indígenas e Ribeirinhas de Barcelos/AM	Residências das mulheres e homens que participaram da oficina; casa da coordenadora da APN; casa da Irenice Gonçalves, antigo local de reunião da APN - Cidade Nova; Yakno - antigo restaurante da APN; Assembleia Legislativa do Amazona, local para buscar apoio; AMARN - associação das mulheres indígenas do Alto Rio Negro; COIAB - coordenação das organizações indígenas da Amazônia brasileira, local de algumas reuniões da APN; FEPI, Fundação Estadual de Políticas Indigenistas do Amazonas; Pça da Saudade, local de venda de artesanato e culinária indígenas, feira Pukaa; Esc. Mun. Prof. Roberto Santos Vieira, local onde foi realizada a oficina 17/06/07; Reserva Ducke; bairros com presenças de pessoas da APN; Bairros vizinhos; Convenções: rios; ruas. Reivindicações da APN: local para construção de sua sede que possa atender aos associados com espaço para o trabalho artesanato, comidas e bebidas típicas. um centro cultural para apresentar danças, contos e lendas da nossa cultura.	12

Quadro A - 1 FASCÍCULOS ELABORADOS POR MULHERES PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA (PNCSA)								
	Título Fascículo	Série	Área	Autoria Identidade coletiva	Ano	Título Mapa	Elementos Cartográficos (legenda)	Nº de páginas
XIII	27 - A luta das quebradeiras de coco babaçu contra o carvão do coco inteiro	Movimentos Sociais, identidade coletiva e conflitos	Bico do Papagaio - Maranhão, Tocantins, Pará	MIQCB - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu	2008	--x--	Assentamento, Plantação de Eucalipto da VALE, Fornos Móveis da TERRA NORTE, Carvoaria de Fornos Fixos para Carvão de Madeira, Batedouro de Madeira, Fornos Fixos de Carvão de Eucalipto, Devastação de Coco Babaçu, carvoaria de Coco Inteiro, Barracão, Fazenda Arrendada para Queima de Coco Inteiro para Produção de Coco Inteiro (Buranjica), Sede do MIQCB, Guzaria, EZEL (Revendedora de máquinas para guzaria)	12
XIV	28 - Mulheres quebradeiras na defesa do babaçu contra as carvoarias	Movimentos Sociais, identidade coletiva e conflitos	Médio Mearim - Maranhão	AMTR - Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Mearim	2009	--x--	Antigo ponto de revenda de carvão e compra de casca, Sede da AMTR, Forno móvel da COSIMA, Sede da COOPAIJ, Saída de trabalhadores para corte de cana-de-açúcar em São Paulo, Barracão, Posto de compra da COSIMA, Posto de compra da EIB, Sede da EIB, Cantina da COOPAIJ, Fábrica de Sabonetes da AMTR, Saída de trabalhadores para o Mato Grosso, Área de resistência à venda de coco, Conflito com compradores de coco, Violência contra quebradeiras de coco, Impedimento de produção de carvão para consumo doméstico, Sede da ASSEMA, Depósito de casca, Cerâmica, Produção de carvão do como inteiro.	12
XV	24 - Associações Indígenas na Cidade de Manaus	Movimentos Sociais e Conflitos nas Cidades da Amazônia	Manaus - AM	Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN)	2009	Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro - NUMIÁ KURA	AMARN - Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro; residências das associadas da AMRN, Manaus; OIBI, Organização Indígena da Bacia do Rio Içana; ASSAI, Associação dos Artesãos Indígenas de São Gabriel da Cachoeira; AMIT, Associação das Mulheres Indígenas de Taracuí; AMIDI, Associação das Mulheres Indígenas do Distrito de Iauaretê;	12

Quadro A - 1 FASCÍCULOS ELABORADOS POR MULHERES PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA (PNCSA)								
	Título Fascículo	Série	Área	Autoria Identidade coletiva	Ano	Título Mapa	Elementos Cartográficos (legenda)	Nº de páginas
							praça Terrero Aranha; central de artesanato Branco e Silva; exportação dos artesanatos Alemanha e Itália; Localidades próximas a São Gabriel da Cachoeira; bairros com presença AMRN; Articulação política - órgãos governamentais: Fundação Nacional do Índio; Fundação Estadual dos Povos Indígenas; Secretaria Municipal de Educação; Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia; Ministério do Meio Ambiente; Petrobras; Articulação política - órgãos não governamentais: Federação das Organizações do Rio Negro; Coordenação Indígena da Amazônia Brasileira; Confederação das Organizações Indígenas e Povos do Amazonas; Associação das Mulheres Indígenas Sateré-Mawé; Conselho Estadual dos Direitos da Mulher; Produção de artesanato: matéria-prima palmeira de tucum; produção AMRN - Tucum, bolsas redes, cintos, cestas, portajóia, abanos, cestinhas, brincos, pulseiras, bonecas de tucum; produção AMIT - cerâmica, fornos, tijelas, potes de caxiri, turpa (tripé); produção OIBI arumã, balaios, peneiras, urutus, jarros, leque, tipiti, cumatá. Convenções cartográficas: hidrografia; arruamento; limites de bairros.	
XVI	1 - Arte na Cuia: Experiência Tradicional de Saber Fazer	Cultura e resistência no Oeste do Pará	Santarém, Pará	Associação das Artesãs Ribeirinhas de Santarém (ASARISAN)	2013	Mapa 1: Localização dos Núcleos de Produção vinculados à ASARISAN no PAE Aritapera/Satarém-PA durante a cheia do Rio Amazonas	Mapa 2: Sede da ASARISAN (ponto de cultura); casa de artesã associada; escola; igreja; posto de saúde; barracão comunitário; cozinha comunitária; barraquinha, fornecedor de matéria-prima, clube de futebol; capim; horta; catauarizeiro; mungubeira; gado; cueira (locais de coleta). Convenções cartográficas: Santarém; área	12

<p style="text-align: center;">Quadro A - 1 FASCÍCULOS ELABORADOS POR MULHERES PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA (PNCSA)</p>								
	Título Fascículo	Série	Área	Autoria Identidade coletiva	Ano	Título Mapa	Elementos Cartográficos (legenda)	Nº de páginas
						Mapa 2: Território das Artesãs Associadas à ASARISAN	sujeita a inundação; divisão municipal; hidrografia; restinga; PAE Aritapera; rodovias; comunidades/núcleos de produção.	
XVII	05 - Quebradeiras de Coco Babaçu e Agroextrativistas	Mapeamento social como instrumento de gestão territorial contra o desmatamento e a devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais	Sudeste do Pará	MIQCB - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu	2014	Quebradeiras de Coco e do Babaçu Agroextrativistas Sudeste do Pará	Organização Social: Vila, Projeto de Assentamento, Associação das Quebradeiras de Coco Babaçu, Outras Formas Associativas, Associações e Grupos de Mulheres; Lugares Históricos: Porto (Escoamento do Coco Babaçu), Cemitério; Atividades Produtivas e Tradicionais: Coco Babaçu, Pindovas, Quebradeiras de Coco, Caieira, Pescador, Transporte de Coco babaçu; Conflitos Socioambientais: Carvoeira, Babaçuais Devastados, Fazenda, Desmatamento das Palmeiras, Desmatamento das Palmeiras pelos Fazendeiros, UHE-Marabá, Chapadão (Babaçuais Devastados), Cerâmica, Vegetação (Floresta), Envenenamento das Pindovas	12

APÊNDICE B - Unidades de Análise e Categorias

Quadro B 1: Unidades de Análise e Categorias

Quadro B 1 UNIDADES DE ANÁLISE E CATEGORIAS
TÍTULO E AUTORIA COLETIVA
Mulheres
Termos (dissociados): quebradeiras; mulheres quebradeiras; mulheres artesãs indígenas; mulheres artesãs ribeirinhas; mulheres guerreiras; mulheres guerreiras ribeirinhas; mulheres trabalhadoras; mulheres indígenas; mulheres unidas; artesãs ribeirinhas; agroextrativistas
Geografias e Identidades Territoriais
Termos (dissociados): quebradeiras de coco babaçu; Piauí; Mearim; Tocantins; Baixada Maranhense; Imperatriz; arumã; Baixo rio Negro; Amazonas; Novo Airão; Bairro Novo; Ribeirinhas; Barcelos; Quilombo Enseada da Mata; Maranhão; Várzea do Parauá; Costa Canabuoca; Campos Sales; Alto Rio Negro; Manaus; rurais; Santarém; Tradicional
MAPA
Mulheres
Título do mapa: mulheres do arumã; quebradeiras de coco; mulheres artesãs indígenas; mulheres artesãs ribeirinhas; mulheres guerreiras; mulheres indígenas; quebradeiras de coco babaçu e agroextrativistas. Legenda: ocorrência de atos delituosos contra as quebradeiras - ameaças de morte, violência contra as quebradeiras, coordenações regionais do MIQCB; grupo de mulheres; ONGs de apoio às quebradeiras de coco, escolas, família; área reivindicada pelo MIQCB; Locais de caça identificados pelos maridos e filhos das artesãs; Locais autorizados de pesca identificados pelos maridos e filhos das artesãs para consumo familiar; Parteira; Roçado das artesãs; casa de artesã; Sede da AMIRB – casa de Horlandina; Residências das mulheres e homens que participaram da oficina; casa da coordenadora da APN; casa da Irenice Gonçalves, antigo local de reunião da APN; - associação das mulheres indígenas do Alto Rio Negro; Conselho Estadual dos Direitos da Mulher; AMARN - Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro; residências das associadas da AMRN; Associação das Mulheres Indígenas de Taracúá; AMIDI, Associação das Mulheres Indígenas do Distrito de Iauaretê; Associação das Mulheres Indígenas Sateré-Mawé
Geografias e Identidades Territoriais
Título do mapa: território tradicionalmente ocupado; Baixo Rio Negro; quebradeiras de coco do quilombo Enseada da Mata; Bairro Novo; Penalva; Maranhão; ribeirinhas; Barcelos; Amazonas; Várzea do parauá; Costa do carnabuoca; Manacapuru; campos Sales; Alto Rio Negro; sudeste do Pará. Legenda: devastação dos babaçuais; unidades de conservação - parque nacional, área de proteção ambiental; territorialidades - terra de quilombo; juçaral; açazal; buritizal; bacurizal; carnaubal; tucunzal; municípios com “lei do babaçu livre”; terra indígena; RESEX; parque estadual; área reivindicada pelo MIQCB; território étnico das comunidades quilombolas de Alcântara; terra de santo; área de ocorrência dos castanhais; Igarapés utilizados pela AANA para o manejo do arumã; Igarapé utilizado pela AANA para o manejo do arumã e caça; Local com potencial para o manejo do arumã; Locais de coleta de casca de goiaba-de-anta; Igarapés sem potencial para o manejo do arumã; Locais de caça identificados pelos maridos e filhos das artesãs; Locais autorizados de pesca identificados pelos maridos e filhos das artesãs para consumo familiar; Roçado das artesãs; Comunidade do Sobrado; Comunidade de Quilombo, Associação de Quilombo já constituída, Associação de Quilombo em processo de constituição, Terreiro de Mina, Turma de Bumba Meu Boi, Patrono do Boi, Tambor de Crioula, Toque do Divino, Boiada, Bambaê, Cacuriá, Festa Evangélica, Grupo de Capoeira, Fazedor de Boi, Fazedor de Tambor de Crioula, Ruínas do Antigo Engenho, Parteira, Jussaral Privado, Antigo Jussaral, Antigo Palmeiral, Bairro Quilombola; Espaços relacionados à produção do artesanato: Casa de Artesã; Casa de farinha; Igarapé, Igarapé (do Salgado), Rio (Negro), Mata ciliar; Comunidade do Parauá, Comunidades da Costa do Canabuoca; Pescadores, Acesso na Seca, Cacaia; Assentamento; área de resistência à venda de coco; Conflito com compradores de coco, Violência contra quebradeiras de coco; AMARN - Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro; residências das associadas da AMRN, Manaus; OIBI, Organização Indígena da Bacia do Rio Içana; ASSAI, Associação dos Artesãos Indígenas de São Gabriel da Cachoeira; AMIT, Associação das Mulheres Indígenas de Taracúá; AMIDI, Associação das Mulheres Indígenas do Distrito de Iauaretê; Fundação Nacional do Índio; Fundação Estadual dos Povos Indígenas; Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia; Federação das Organizações do Rio Negro; Coordenação Indígena da Amazônia Brasileira; Confederação das Organizações Indígenas e Povos do Amazonas; Associação das Mulheres Indígenas Sateré-Mawé; Produção

de artesanato: matéria-prima palmeira de tucum; catauarizeiro; mungubeira; cueira; restinga; Lugares Históricos: Porto (Escoamento do Coco Babaçu); Pindovas; Caieira; Desmatamento das Palmeiras pelos Fazendeiros; UHE Marabá; Chapadão

OBJETIVOS DO DOCUMENTO

Mulheres

Termos: nós mulheres e o resto do mundo precisamos ter a natureza equilibrada; associações, clubes, comissões, grupos de mulheres e cooperativas que lutam pela preservação dos babaçuais, pela garantia das quebradeiras de coco à terra, por políticas governamentais voltadas para o extrativismo, pelo livre acesso aos babaçuais e pela equidade de gênero; face à gravidade dos problemas ambientais decorrentes dos desmatamentos de babaçuais, as quebradeiras de coco decidiram realizar uma campanha contra as devastações e contra a venda do coco inteiro; A implantação desses empreendimentos deve respeitar o modo de vida das quebradeiras de coco e suas formas organizativas; As quebradeiras de coco são duplamente exploradas, primeiro pelos fazendeiros que restringem seu acesso aos babaçuais e depois pelos atravessadores, que repassam as amêndoas aos donos de fábricas de óleo, sabão e sabonete; a maioria das quebradeiras de coco não tem acesso a terra e por isso são obrigadas ao pagamento de renda, que na maioria das vezes extrapola o valor determinado pelo Estatuto da Terra. Tanto é que há uma série de processos contra as quebradeiras de coco, acusadas de furto de babaçu; multiplicam-se ocorrências de mulheres detidas por proprietários de terra por se recusarem a entregar todo o babaçu; mulheres foram denunciadas e presas por autoridades policiais; quebradeiras têm sido obrigadas a vender as amêndoas somente para os pretensos proprietários e são submetidas a punições a até surras e outros castigos físicos, se recusam a obedecer; As quebradeiras de coco, nos quatro estados de atuação do MIQCB, estão lutando para aprovar a lei de livre acesso aos babaçuais a nível federal, estadual e municipal; as quebradeiras de coco estão organizadas em movimentos sociais, associações, comissões e grupos de mulheres que têm defendido a preservação dos babaçuais e lutado pelo fim das violações; entidade criada com vistas a defender os trabalhadores rurais e suas famílias que vem atuando na defesa dos direitos das quebradeiras de coco; Achamos que a campanha é um avanço, uma melhoria para nós, para termos mais comunicação com as companheiras e aumentar mais a participação das companheiras para ver esses problemas que estão ocorrendo com o babaçu; Há ainda as mulheres que moram nas periferias urbanas e nas chamadas “pontas de ruas”, as sem terras, as que estão em áreas de conflitos agrários, as que moram em terras de Projetos de Assentamento e as que são pequenas proprietária; Contra as quebradeiras registramos, dentre outras: ameaças de morte, ameaças de violência sexual, obrigação de fornecer a casca do coco, aliciamento para trabalhar sem observância dos direitos trabalhistas, impedimento e restrições ao livre deslocamento nos babaçuais com violação do direito de ir e vir; As mulheres são obrigadas a dar toda a casca ao fornecedor; O fornecedor arrenda uma área de fazenda e contrata homens, mulheres e crianças para catar coco que posteriormente é transportado para os “barracões” ou segue diretamente para as unidades de produção de ferro gusa; há uma área onde o fazendeiro providenciou carteirinhas e credenciou as mulheres que poderiam fazer a coleta do coco, restringiu a entrada das quebradeiras que não possuem a carteirinha; Há ainda grupos de mulheres, clubes de mães, grupos de estudos, associações e sindicatos que têm se destacado pela luta em defesa dos babaçuais; As palmeiras ajudam a criar nossos filhos e por isso nós devemos lutar pela preservação; A organização das quebradeiras de coco nas áreas de ocorrência dos babaçuais do Tocantins levou à criação da Associação Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio (ASMUBIP). Essa organização, que reúne 260 sócias possui uma prensa para fabricação do óleo de babaçu; E nós mulheres guerreiras mostramos através da nossa pesquisa, a qual este fascículo vai mostrar que a desigualdade social predomina no país; são 300 mil mulheres nas áreas dos babaçuais; Nós somos quebradeiras que pescam; acesso das quebradeiras a programas governamentais que lidam com a saúde da mulher; Já ensinei todos os meus filhos, criei eles sendo artesã, e até hoje crio eles no colégio com a renda do artesanato; Eu tecia há muito tempo mas só descobri que era artesã quando entrei na associação; A Maquira-RONA tem se destacado na luta a favor das artesãs e pescadores, pelo direito de uso dos recursos naturais da região de forma organizada e ambientalmente sustentável; o marido de uma das artesãs da AANA foi autuado por técnicos do IBAMA por estar carregando feixes de arumã coletados nas ilhas de Anavilhanas; as artesãs se organizaram para implantar um sistema de manejo piloto em igarapés já conhecidos por elas. Os maridos, tradicionalmente responsáveis pela coleta de arumã, iniciaram o processo de escolha dos arumanzais mais apropriados e a elaboração de critérios de corte das plantas para o manejo; Neste contexto cresce a indignação e as artesãs têm perguntado: será que os órgãos oficiais responsáveis pela execução da política ambiental estão estruturados apenas para impedir o acesso dos povos tradicionais aos recursos naturais, enquanto interesses empresariais se beneficiam com a devastação das florestas das áreas protegidas? As mulheres do arumã ao reivindicarem o território para o exercício de suas atividades estão lutando para assegurar a conservação dos arumanzais e as formas tradicionais de uso comum; lá era mais fácil, quando os fazendeiros ainda não tinha comprado era mais fácil, eu ia liberta; se não temos reserva não tem onde trabalhar, vamos ficar todo tempo com a roupa rasgada no arame, juntando esse coco de carreira, escondidas do vigia, nós queremos viver libertas da nossa espontânea vontade e não ficar – nós vamos quebrar reunidas, umas de frente pra lá, outras de frente pra cá, se ele (o vigia) aparecer, prá nós correr e nós corre e deixa nossos machados; Essas mulheres são mulheres ribeirinhas e indígenas que migraram do interior, de comunidades na busca de um ideal, buscando melhoras para sua família, seus filhos; Somos mulheres que

batalham, somos mulheres que querem vencer, somos mulheres que se ocupam com seus objetivos fazendo artesanato, A maioria dessas mulheres fala a língua geral (o Nheengatu); nossa associação veio com nós mulheres indígenas principalmente e ribeirinhas também; Formar uma associação, então eu acho que pela necessidade de cada mulher interessada, mulher indígena e ribeirinha, pescadora, artesã, agricultora; Ser ribeirinha é botar a mão na enxada e continuar a roça pra frente; Ser ribeirinha é amanhecer já pensando que temos que cuidar de menino; Então ser doméstica, agricultora, pescadora, é tudo que a gente assume e faz parte; Foi feito uma reivindicação de um barco, mas esse ano já avisaram que esse ano é o último ano. Começou com uma luta. Aqui os homens formaram um Associação e ta devagar. E as mulheres são mais interessadas por causa dos filhos. É a gente que ta sempre fazendo reivindicação na escola

Geografias e Identidades Territoriais

Termos: vamos lutar por novos rumos para a economia extrativa do babaçu; A nossa luta é para preservação do meio ambiente e melhoria da qualidade de vida pela organização, cidadania e reprodução do nosso trabalho e da nossa cultura; face à gravidade dos problemas ambientais decorrentes dos desmatamentos de babaçuais, as quebradeiras de coco decidiram realizar uma campanha contra as devastações e contra a venda do coco inteiro [...] para ser utilizado por siderúrgicas e fábricas de sabão e óleo; o MIQCB produziu um mapa da região ecológica dos babaçuais, que identifica situações de devastação dos palmeirais, as diferentes territorialidades étnicas afetadas (terras indígenas, terras de quilombo), as principais formas organizativas, a ocorrência de atos delituosos contra as quebradeiras, as unidades de conservação e as áreas com cultivo homogêneo e plantações industriais; Dentro da área ecológica de ocorrência dos babaçuais no Piauí há territorialidades étnicas como as terras de quilombo registradas nos municípios de Esperantina; a Constituição Federal através do artigo 68 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias garante as terras para os quilombos; Toda essa riqueza está sendo completamente destruída por projetos agropecuários e experimentos de plantio de soja. A valorização desmedida desses grandes empreendimentos tem levado a um crescente aumento no preço das terras, que estão sendo vendidas principalmente para os chamados “gaúchos” que são grandes plantadores de soja classificados como forasteiros que entram nessas terras, desmatam e impõem uma série de arbitrariedade aos moradores tradicionais. Tal devastação tem comprometido a reprodução das famílias que vivem da roça, extrativismo do coco babaçu e produtos do cerrado; As quebradeiras de coco, nos quatro estados de atuação do MIQCB, estão lutando para aprovar a lei de livre acesso aos babaçuais a nível federal, estadual e municipal; Dentro da área ecológica de ocorrência dos babaçuais, que inclui 18 milhões de hectares, há ainda territorialidades específicas como as denominadas terras de quilombo, terras de santo, e terras de índio, terras indígenas, o território étnico impactado pela Base de Lançamento de Foguetes de Alcântara e 04 reservas extrativistas. Há ainda as mulheres que moram nas periferias urbanas e nas chamadas “pontas de ruas”, as sem terras, as que estão em áreas de conflitos agrários, as que moram em terras de Projetos de Assentamento e as que são pequenas proprietárias; região do Mearim é classificada pelo IBGE como “região dos cocais”, em virtude de se constituir na maior área de babaçuais do Estado do Maranhão; Lutamos pelo Babaçu livre é nossa arma contra a devastação e as explorações; As palmeiras ajudam a criar nossos filhos e por isso nós devemos lutar pela preservação; clamamos não só pelas palmeiras, mais sim pela posse da terra, para garantir a produção familiar; A reprodução das famílias é garantida pela conciliação do trabalho nas roças com as práticas extrativas do coco, da juçara, do buriti e da pesca em algumas situações. O grande problema enfrentado é a privatização desses campos; as famílias que hoje estão na periferia das cidades têm o umbigo dos seus antepassados enterrados nas terras das quais foram expulsos e o fato de ocuparem essas terras tradicionalmente deve garantir o direito a elas; Convenção 169; O trabalho do coletor é muito importante pois sem coletor não podemos trabalhar. É um meio de preservar a natureza, manejar a natureza; O artesanato é uma arte, um aprendizado, uma forma de renda, de vida, e também uma forma de passar a arte indígena para outras pessoas; grande parte dos produtos de artesanatos da região do baixo e médio Rio Negro são constituídos de fibras vegetais; sistema de manejo do arumã em áreas de igarapés; A atividade de manejo transformou a forma tradicional de coleta. Antes tal atividade era difusa por famílias e realizada concomitante com as atividades de pesca; As grandes madeiras, os empreendimentos de pesca comercial e de turismo são exemplos de algumas agências que depredam a Estação Ecológica; Neste contexto cresce a indignação e as artesãs têm perguntado: será que os órgãos oficiais responsáveis pela execução da política ambiental estão estruturados apenas para impedir o acesso dos povos tradicionais aos recursos naturais, enquanto interesses empresariais se beneficiam com a devastação das florestas das áreas protegidas?; será que os órgãos ambientais não conseguem perceber que os mais interessados na preservação dos recursos naturais são os próprios povos tradicionais, que poderiam ser seus principais aliados na proteção do meio ambiente?; O Bairro Novo não está na sede de Penalva, é muito triste, alguém falou que nem sabia que estava acontecendo dessa forma e às vezes a gente se acha tão preocupado da gente estar aqui e dizer que esse bairro não está no mapa, mais se pensar bem é uma forma de alegrar a gente, de fazer outro mapa, nós não saímos da Enseada da Mata, nós não saímos não, nós corremos todos para uma cabeceira, e fizemos um povoado e ficamos oprimidos aqui; sentimos a falta mesmo da nossa água boa mesmo, da nossa água boa, lá tá todo o conforto, nós criávamos nossos animais, nossas galinhas, nossos porcos, ficamos sem poder criar; No verão é aquela beleza, tem reague, bambalê, tambor, tudo é festa, tem boiada de santana em julho, no verão é tudo bom, tem bastante arroz, melancia e mandioca para fazer farinha, se torna mais fácil para o camarada organizar a festa, tem os porcos que nós cria; Nosso objetivo que é desapropriar essa área por isso que estamos nessa luta, estamos nessa guerra para que isso não aconteça que essa área não seja passada para outra pessoa para devastar como todas as outras áreas; os fazendeiros compraram e ficou difícil, eles cercaram tudo, as terras, e a gente

vai juntar é mais é se escondendo, com medo deles atacarem a gente e botar prá correr, se a gente tiver a terra da gente a gente vai embora, se muda mesmo de novo, eu só estou aqui por esse motivo, lá era mais fácil, quando os fazendeiros ainda não tinha comprado era mais fácil, eu ia liberta; São mais ou menos cinco etnias que fazem parte da nossa associação, é... elas são Baré, muita mulher da etnia Baré, Tukano, Dessano, Baniwa e Arapaço; A maioria dessas mulheres fala a língua geral (o Nheengatu); Quando seca pra nós é cacimba. Às vezes, são uma cacimba pra três famílias. Senão não tem água pra beber. Porque o Lago fica podre; A nossa água do rio tá muito contaminada de veneno

IMAGENS

Mulheres

Descrição: participantes das oficinas; participantes das oficinas com crianças; homens e mulheres participantes das oficinas; mulheres quebrando coco; lideranças do MIQCB e coordenador do PNCSA discutindo mapa da região; Mulheres segurando faixa da campanha contra as devastações e a venda do coco inteiro no Piauí; Quebra de coco em regime de mutirão; plenária com quebradeiras, pesquisadora do PNCSA para lançamento da campanha; mulher usando maquinário para prepara azeite de babaçu; mulheres tecendo o arumã; Dona Nice em reunião em Brasília durante viagem p/ audiência de aprovação da lei federal de livre acesso aos babaçuais; paisagem de água com mulher e menina na canoa; homens e mulheres discutindo mapa na oficina; D. Valdomira ensinando D. Sara a tecer a fibra de piaçaba; mulher olhando mapa; mulheres coletando pontos no GPS; mulheres e um homem indígenas sobre um croqui; o bairro com rua de barro e mulheres caminhando com crianças; mulher indígena (tukano) fazendo beju; mulher indígena cozinhando peixe para preparar quinhampira, mujeca e beju; ;

Geografias e Identidades Territoriais

Descrição: área devastada; área de plantio com babaçual; Caminhão com cascas de coco babaçu na estrada de Peritoró; Área de babaçual cercada para pecuária; área queimada; sacolão de coco para ser recolhido pela TOBASA; carvão da casca de coco; arumã; coleta de arumã; tambor de crioula; roça; crianças na roça brincando; paisagem de água com mulher e menina na canoa; paisagem de alagadiço com canoas; artesanatos confeccionados com matérias-primas da região; calendário de coleta de matéria-prima; paisagem natural de um alagadiço com homem pescando;; paisagem entre as cercas dos babaçuais e pessoas caminhando na estrada de terra; artesanato em tucum; Área de babaçual cercada; A vereadora Nice e o pesquisador Joaquim Shiraishi entre cercas na Baixada; Campos naturais da Baixada; toré na oficina de mapas; carvoaria; forno artesanal; ilustração de uma casa de palha com gráficos indígena; rio Amazonas em nível alto na região; alimento produzidos a partir do coco babaçu

Figura C 7 Fascículo VII

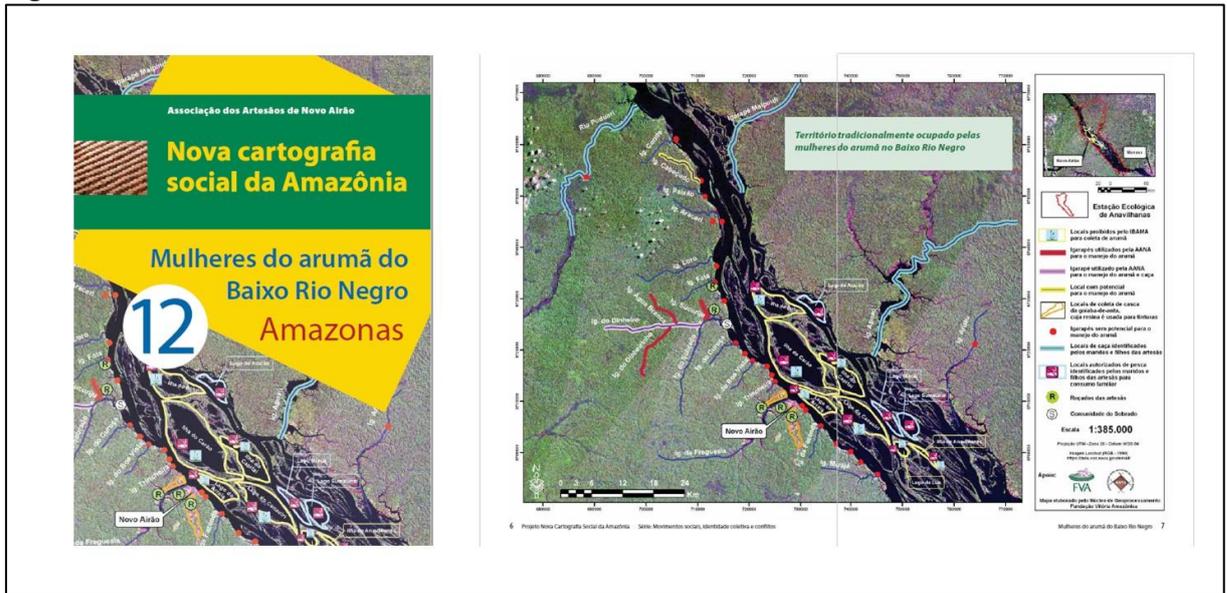


Figura C 8: Fascículo VII

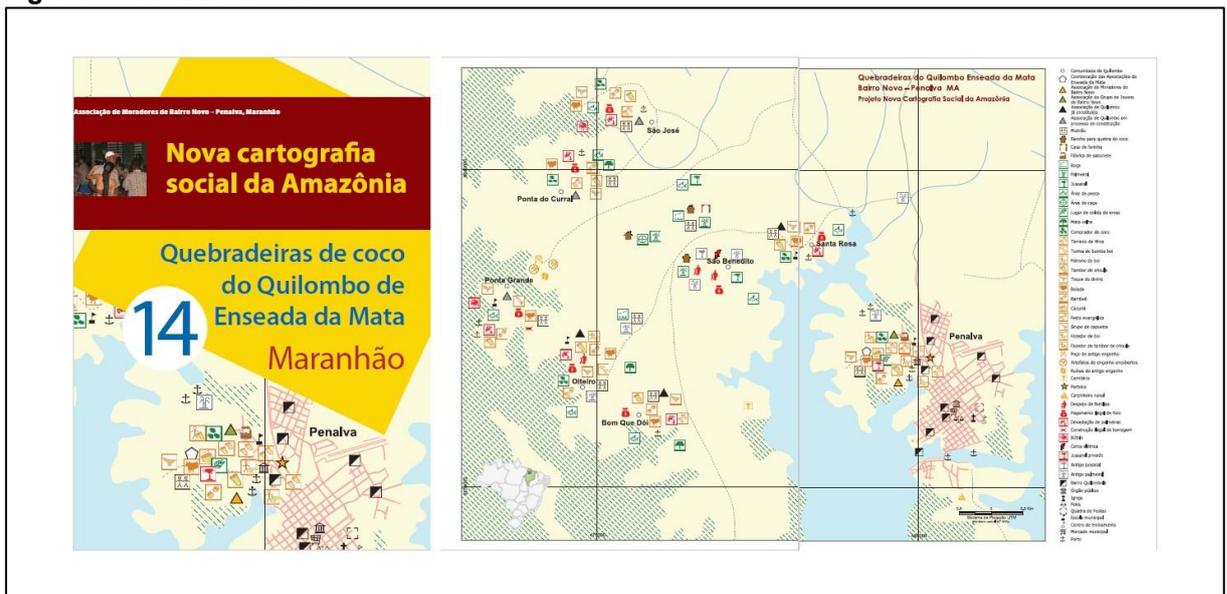


Figura C 9: Fascículo IX



Figura C 10: Fascículo X



Figura C 11: Fascículo XI

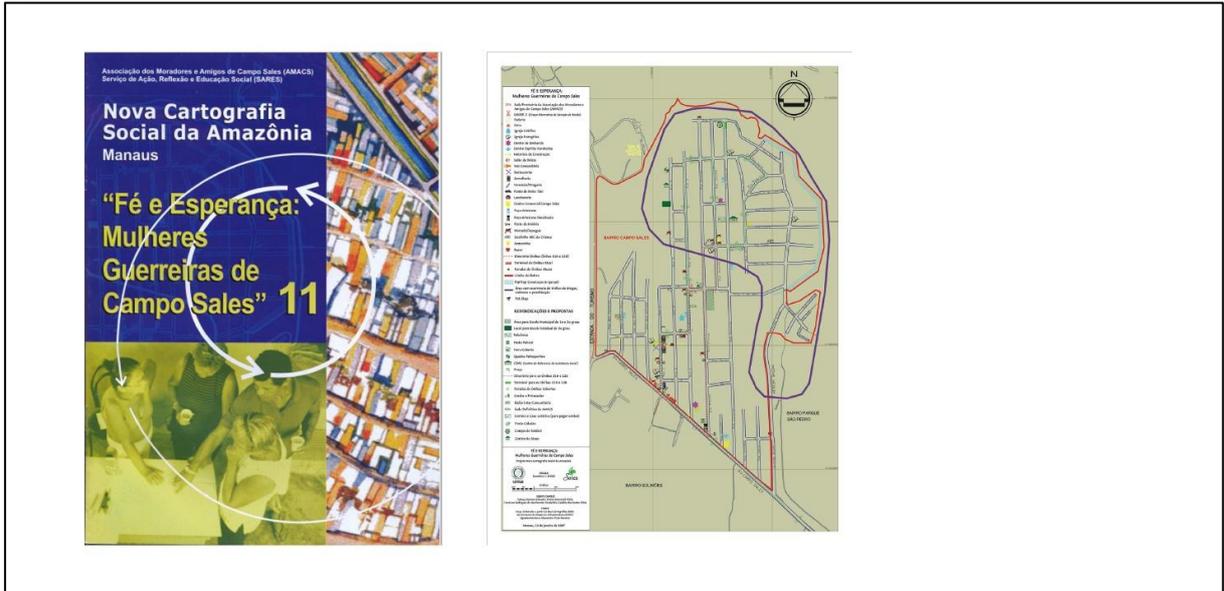


Figura C 12: Fascículo XII

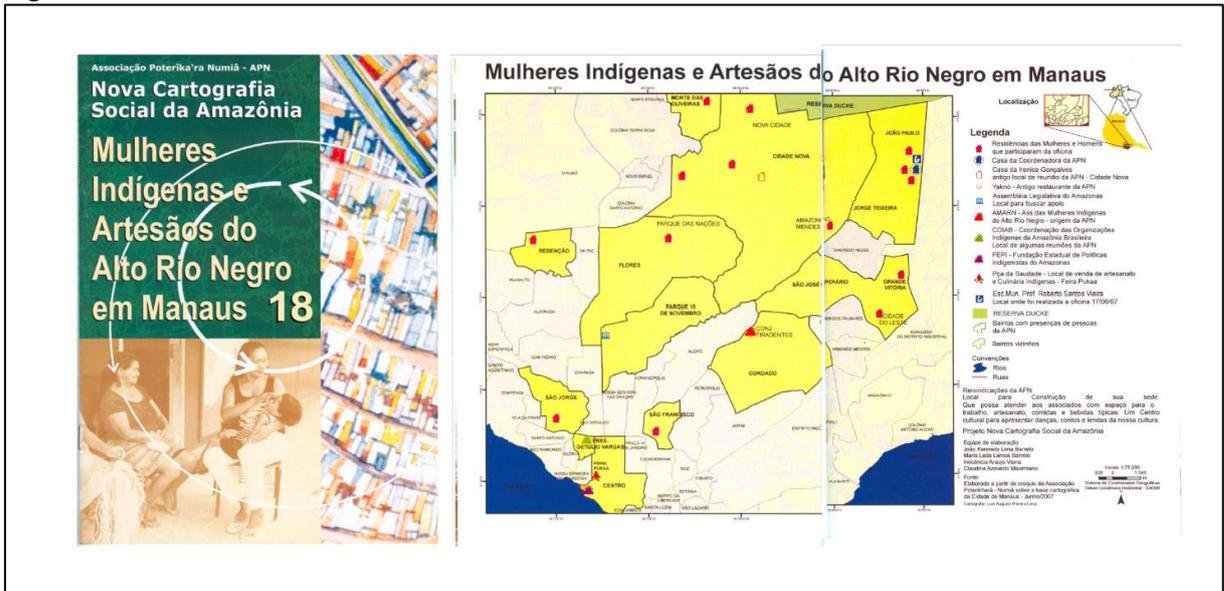


Figura C 15: Fascículo XV

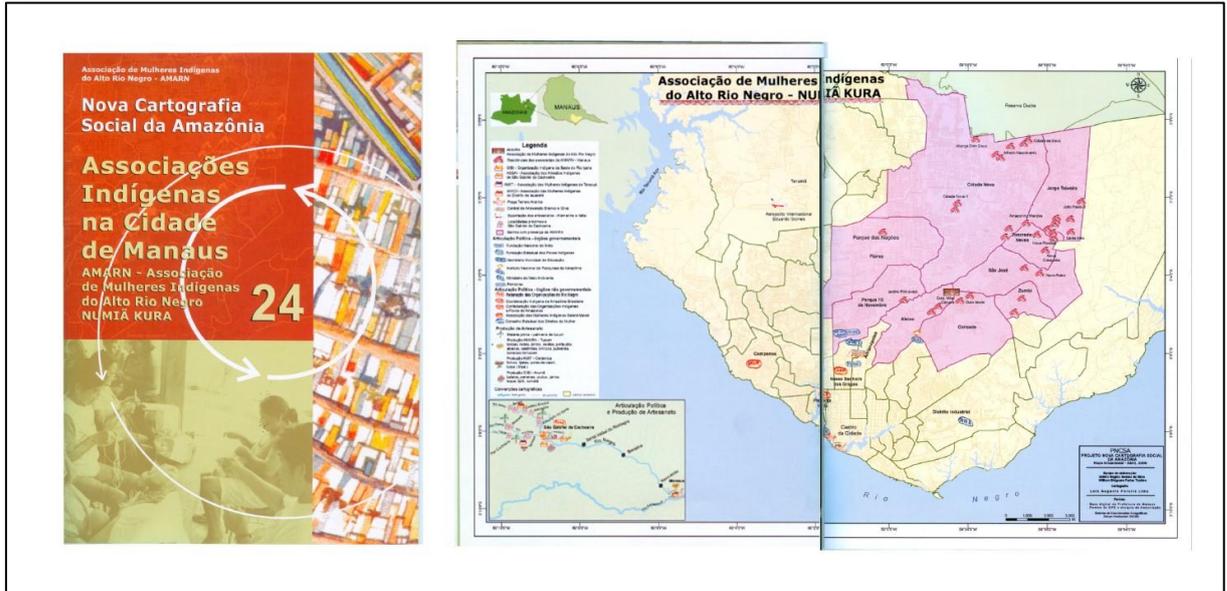


Figura C 16: Fascículo XVI

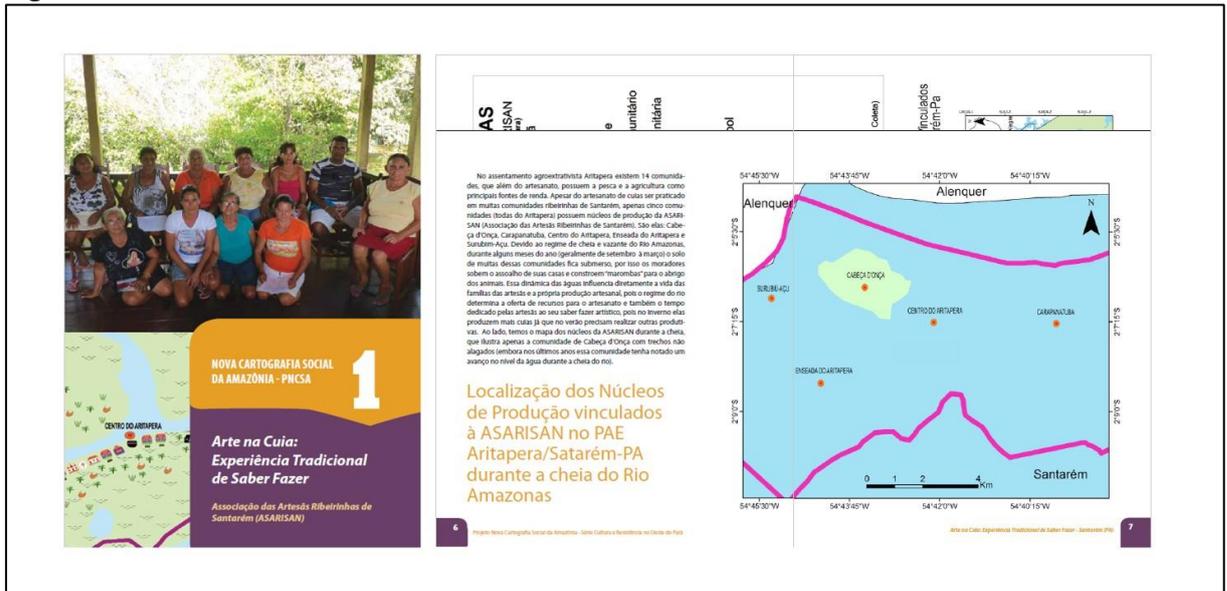


Figura C 17: Fascículo XVI

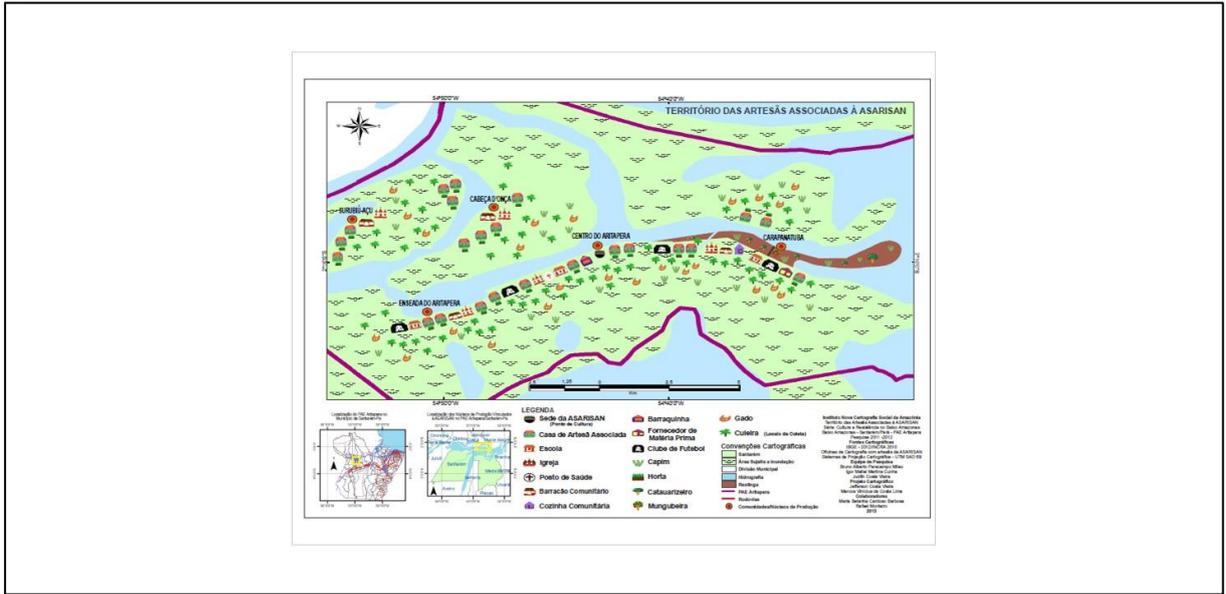


Figura C 18: Fascículo XVII

